



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Vinícius Sales do Nascimento França

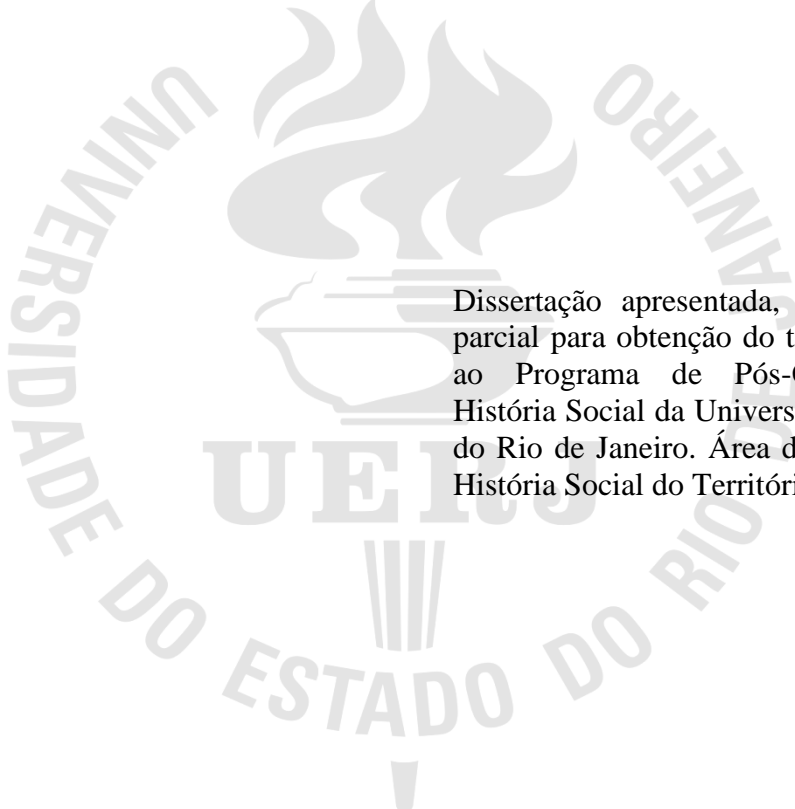
A Folha de S. Paulo e os protestos pelo impeachment de Collor

São Gonçalo

2015

Vinícius Sales do Nascimento França

A Folha de S. Paulo e os protestos pelo impeachment de Collor



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Christiane Vieira Laidler

São Gonçalo
2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

FEITA NA BIBLIOTECA

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Vinícius Sales do Nascimento França

A Folha de S. Paulo e os protestos pelo impeachment de Collor

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 23 de março de 2015.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Christiane Vieira Laidler (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Gelsom Rozentino Almeida
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Adriano de Freixo
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Messias e Cida, por terem me trazido ao mundo e ensinado tantas coisas sobre ele. A meu irmão, Danilo, parceiro de tantas conversas, de muitas análises da sociedade e de muitas risadas. Agradeço muito a minha esposa, Adriana, com quem tenho realizado inúmeras coisas e sido muito feliz. Esta dissertação não existiria sem sua presença inteligente, simples e tenaz.

A todos os amigos que fizeram o mestrado comigo, dividimos muitas manhãs de aulas e conversas. A companhia de todos me fez bem e contribuiu muito para este trabalho: Alan Bruna, Bruno, Fernanda, Felipe (a quem agradeço por ter me dado hospedagem em Niterói), Filipe, Julianna, Juliene, Marcel, Monique, Nathalia, Peter e os irmãos Diego e Vinícius, parceiros de eventos e de planos para o doutorado. Agradeço também á professora Cristina Luna, minha colega de trabalho na Universidade do Estado da Bahia, que me deu boas indicações de leitura.

A minha orientadora Christiane Laidler pelo interesse no meu trabalho, pelas indicações de caminhos a seguir na escrita e pela generosidade com que me atendeu sempre que precisei. Também sou grato à banca, aos professores Gelsom Rozentino de Almeida e Adriano de Freixo, pela leitura comprometida, pelas correções e indicações bibliográficas, que desenvolveram o trabalho, e pelo estimulante debate realizado no exame de qualificação.

Aos professores que ministraram aulas no curso e me proporcionaram leituras e discussões valiosas: Gelsom Rozentino de Almeida, Helenice Rocha, Rui Aniceto e Sydenham Lourenço Neto. Ao Programa de Pós-Graduação em História Social por ter aberto a oportunidade de realizar o mestrado. Á Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), agência federal que me concedeu bolsa para realizar a pesquisa desde o seu início. E a Andréia, secretária do programa que sempre foi muito eficiente e pode me auxiliar com quaisquer problemas burocráticos devido à distância entre o meu local de residência e a universidade.

Aí eu pego e passo a vista no jornal
Um piloto rouba um MIG
Gelo em Marte, diz a Viking
Mas, no entanto, não há galinha em meu quintal

Raul Seixas

RESUMO

FRANÇA, Vinícius Sales do Nascimento. *A Folha de S. Paulo e os protestos pelo impeachment de Collor*. 2015. 104f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

A presente dissertação tem como objetivo observar as representações construídas pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre o conjunto de protestos de rua, ocorrido nos meses de agosto e setembro de 1992, que influenciou o processo de impeachment do presidente Collor. A pesquisa também questionou o interesse e atuação do jornal em relação a Collor desde as eleições de 1989 até o impeachment. Para responder a tais problemas, o trabalho mobilizou os conceitos de hegemonia e imprensa como partido político, propostos por Gramsci, o conceito de campo jornalístico, de Bourdieu, e o de agenda-setting, delineado por McCombs e Shaw. A historiografia consultada abordou o contexto histórico anterior ao governo Collor, as relações entre o presidente e os grandes veículos de imprensa do país, a história do periódico e o papel dos movimentos sociais no processo de impeachment. A revisão bibliográfica, apoiada pela leitura de editoriais do jornal, constatou que ele apoiava medidas neoliberais, como as privatizações das empresas públicas e o fim de mecanismos protecionistas do Estado à indústria nacional, que foram implementadas por Collor. Porém, o periódico fazia oposição ao presidente devido ao fracasso da sua política econômica e a sua postura autoritária em relação às críticas jornalísticas. Para perceber a visão da *Folha de S. Paulo* sobre os movimentos sociais, a pesquisa examinou textos editoriais e o conteúdo publicado no caderno Folhateen, voltado ao público jovem, durante os meses de julho a setembro de 1992. As análises mostraram que, em um primeiro momento, o jornal viu as manifestações com desconfiança. Posteriormente, com o seu crescimento, ele passou a apoiá-las e procurou influenciar a sua direção, diminuindo a importância dos partidos e entidades sindicais e estudantis de esquerda nas suas narrações dos protestos.

Palavras-chave: Imprensa. Movimentos Sociais. Neoliberalismo. Eleição de 1989. Governo Collor (1990-1992). Redemocratização.

ABSTRACT

FRANÇA, Vinícius Sales do Nascimento. *Folha de S. Paulo and the protests for Collor's impeachment*. 2015. 104f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

This essay aims to observe the representations constructed by the newspaper *Folha de S. Paulo* about the set of street protests, which occurred in the months of August and September 1992 and influenced the process of impeachment of president Collor, it also aims to question the interests and action of the newspaper in relation to Collor since the elections of 1989 until the impeachment. There were mobilized herein concepts of hegemony and press as a political party, proposed by Gramsci, journalistic field, by Bourdieu, and agenda-setting, delineated by McCombs and Shaw. The consulted historiography addressed the historical context prior to Collor's government, the relations between the president and the major media outlets in the country, the history of the newspaper *Folha de S. Paulo* and the role of the social movements in the process of impeachment. In order to observe the positioning of the newspaper in relation to the social movements, there were conducted some analyses of editorials published in the first part of the newspaper or *Primeiro Caderno* and of the content published in the part called *Folhateen*, addressed to the young public, during the months from July to September 1992. The work demonstrated that the newspaper supported neoliberal measures implemented by Collor, such as the privatization of public companies and the end of State protectionist mechanisms to the national industry. However, the periodical mounted an opposition to the president due to the failure of his economic policy and to his authoritarian posture in relation to the journalistic critics. When the first protests arose, the newspaper referred to them with distrust. Afterwards, with the increase of the protests, it started to support them and tried to influence in their direction, diminishing the importance assigned to parties, leftist unions and student organizations regarding their press coverage.

Keywords: Press. Social Movements. Neoliberalism. Elections of 1989. Collor's Government (1990-1992). Redemocratization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – “Use amarelo”: FSP convoca manifestações pelas diretas	29
Figura 2 – “Use preto”: FSP pede demonstração de luto pela derrota das diretas	30
Figura 3 – Collor é comparado com Mussolini	48
Figura 4 – “Vitória da Democracia”: Câmara aprova o impeachment e afasta Collor ..	58
Figura 5 – Página de opinião da FSP com editoriais e artigos	64
Figura 6 – Jornal debate política industrial com o IEDI em editorial	70
Figura 7 – Editorial descreve as primeiras manifestações como sectárias	74
Figura 8 – FSP convoca protesto contra Collor.....	75
Figura 9 – Protestos não respondem à liderança de partidos nem de sindicatos.....	79
Figura 10 – Chamada para a passeata de 25 de agosto.....	84
Figura 11 – Anos Rebeldes e a memória sobre os anos 1960	86
Figura 12 – Jovens convenceram o Congresso com alegria.....	87
Figura 13 – A esquerda está fora de moda na passeata	88
Figura 14 – Isolamento da UNE em relação aos jovens faz protestos minguares	89
Gráfico 1 –Folhateen: número de textos relacionados às manifestações a cada edição entre 6/7/1992 e 5/10/1992	83
Quadro 1 – Editoriais publicados de 12 a 17 de agosto classificados por data, título e assunto.	66
Quadro 2 – Editoriais sobre as manifestações entre 12/8/1992 e 30/9/1992.....	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: FATORES DO IMPEACHMENT.....	9
1 TEORIA E CONTEXTO HISTÓRICO.....	14
1.1 Meios de comunicação e política: perspectivas teóricas.....	14
1.2 A década de 1980 e a crise da hegemonia burguesa.....	20
1.3 A FSP e o contexto da abertura política	25
2 COLLOR E A IMPRENSA: ELEIÇÃO, GOVERNO E IMPEACHMENT.....	34
2.1 As eleições de 1989	34
2.2 A vitória de Collor	39
2.3 Fracasso da política econômica	46
2.4 Denúncias de corrupção e o processo de impeachment.....	51
3 TEXTOS DA FSP SOBRE AS MANIFESTAÇÕES.....	63
3.1 O perfil ideológico do jornal.....	63
3.2 A mobilização pelo impeachment e os editoriais	72
3.3 O caderno Folhateen: duas atitudes da FSP sobre os protestos	82
3.4 A geração de 92 se redime apesar do movimento estudantil.....	85
CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS	96

INTRODUÇÃO: FATORES DO IMPEACHMENT

Em 1992, a mais aguda crise política da Nova República culminou com o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello pelo Congresso Nacional, devido a sua vinculação a um esquema de cobrança de propinas liderado por Paulo César Farias (PC Farias), tesoureiro de campanha e amigo de Collor. A saída do presidente por vias constitucionais foi um fato inédito na história do Brasil e raríssimo em toda a história do continente americano¹.

Aceitando que as denúncias de corrupção, por elas mesmas, são insuficientes para explicar a articulação do impeachment pelo Congresso Nacional², podemos apontar diversos fatores que confluíram para este fato raro: a personalidade excessivamente centralizadora do presidente, o fato de o governo não ter constituído uma base estável no parlamento, o fracasso em conter a inflação, entre outros. Este trabalho se propõe a estudar as relações entre dois deles, as manifestações populares pela saída do presidente e a sua cobertura pelos meios de comunicação de massa. Mais especificamente, nos perguntamos como os protestos foram retratados pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

O esquema de corrupção veio à tona quando denunciado pelo irmão do presidente, Pedro Collor, na revista *Veja* publicada em 13 de maio de 1992, seguida por outros veículos de mídia. As revelações levaram à instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no dia 26 de maio. O relatório da CPI, divulgado em 24 de agosto e aprovado dois dias depois, confirmou as denúncias e abriu o processo de impeachment, aprovado pela Câmara dos Deputados em 29 de setembro. O presidente foi afastado do cargo até que o processo fosse julgado no Senado, o que ocorreu em 30 de dezembro, resultando na cassação do mandato e suspensão dos direitos políticos de Collor por oito anos. Ele chegou a renunciar no dia 29, mas não evitou a sua condenação (RODRIGUES, 1997, p. 41).

De maio a setembro de 1992, o processo de investigação e impeachment foi destaque nos grandes veículos de imprensa do país, delimitados nesse trabalho em seis publicações: as

¹ Na história dos países da América Latina, a troca de governo se deu frequentemente por golpes militares ou civis. Quanto aos EUA, o impeachment nunca ocorreu, sendo mais comum o assassinato como forma de interromper um mandato presidencial. Antes de ocorrer no Brasil, o impeachment de um presidente só aconteceu uma vez no continente, no Panamá (CARVALHO, 2002, p. 205).

² “Como alega Weyland (1993), ‘a corrupção só se torna fatal quando empregada como arma por poderosos adversários’” (SALLUM JR; CASARÕES, 2011. p. 164).

revistas semanais *Veja* e *Isto É*; e os jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, e *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, de São Paulo³. Esses periódicos possuíam maior tiragem e reconhecimento em seus mercados de revistas semanais e jornais diários e interferiram no contexto político ativamente, apontando testemunhas-chave, pressionando por certo rumo das investigações e disseminando indignação em seu público. A determinação da mídia apareceu, por exemplo, na entrevista do motorista de Collor, Eriberto França, para a revista *Isto É*, que deu os indícios mais concretos do envolvimento do presidente no esquema de PC Farias. Após a publicação, Eriberto França foi convocado para depor na CPI, onde confirmou as informações.

Enquanto se desenrolavam as investigações da CPI, setores da sociedade civil – sindicatos, empresários, advogados, o clero católico, professores universitários e estudantes – formaram o Movimento pela Ética na Política, que chamou diversas manifestações de rua, normalmente passeatas seguidas de comícios, a partir do início de julho⁴. O movimento só ganhou força com os protestos protagonizados pelos estudantes que ocorreram em agosto de 1992.

No dia 11 daquele mês, vinte mil estudantes compareceram às ruas de São Paulo; no dia 14, no Rio de Janeiro, o protesto teve adesão de 25 a 50 mil pessoas⁵. Em 13 de agosto, durante um anúncio de medidas de incentivo para taxistas, Fernando Collor pediu aos brasileiros que fossem às ruas em seu apoio no dia 16, domingo, usando as cores da bandeira, o verde e o amarelo. Neste dia, denominado pela grande mídia “domingo negro”, milhares de pessoas vestiram preto, simbolizando repúdio ao presidente e ocuparam as ruas de várias cidades brasileiras. Nos dias 24 e 25 de agosto, a mobilização pressionou pela aprovação do relatório da CPI e reuniu, em São Paulo, 200 mil pessoas, segundo a UNE. As ruas foram ocupadas novamente nas grandes cidades em setembro, nos dias 7, 18 e, finalmente, no dia 29, data em que o impeachment foi aprovado pelo Congresso Nacional. A votação foi transmitida ao vivo pelos mais importantes canais de rádio e televisão e acompanhada por telões em várias capitais do país. O movimento desmobilizou-se após este dia.

³ Os dois últimos serão chamados pelas siglas OESP e FSP no restante do trabalho. O *Jornal do Brasil* deixou de circular impresso em 2010, permanecendo como jornal on-line.

⁴ Organizações que constituíram o movimento: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) (DIAS, 2004, p. 158).

⁵ A cronologia das manifestações foi consultada em Tosi Rodrigues (1993, p. 139). O autor informa os números de manifestantes contados pela Polícia Militar, mais baixos, e pela UNE, mais altos.

Embora as passeatas fossem constituídas de múltiplos setores da sociedade, os estudantes foram sua maioria numérica e possuíram maior visibilidade. Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha na passeata do dia 18 de setembro apontou que 59% dos manifestantes eram jovens, de 16 a 20 anos; e 55% eram estudantes secundaristas. A sua visibilidade se deveu ao uso de cores – o verde, o amarelo e preto – nas roupas e nos rostos pintados, que obteve grande sucesso. As fotos e gravações dos estudantes nas ruas, que misturavam protesto e festa, foram assimiladas e reproduzidas nos mais diversos meios midiáticos, que criaram a expressão “cara-pintada” para definir o estudante mobilizado. A mídia deu ampla cobertura às manifestações e favoreceu a adesão estudantil a elas (RODRIGUES, 1997; WEBER, 1993).

A cobertura da crise do governo recebeu destaque nos grandes meios de comunicação e o público confiava nas informações veiculadas. Antes das manifestações de maior adesão, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizou pesquisa encomendada pela revista *Imprensa*, entre 7 e 9 de julho de 1992, constatando que 77 % dos jovens, de 16 a 24 anos tinham confiança plena nas informações midiáticas sobre a CPI (DIAS, 2004, p. 143).

Outro fator marcou a relação entre a mobilização de rua e as empresas de mídia: a influência da minissérie *Anos Rebeldes*, da *Rede Globo*, como formadora de uma memória do movimento estudantil, que estimulou a adesão às passeatas. *Anos Rebeldes* foi transmitida de 14 de julho a 14 de agosto de 1992 e retratou um grupo de jovens vivendo o período de 1964 a 1979; a militância no movimento estudantil e na luta armada era parte da trama central da minissérie (GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A, 2013). Ela construiu uma imagem positiva da juventude de 1968, que seria mais corajosa e ligada a causas coletivas. Nas manifestações houve ampla referência à minissérie, em cartazes e nas músicas de sua trilha sonora cantadas pelos estudantes, como *Alegria, Alegria*, de Caetano Veloso.

As referências ao folhetim tornaram-se uma questão para as lideranças das manifestações: como explicar a sua influência e, ao mesmo tempo, afirmar a autonomia do movimento? Lindbergh Farias, presidente da UNE em 1992, admite o grande impulso dado pela memória do movimento estudantil construída pela minissérie, mas afirma que a UNE foi oportuna e aproveitou-se dela para mobilizar os estudantes:

Tinha os dois lados e os outros diziam que foi a TV Globo que fez as passeatas, mas na verdade, não foi uma coisa nem outra [...] Porque veja bem, ninguém podia imaginar que aquela minissérie fosse mexer tanto com o romantismo da juventude, mas a gente soube aproveitar isso. Você sabe como é o cartaz que a gente fez? Nós montamos um cartaz: 'Anos Rebeldes, próximo capítulo: impeachment'. E sabe qual era o meu discurso? "Pessoal, a juventude e os estudantes desse Brasil já lutaram

muito, lutaram contra a Ditadura Militar e nós temos que voltar às ruas”, e aquilo era como se uma minissérie tivesse dado uma breve aula de história do Brasil, tivesse massificado a história do Brasil, é um negócio impressionante. [...] Então, nós soubemos aproveitar muito bem aquela minissérie ali para estimular o romantismo e ninguém podia imaginar que isso caiu como uma luva, no momento. (GONTIJO, 2011, p. 54).

A relação entre a militância política pelo impeachment e a veiculação de representações da militância contrária à ditadura militar põe em causa a possível manipulação das passeatas – se os estudantes que as engrossavam estariam agindo segundo interesses alheios aos deles. Tal questão, já colocada aos contemporâneos do impeachment, é central na historiografia, que observa vários elementos: a grande credibilidade que a cobertura jornalística possuía entre os jovens, o sucesso midiático das imagens dos caras-pintadas, as referências a *Anos Rebeldes* nas passeatas e o fato de só ter havido protestos importantes a partir de agosto, durante os últimos capítulos da minissérie (RODRIGUES, 1997. TOSI RODRIGUES, 1997. WEBER, 1993). A ação da FSP em favor dos protestos foi além da veiculação de discursos em suas páginas, ex-dirigentes da UNE entrevistados por Dias (2004), afirmaram que o jornal tentou, sem sucesso, organizar manifestações estudantis.

O presente trabalho questiona sobre as representações da FSP acerca das manifestações; e sobre a sua atuação e interesses em relação ao impeachment do presidente e à mobilização social que pressionou por esse desfecho, vinculados ao jogo de forças oposicionistas e governistas.

O interesse pelo jornal justifica-se por se tratar de um dos jornais de maior tiragem do país e por sua oposição à Collor, que ocorria desde o início de seu governo, como indicam alguns episódios. No dia 23 de março de 1990, a atuação crítica do jornal teria motivado a invasão de sua sede pela Polícia Federal, ação oficialmente justificada por irregularidades na impressão de faturas, durante a troca da moeda brasileira do cruzado novo para o cruzeiro. A operação policial resultou em um editorial excepcional, publicado na capa da edição de 24 de março, tachando Collor de fascista (CHAGAS, 2006, p. 32). Em 1992, a *Folha* empenhou-se em chamar as pessoas a usarem preto no “domingo negro”, por meio de outro editorial extraordinário na capa da edição de sábado (15 de agosto), chamado “Luto”; e de tarjas pretas nas capas das edições de sábado e domingo, nas quais se lia “Use preto em protesto”.

Um elemento importante deve ser pontuado, embora fosse contrário ao governo federal, este periódico apoiava medidas liberais, como a privatização das empresas estatais e o enxugamento da máquina pública (SILVA, 2005, p. 44), medidas defendidas pelo governo

Collor. Assim, este trabalho também questiona o perfil ideológico do jornal e o seu interesse em se opor a um governo com quem possuía convergência de linhas programáticas.

A escolha de tal tema - as relações entre mobilização estudantil e mídia – se coloca pela oportunidade de elucidar um raro momento de “superpolitização” do cotidiano, que levou os cidadãos a agirem politicamente além do voto (TOSI RODRIGUES, 1997), e de observar as relações entre os comportamentos políticos e os fatos noticiados pelos meios de informação.

Para introduzir as análises, o primeiro capítulo aborda discussões teóricas sobre o papel político da imprensa e sínteses historiográficas sobre o contexto histórico brasileiro dos anos 1980 e início dos 1990, focando na crise de hegemonia burguesa; e sobre a história da FSP, destacando a formação da sua identidade na década de 1980 e suas relações com a abertura política e a falência do projeto nacional-desenvolvimentista. O segundo capítulo trata das relações entre Collor e a imprensa com enfoques diversos: na sua vitória nas eleições de 1989; durante a aplicação das políticas econômicas de seu governo; e na crise política gerada pelas denúncias de corrupção que levaram ao seu impeachment. O capítulo seguinte tem como objeto a narrativa do jornal sobre o papel dos movimentos sociais nesse processo e realiza a análise das fontes primárias de dois cadernos da FSP. Por fim, a conclusão é destinada a articular as discussões teórica, historiográfica e documental.

No terceiro capítulo, o *corpus* analisado compreende os textos opinativos e informativos acerca das manifestações estudantis pelo impeachment, entre 1º de julho e 30 de setembro de 1992. O intervalo de tempo se inicia no mês em que se formou o Movimento pela Ética na Política e termina no dia seguinte ao impeachment de Collor. A análise será centrada em dois cadernos do jornal que concentraram os textos acerca das manifestações: Primeiro Caderno, caderno diário que abrange a capa, os editoriais e o noticiário político nacional, do qual foram retirados editoriais para análise; e Folhateen, caderno semanal voltado ao público adolescente, onde foram analisados textos opinativos e informativos. O acesso às edições ocorreu na internet por meio do site *Acervo Folha*⁶.

⁶ O Grupo Folha foi contatado por e-mail e permitiu o uso dos materiais retirados do site *Acervo Folha* para finalidades acadêmicas, desde que fosse realizada a referência à Folhapress, agência de notícias que produz textos e fotografias para os jornais do conglomerado.

1 **TEORIA E CONTEXTO HISTÓRICO**

O capítulo realizará uma discussão teórica acerca do papel político do jornal enquanto representante de interesses particulares na esfera pública e suas relações com o sistema de classes sociais e com os outros veículos midiáticos. Além disso, irá situar o problema desta pesquisa em um contexto histórico amplo, que se inicia no fim dos anos 1970, onde se destaca o processo de redemocratização brasileira, a crise do modelo nacional-desenvolvimentista e a ascensão da FSP ao posto de líder do mercado nacional de leitores de jornal.

1.1 **Meios de comunicação e política: perspectivas teóricas**

A importância das informações midiáticas para a prática política está relacionada, primeiramente, ao caráter discursivo da última: é por meio do discurso que se estabelecem e se disputam as identidades e vontades coletivas, mesmo quando a ação política envolve violência física, ela precisa recorrer aos discursos para legitimá-la.

Em virtude da pluralidade de elementos que interferem no cotidiano e nas decisões políticas dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, não é possível conhecer e posicionar-se sobre a vida pública apenas com o acesso a “informações obtidas através de observação própria ou de comunicação direta com participantes e testemunhas” (MIGUEL, 2000, p. 66). Assim, a fonte principal das informações acerca dos eventos públicos que os cidadãos recebem são os meios de comunicação.

No entanto, eles não fazem circular informações como agentes neutros, ao contrário, difundem discursos privados que apelam à legitimação coletiva (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 107). Os grandes grupos de mídia contemporâneos são empresas cujo faturamento provém da venda de seu produto para leitores e anunciantes e da participação de investidores em seu capital. Dessa forma, sua atuação é determinada pela busca do lucro e pelos agentes que mantêm seu faturamento.

A visão liberal sobre os meios de comunicação afirma que a concorrência de mercado por leitores e anunciantes impede que um veículo de mídia⁷ divulgue informações falsas, pois a discrepância com a realidade seria observada pelos consumidores. Tal concepção é difundida pelos próprios veículos, que podem vender a si mesmos como fiscais de outros poderes políticos e representantes de toda a sociedade (SILVA, 2005). No entanto, ela não considera a desigualdade de poder entre um pequeno número de empresas⁸, que controla o mercado de mídia de massas e possui interesses vinculados aos de grandes anunciantes e investidores, e os cidadãos que consomem as informações. Estas empresas, ao controlar o principal vetor de informações sobre a realidade dos consumidores para além do âmbito local, podem destacar certos posicionamentos políticos e marginalizar outros, com o objetivo de fazer os valores próprios de uma fração da sociedade serem reconhecidos como universais, como algo consensual.

No segundo volume dos seus *Cadernos do Cárcere* (2010), Gramsci analisa a atividade jornalística a partir de três conceitos originais de sua obra: a concepção ampliada do Estado, o partido político e a definição do intelectual. Ele divide o Estado em duas esferas: sociedade política e sociedade civil. A última é o conjunto de todas as instituições dedicadas à disseminação ideológica: bibliotecas, escolas, sindicatos, partidos, veículos de imprensa, igrejas, associações de vizinhos, etc. Por meio delas, o grupo social dominante obtém a adesão voluntária da sociedade para a sua direção. Já a sociedade política compreende os órgãos repressivos, dirigidos pela burocracia executiva e policial-militar, destinados a controlar os grupos que não consentem com a ordem social. Assim, a classe dominante se impõe sobre toda a sociedade reprimindo ou liquidando os seus adversários por meio da sociedade política e dirigindo seus aliados através da sociedade civil; sua supremacia combina coerção e consenso.

A luta entre as diversas classes sociais compreende a luta entre seus intelectuais dentro do Estado ampliado. A classe dominante deve primeiramente obter e manter a hegemonia sobre a sociedade civil para depois controlar os mecanismos repressivos estatais. Este procedimento tanto descreve a ascensão e manutenção burguesa do poder quanto aponta a estratégia a ser seguida pelos operários. Em ambos os lados, atuam os partidos políticos, cuja função não se restringe à luta pelo governo da sociedade política, eles também abrangem as

⁷ A palavra mídia compreende um “conjunto dos meios de comunicação existentes em uma área”. Ela pode ser dividida em: mídia impressa – jornal, revista, folheto, outdoor, mala direta, etc.; e mídia eletrônica – televisão, rádio, CD, cinema, etc. (BARBOSA; RABAÇA, 2002, p. 490 apud QUINTÃO, 2010).

⁸ Sobre os oligopólios de mídia brasileira e internacional, ver p.26 e 31-32.

instituições que formam os intelectuais orgânicos da classe para agir na sociedade civil, como os meios de comunicação. Enquanto partidos, eles elaboram elementos de uma classe para qualificá-los a toda atividade intelectual, dirigente e organizadora que ela deve exercer sobre a sociedade (GRAMSCI, 2010, p. 24).

Ao falar sobre a função partidária do veículo midiático, o autor diferencia o “jornal de informação ou ‘sem partido’ explícito”, destinado para o consumo de massas e o “jornal de opinião, o órgão oficial de um determinado partido [...] dedicado a um público necessariamente restrito” (GRAMSCI, 2010, p. 199). Pode ser inferida a indicação de que os jornais de massa são implicitamente partidários. Gramsci afirma que o sucesso jornalístico de um grupo social, a sua eficiência em chegar a um amplo público leitor, indica que ele tem condições de dirigir o Estado.

A imprensa é definida como uma “escola de adultos” (GRAMSCI, 2010, p. 229), suas páginas disseminam ideias, práticas e costumes vinculados ao setor da sociedade a que pertence. Ela é capaz de corresponder às necessidades de seu público e também de gerar tais necessidades, moldando-o e expandindo-o. Trata-se do processo de formação de uma “elite-vanguarda-aristocracia”: dentro de determinado grupo social, uma associação permanente de indivíduos que pensa em si mesma como uma elite ou vanguarda deve fazer os seus valores morais particulares se generalizar, tender ao universal para que ela dirija a sociedade (GRAMSCI, 2010, p. 231). A imprensa cumpre dupla função neste processo – formar novos intelectuais orgânicos para a classe dominante e difundir seus valores entre as classes subalternas.

Silva, em seus trabalhos sobre a revista *Veja*, destaca a ação “partidária, pedagógica e gerenciadora” (SILVA, 2005, p. 12) da imprensa. Partidária em sentido estrito, quando sua pauta de notícias sobre as diversas instâncias de poder do Estado refletem o interesse de setores empresariais ligados a ela; pedagógica, ao criar uma visão de mundo que compreende tanto a formação de ações políticas quanto de padrões de consumo do seu público, ambas necessárias para a reprodução do capital; e gerenciadora, que se observa em textos que interferem no mundo do trabalho e difundem o medo de perder o emprego e práticas “modernas” que devem ser adotadas, individualizando o fracasso e o sucesso dos trabalhadores e dos empresários.

Para a autora, a revista citada e outras do Grupo Abril, assim como os veículos ligados aos conglomerados Folha e Globo, apoiam posições neoliberais como a retirada de entraves para o investimento do capital multinacional, a privatização das empresas e serviços públicos e a desregulamentação das relações de trabalho. Tais medidas estão de acordo com os

interesses de outros grupos empresariais nacionais e multinacionais: “Assim como existem na democracia, vários partidos da classe burguesa, isso também ocorre na imprensa” (SILVA, 2005, p. 44).

As ideias de Gramsci sobre o papel da imprensa como difusora de ideias e valores particulares de um grupo social podem ser tensionadas com o conceito de “campo jornalístico”, elaborado por Bourdieu, que ilumina as relações entre os diversos veículos de mídia. O conceito de campo é delineado por Miguel:

Para definir de maneira sucinta e provisória, um campo é um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem “naturalmente” aos agentes que dele participam. Esses agentes, por sua vez, interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras, também de maneira “natural”, em suas práticas (o que Bourdieu chama de *habitus*) (MIGUEL, 2002, p. 157, grifo do autor).

Os agentes do campo jornalístico – indivíduos e instituições – modelam suas práticas tendo em vista as lutas políticas no âmbito da sociedade e também as disputas e relações dentro do próprio campo. Bourdieu (1997) interpreta o campo jornalístico sob forte influência da competição de mercado, pesando sobre os textos a expectativa de que não afastem o público leitor e os anunciantes. Além disso, o sucesso de audiência do veículo é encarado no campo como uma aura de legitimidade democrática. Deve ser considerado também o fato de a notícia ser extremamente perecível, o que gera uma corrida em torno da novidade, o “furo”, segundo o jargão jornalístico. Todos estes fatores fazem da concorrência entre os jornais um estímulo à uniformização dos textos jornalísticos.

Faz-se necessário ressaltar que essa uniformização não legitima a visão liberal, para quem a homogeneização dos temas e informações tratados seria norteada pela verdade. Nesse sentido, é valiosa a crítica de Bourdieu (1981) ao conceito disseminado de “opinião pública” enquanto somatória de opiniões individuais igualmente espalhadas em toda a sociedade, que poderia ser aferida por um órgão de imprensa ou de pesquisa. Para o autor, a opinião está ligada às relações de poder e ao contexto de cada setor da sociedade, cujos membros formulam questões particulares, ligadas a sua realidade. A ideia de opinião pública pode ser reivindicada para esconder uma relação de forças: certa posição política se fortalece ao se pronunciar como opinião geral, corrente predominante na opinião pública; na verdade, ela forja a opinião pública ao se identificar com ela, pois generaliza uma posição que só circulava em um dado grupo social.

Com relação à difusão de percepções da realidade de certos grupos a partir da mídia – ponto que é comum às interpretações de Gramsci e Bourdieu – outro conceito pode ser mobilizado, o de agenda-setting, proposto pelos teóricos de comunicação norte-americanos Maxwell Mc-Combs e Donald Shaw no final dos anos 1960. Nos diálogos cotidianos, para além de temas muito particulares, que somente os interlocutores podem conhecer (como assuntos domésticos ou do âmbito de uma vizinhança), há um conjunto de ideias de circulação pública que sofre forte determinação dos meios de comunicação. Eles realçam alguns elementos da realidade e negligenciam outros, o que altera a percepção que os seus consumidores possuem do real e, conseqüentemente, as suas ações (NEGRÃO, 2005). Um exemplo seria o sucesso de programas televisivos de temas policiais que podem trazer o aumento da sensação de insegurança, induzindo a comportamentos como o medo de sair às ruas à noite ou de frequentar bairros que são citados em notícias criminais. Outro exemplo se constituiria pelas constantes notícias sobre corrupção que podem levar o eleitorado a considerar o combate a ela como pauta prioritária em relação a outras⁹.

Sem prejuízo aos conceitos mobilizados que indicam a existência de uma posição em todas as informações veiculadas pelos meios de comunicação, sejam elas marcadas pela opinião ou não, é necessário recorrer à distinção entre textos jornalísticos informativos e opinativos. Segundo José Marques de Melo, os gêneros nota, notícia, reportagem e entrevista podem ser classificados como informativos; a caracterização de opinativo cabe aos gêneros editorial, artigo, resenha, crônica, comentário, charge e carta. Nos textos informativos, o objetivo do autor é reproduzir o real a partir de sua observação e descrição; em contraste com os opinativos, definidos pela análise e avaliação explícitas da realidade (MELO, 1985, p. 48). Perseu Abramo faz uma distinção semelhante: “O reino da *objetividade* é a informação, a notícia, a cobertura, a reportagem, a análise, assim como o reino da *tomada de posição* é a opinião, o comentário, o artigo, o editorial” (ABRAMO, 2003, p. 41).

Além dessa tipologia dos gêneros jornalísticos, serão observados: a realidade material das páginas analisadas, constituídas por diversos textos e imagens em diálogo¹⁰, os interesses empresariais do jornal e a identidade que ele criou para relacionar-se com o público leitor. Em 1992, a FSP e os jornais *Notícias Populares* e *Folha da Tarde* integravam o conglomerado de

⁹ Miguel observa que o comportamento dos indivíduos recebe a influência cruzada de diversos aparatos ideológicos como família, escola, empresa, igreja, etc. Assim, o autor defende que não se considere as notícias midiáticas como único elemento determinante de um comportamento (1999, p. 66).

¹⁰ Para uma interpretação sobre a influência do contexto da enunciação (neste caso, a enunciação é o texto jornalístico e o contexto é a realidade material da página do jornal) sobre o seu significado ver Bakhtin (2010) e Faraco (2009).

mídia intitulado Grupo Folha. A segmentação de mercado praticada pela empresa destinava o primeiro jornal para um público elitizado, enquanto os outros escreviam para as classes populares. O Instituto Datafolha (outra empresa do conglomerado) realiza pesquisas periódicas sobre o perfil do leitor da FSP, desde 1988. Naquele ano, em pesquisa realizada no estado de São Paulo, a maior parte dos leitores, 43%, possuía de 30 a 49 anos, ante 29% que possuíam até 29 anos de idade, e 28% que eram mais velhos do que 50 anos. Quanto à escolaridade, 71% detinham formação superior e 9 % eram pós-graduados. (FOLHA DE S. PAULO, 1998, 2002).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também em 1988, apurou a taxa de 7,7% de graduados com relação à população total do estado de São Paulo (CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, 2015). A grande disparidade entre o patamar de 7,7% da população do estado com ensino superior e o de 71% de leitores com a mesma escolaridade confirma que o público leitor do jornal era bastante elitizado, pertencendo às classes médias e altas.

A circulação da FSP aos domingos, dia em que as vendas são mais altas, possuía a média de 522.215 exemplares em janeiro de 1992, segundo dados do jornal (PASCHOAL, 2007). Outro veículo da grande imprensa, a revista *Veja* obteve em 1992 uma circulação semanal de 650 mil a 820 mil exemplares, chegando a 1 milhão na edição de 27 de maio de 1992. Naquele dia, a revista anunciou na capa a segunda entrevista de Pedro Collor que denunciou o esquema de corrupção no governo federal (KUCINSKI, 1998, p. 172).

Com o ponto máximo de vendas entre 500 mil e 1 milhão de exemplares, a grande imprensa atinge diretamente uma proporção pequena da população brasileira, que correspondia a cerca de 150 milhões de pessoas no início dos anos 1990. Ao considerar os leitores secundários¹¹, que acessam o veículo sem tê-lo comprado, há um aumento: em 1998, a FSP estimou em 2,84 o número de leitores primários e secundários por exemplar. Ainda assim, o número de leitores é baixo diante da população, estaria no patamar máximo de 1,5 milhão de pessoas, considerando que o dado de 1992 se manteve próximo ao de 1998.

Mesmo acessando a um público restrito e elitizado, a influência da imprensa no comportamento da sociedade pode se estender devido à tendência de intercâmbio de temas com outros veículos midiáticos, como as grandes emissoras de televisão e de rádio, que atingem todo o conjunto da população. Com relação ao processo de investigação das

¹¹ Os leitores primários são titulares de assinatura do jornal ou compradores na banca, em contraposição aos leitores secundários, que acessam ao jornal por meio dos leitores principais, como seus filhos e cônjuges.

denúncias de corrupção e do impeachment de Collor, a cobertura da TV e do rádio não foi díspar em relação à dos jornais e revistas. (LATTMAN-WELTMAN, 1994).

1.2 A década de 1980 e a crise da hegemonia burguesa

A década de 1980 foi marcada por uma crise de hegemonia: os grandes proprietários rurais e o empresariado industrial brasileiro não encontraram um projeto político comum que unisse seus interesses. Ela só terminou com “a recomposição das forças conservadoras e burguesas através da coalizão que, primeiro sustentou o mandato-tampão de Itamar Franco e em seguida elegeu Fernando Henrique Cardoso” (ALMEIDA, 2011, p. 48). Assim, a eleição de Collor, seu governo e impeachment são fatos que pertencem aos momentos finais da crise de hegemonia.

Esse conceito gramsciano diz respeito a uma conjuntura em que o papel de dirigente do Estado das classes dominantes está em risco. Há um dissenso entre as suas frações, influenciado pelo fracasso de um grande empreendimento em que elas mobilizaram as classes populares; ou pela ação política das últimas, cujas reivindicações constituem uma revolução. Ao ser pensado para os anos 1980, o conceito dialoga com o lento processo de abertura política, controlado pelo regime militar e tensionado pelo fortalecimento dos movimentos sociais; e com a crise econômica que assolou o país e representou a falência do modelo nacional-desenvolvimentista de crescimento, tal como foi executado desde o golpe de 1964.

Durante o governo de Ernesto Geisel, de 1974 a 1979, o grupo político do presidente e do general Golbery do Couto e Silva iniciou a articulação de um processo de distensão “lenta, gradual e segura”, isto é, uma transição para o retorno do regime civil, conduzida pelos militares (ALMEIDA, 2011, p. 28). O objetivo da distensão ou abertura política cumpriu-se com a transmissão do poder para José Sarney, eleito presidente indiretamente e empossado no dia 15 de Março de 1985, fato que encerrou a ditadura militar. Não fazia parte dos planos de Geisel e Golbery o estabelecimento da democracia direta, assim a eleição indireta de um presidente civil encerrou a transição.

A abertura consistiu em um processo de liberalização, devolução gradual de alguns direitos civis e políticos¹² como, por exemplo, a liberdade de expressão, o *habeas corpus* e a

¹² A presente dissertação tomou por referência os conceitos de direitos civis, políticos e sociais definidos por Carvalho (2002, p. 9-10). “Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à

permissão para a criação de novos partidos políticos. Além disso, houve anistia aos perseguidos políticos, libertação dos que estavam presos e tolerância limitada à oposição liberal. Os governos militares mantiveram o controle político, intervindo sempre que a situação não lhe agradasse, resultando na contraditória permanência da tortura, dos assassinatos de opositores e de episódios de silenciamento da imprensa em meio à distensão.

A devolução gradual de direitos civis e políticos buscava manter os empresários ligados ao regime, evitando que eles se afastassem em virtude das dificuldades para o crescimento econômico do país entre 1974 a 1985. O grupo de Geisel e Golbery precisava do apoio do empresariado e, em especial, das grandes corporações de mídia, para manobrar contra dois adversários: à direita, a “linha-dura” militar, oposta à abertura e liderada pelo general Sílvio Frota; e à esquerda, os movimentos sociais que se reorganizavam desde o fim dos anos 1970. Tanto a atuação de entidades cuja oposição era tolerada pelo governo (como a Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, e a Associação Brasileira de Imprensa, ABI), quanto a ação inesperada dos movimentos sociais – sindicatos, associações de moradores, sem-terras, estudantes, etc. – levaram a transição para fora do planejado pela cúpula do regime. Para além da liberalização, os movimentos pressionavam pela democratização, a disputa aberta pelo poder político por meio de eleições livres e uma agenda de universalização dos direitos sociais.

Assim, a crítica ao regime autoritário recebeu crescente apoio na sociedade brasileira. Um fato que marcou este processo foi a campanha em favor da aprovação pelo Congresso Nacional da emenda constitucional Dante de Oliveira, em 1984, que instituiria eleições diretas para presidente no ano seguinte. A campanha Diretas-Já foi suprapartidária e reuniu interesses diversos, tanto dos movimentos sociais quanto de setores liberais e conservadores atraídos pela possibilidade de vencer as primeiras eleições diretas, como os que constituíam o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), por exemplo. Milhões de pessoas compareceram em comícios e atos públicos, nos anos de 1983 e 1984, até a derrota da emenda, que não obteve os votos suficientes para aprovação em uma seção da Câmara Federal com 112 abstenções de deputados governistas, em 25 de abril de 1984. No dia da votação, o

igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular [...] Os direitos políticos têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. [...] os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria [...] A idéia [sic] central em que se baseiam é a da justiça social".

Congresso foi cercado pelo Exército e houve um blecaute de duas horas nas regiões Sul e Sudeste, que atrasou a divulgação do resultado.

O fortalecimento das oposições foi correspondido por constantes recuos do regime na liberalização, um exemplo foi o assassinato do jornalista Vladimir Herzog em 1975. Outro episódio de recuo foi o “pacote de abril”, conjunto de alterações nas regras eleitorais impostas pelo governo em 1977, que resultaram na vitória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA, partido oficial dos governos militares) nas eleições para o Legislativo federal no ano seguinte. Também houve a radicalização da “linha-dura”, sobretudo após Sílvio Frota ser preterido na disputa pela sucessão de Geisel, em favor do general João Figueiredo, favorável à abertura. A extrema-direita militar esteve envolvida em atentados como a destruição de parte da sede da ABI, em 1976 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA, 2012); o envio de uma carta-bomba para a sede da OAB-RJ que matou a secretária Lyda Monteiro, em 27 de agosto de 1980 (CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, 2010); e a tentativa frustrada de acionar uma bomba em um show comemorativo do dia do trabalhador, no Pavilhão Rio Centro, em 1981.

Em relação à economia, vários problemas afetaram o Brasil na década de 1980: altas taxas de inflação, desemprego, endividamento externo, instabilidade monetária, crescimento em ritmo lento, etc. Uma das causas determinantes para a crise foi a política de endividamento assumida durante a presidência de Geisel (ALMEIDA; NETO, 2012). No período de 1968 a 73, a economia brasileira crescera em média 10% ao ano, porém tal ritmo não poderia ser mantido após o choque do petróleo, ocorrido no último ano. Em retaliação ao apoio europeu e norte-americano a Israel durante a Guerra do Yom Kippur (conflito árabe-israelense que opôs Israel a Egito, Síria e Iraque, em 1973), os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) elevaram o preço dos barris de petróleo do patamar de US\$ 3,60 para o de US\$11,60. O encarecimento do petróleo teve grande impacto na economia mundial, principalmente na dívida de países recentemente industrializados, como o Brasil.

O Governo Geisel conservou os programas de investimento federais em indústrias de base, produção de energia elétrica e de petróleo, utilizando financiamento externo. Manter o crescimento à custa do endividamento externo foi uma opção deliberada com o objetivo de evitar a ascensão das oposições, pois o desempenho econômico era um dos pilares da legitimidade do regime militar. Assim, o Produto Interno Bruto (PIB) teve elevação de cerca de 4% ao ano até 1979. Nesse ano, o banco central dos EUA elevou suas taxas de juros, acarretando na valorização do dólar. Os dois fatores causaram um forte impacto na dívida brasileira:

Em 1979, cerca de três quartos da dívida externa de médio e longo prazos estavam contratadas a taxa de juros flutuantes, implicando um choque com a política norte-americana de valorização do dólar a partir de 78. Como parte dessa política, os juros internacionais subiram de um patamar de 1% – 1,5% a.a. para 7% – 8% a.a. entre 1978 e 1980. Estima-se que tenha ocorrido um acréscimo de US\$ 10 a 16 bilhões na dívida externa brasileira (de cerca de 64,2 bilhões em 1980) entre 1979 e 1982[...] No período 1978-1983, as dívidas externas bruta e líquida cresceram em média 16% e 20% a. a., respectivamente, fazendo com que o passivo externo líquido triplicasse em seis anos. (ALMEIDA, 2011, p. 58-59).

A valorização do dólar levou ao aumento do preço das importações e à depreciação do valor das exportações, agravando a situação do balanço de pagamentos do país. O Governo Figueiredo utilizou medidas recessivas, visando conter o consumo e as importações: arrocho salarial, aumento das taxas internas de juros, redução dos gastos estatais e estímulo ao setor exportador. As exportações superaram as importações – houve um superávit de US\$ 1,2 bilhões em 1981, fato que se manteria por toda a década de 1980 – gerando renda para o pagamento da dívida externa. Porém, houve uma recessão inédita desde a Segunda Guerra Mundial, o PIB recuou 4,1% (um resultado negativo que só seria superado em 1990). A situação se tornaria mais delicada com a recessão mundial de 1982, levando o Brasil a negociar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mediante a manutenção das medidas recessivas apontadas acima.

O primeiro presidente civil foi José Sarney, eleito vice-presidente na chapa de Tancredo Neves, que faleceu devido a um câncer no intestino e não tomou posse. O Governo Sarney (1985-1990) implementou, sem sucesso, diversos planos econômicos para fazer frente à crise e a um de seus efeitos, a inflação, que quadruplicou e chegou a 80% ao mês no final do mandato. Houve quatro Ministros da Fazenda (Francisco Dornelles, Dílson Funaro, Luís Carlos Bresser Pereira e Maílson da Nóbrega) e duas trocas de moedas: de Cruzeiro para Cruzado, em 1986, e de Cruzado para Cruzado Novo, em 1989. A política econômica alternou medidas ortodoxas, de caráter recessivo, e heterodoxas, baseadas em uma intervenção estatal sobre preços e salários¹³.

Após o fracasso do Plano Cruzado, o governo federal decretou moratória unilateral da dívida externa em janeiro de 1987, deixando de pagar juros aos credores do sistema financeiro internacional. O ministro Maílson da Nóbrega, cujo mandato durou de dezembro de 1987 até

¹³ Nesse caso específico, a oposição entre ortodoxia – que remete ao neoliberalismo defendido por Milton Friedman – e heterodoxia, vertente influenciada por Jhon Maynard Keynes, se refere às causas da inflação: o comportamento racional dos agentes para os ortodoxos e a reprodução inercial dos preços para os heterodoxos. Portanto, há oposição entre as medidas para contenção da inflação propostas pelas duas escolas (ALMEIDA, 2011).

março de 1990, suspendeu a moratória e realizou novo acordo com o FMI. Em relação ao acordo anterior, houve menos recursos para o Brasil e maiores exigências quanto à política econômica, que deveria caracterizar-se pela contenção do déficit público e um programa de privatizações de empresas estatais.

A condução da economia nos anos 1980 teve como consequência a compressão do consumo das famílias, com a finalidade de combater a inflação e manter o superávit da balança comercial, o que agravou a concentração de renda brasileira. Entre 1981 e 1989, a renda dos 50% mais pobres caiu de 14,5% para 12% da renda total do país; enquanto a dos 10% mais ricos subiu de 44,9% para 48,1%; e a dos 1% mais ricos de 12,1% para 13,9%. O aumento do desemprego e da carestia foi um fator de fortalecimento dos movimentos sindical e camponês, cuja luta impediu uma concentração de renda ainda maior. A década foi marcada por um número crescente de greves, em 1985 elas chegaram a mobilizar seis milhões de trabalhadores (ALMEIDA, 2011, p. 75). As greves contaram com a simpatia de setores da classe média descontentes com a gestão de Sarney, como médicos e professores. O avanço dos movimentos sociais resultou no reconhecimento de novos direitos sociais na Constituição de 1988 (SILVA, 2005).

O fracasso em realizar um plano econômico eficiente no combate à inflação aponta para o descompasso entre as políticas governamentais e as ações do empresariado com relação a vários indicadores como preços, salários, juros, tarifas de serviços estatais, entre outros. Esse desencontro remete ao esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista de crescimento, no qual a capacidade de investimento do Estado é um fator essencial. Com a crise da dívida externa, o investimento estatal ficou comprometido.

Desde a década de 1970, o empresariado industrial era apoiado por subsídios e prosperava como fornecedor de insumos para a indústria estatal de base, em expansão desde 1972 (ALMEIDA; NETO, 2012). A partir de 1976 e, principalmente, 1977, a queda das taxas de crescimento da economia levou a um sentimento de pessimismo dos empresários do setor, que passaram de aliados a críticos da intervenção do Estado. Outro processo histórico simultâneo foi a ascensão do modelo neoliberal de governo, que se disseminou a partir da chegada ao poder de Margareth Thatcher na Inglaterra, em 1979, e de Ronald Reagan nos EUA, em 1981. Durante a década de 1980, as medidas neoliberais – privatização de empresas públicas, fim de subsídios e políticas protecionistas, retirada de impostos sobre a riqueza e de gastos sociais do Estado – tornaram-se hegemônicas na Europa e EUA, sendo adotadas até por governos social-democratas (ANDERSON, 1995).

No entanto, a crítica vaga do empresariado brasileiro à intervenção estatal não pode ser vista como adesão plena ao ideário neoliberal, pois tanto o setor industrial quanto o agroexportador eram favorecidos pelo Estado, o primeiro por renúncias fiscais e reservas de mercado e o segundo por medidas protecionistas. Dreifuss (1989, p. 35) calcula que tais medidas repassaram à burguesia cerca de US\$ 11 bilhões de dólares anuais de 1973 a 1985, o suficiente para quitar a dívida externa pública.

Nesse quadro, os veículos de imprensa podem ser apontados como pioneiros na adesão ao neoliberalismo nos anos 1980. Mobilizados para tornar representações particulares da realidade predominantes em um “mercado de discursos públicos”, os veículos de informação se encontram estimulados a realizar “sínteses e simplificações ideológicas, muitas vezes em nome de concepções igualmente vagas e difusas de ‘elites dirigentes’” (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 107). Também havia interesses dos conglomerados de mídia em investir no setor de telecomunicações, que era dominado pelo Estado; e na importação de produtos de informática, que estavam sob reserva de mercado para a indústria nacional.

Enquanto as elites estavam a braços com um dissenso em torno do modelo de crescimento econômico, ocorreu a emergência de movimentos populares ligados ao surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), com o apoio de setores da classe média. Nesse contexto de crises de consenso, dentro das elites e entre elas e as classes populares, ocorreram as eleições de 1989. O seu resultado foi a vitória no segundo turno de Collor sobre o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, por uma margem pequena de votos, cerca de 4 milhões, representando o resultado mais apertado de uma eleição presidencial brasileira, excetuando a de 2014.

1.3 A FSP e o contexto da abertura política

A FSP surgiu em 1º de Janeiro de 1960 a partir da unificação de três jornais da mesma empresa: *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*. A *Folha da Noite*, criada em 1921, foi o primeiro periódico da empresa que daria origem ao Grupo Folha. Ela possuiu vários donos até agosto de 1962, quando foi vendida para Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Eles modernizaram as técnicas de impressão, sanaram dívidas, reorganizaram a distribuição e adquiriram outros jornais. Nas décadas de 1960 e 1970, compraram *Notícias Populares* e *A Última Hora*, além de investirem na rede de televisão *Excelsior* e controlarem

a Fundação Cásper Líbero, que editava os jornais *A Gazeta* e *Gazeta Esportiva*. Os dois empresários detinham outros negócios: incorporação imobiliária, vendas de ações (por meio da corretora Transaco), produção agropecuária (com a Granja Itambi, em São José dos Campos - SP) e uma estação rodoviária no Bairro da Luz, no centro de São Paulo. Eles constituíram um grupo de mídia a partir da compra dos jornais citados, que estavam em má situação financeira na década de 1960. Em 1991, Frias e Caldeira desfizeram a sociedade e o primeiro passou a controlar sozinho o Grupo Folha, que na época publicava a FSP, a *Folha da Tarde* (substituída em 1999 pelo periódico *Agora São Paulo*) e o *Notícias Populares* (extinto em 2001).

Nos anos 1970, dez famílias controlavam os principais veículos midiáticos do Brasil: Abravanel (SBT), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Frias (FSP), Levy (Gazeta Mercantil), Marinho (Globo), Mesquita (OESP), Nascimento Brito (Jornal do Brasil), Saad (Bandeirantes) e Sirotsky (Rede Brasil Sul, RBS). O jornal OESP detinha a liderança do mercado paulista e sempre foi considerado por Frias e Caldeira como o grande concorrente a ser vencido. O periódico pertencia aos Mesquita desde o final do século XIX e era fiel ao mesmo perfil ideológico: conservador, alinhado às oligarquias rurais e, antes do golpe de 1964, ao partido União Democrática Nacional (UDN). Tratava-se de um jornal com identidade sólida e prestígio, devido à sua tradição e liderança (KUCINSKI, 1998, p. 72). A FSP, ao contrário, havia pertencido a diversos proprietários e teve um histórico de instabilidade em sua linha editorial entre as décadas de 1920 e 1970. Isso inviabilizou a consolidação de uma identidade com o seu público leitor (POLACOW, 2007, p. 12).

De forma geral, as grandes empresas de mídia brasileiras apoiaram o golpe de 1964. Contudo, o apoio não impediu a existência de censura prévia nos jornais da família Mesquita, OESP e *Jornal da Tarde* (JT), e na revista *Veja*, do Grupo Abril. A censura foi denunciada ocupando o espaço vazio dos textos e imagens proibidos com elementos estranhos ao contexto da página de jornal: OESP publicou versos de Luís Vaz de Camões, o JT utilizou receitas de cozinha e *Veja* imprimiu desenhos de árvores (MARCONDES FILHO, 2003, p. 71 apud POLACOW, 2007, p. 12). A censura prévia consistia na presença de censores nas redações que avaliavam as pautas jornalísticas e impediam a publicação do que considerassem inconveniente ao regime. A FSP não sofreu este tipo de censura. Assim como outros jornais, ela recebia por telefone ou telex informações sobre temas que não poderiam ser abordados, o que era cumprido pela redação.

O Grupo Folha foi pioneiro na introdução de novos métodos de impressão utilizando as técnicas *off set* e de fotocomposição, a partir de 1967. Para isso, fez uso linhas de

financiamento ligadas ao regime, por meio do Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas (GEIPAG), órgão criado para fomentar a indústria gráfica; e ligadas aos EUA, através de um programa da agência governamental United States Agency for International Development (USAID). A empresa só conseguiu pagar estas dívidas nos anos de 1974 e 1975 (TASCHNER, 1992, p. 174).

O endividamento pode ser associado ao apoio discreto, com críticas raras, da FSP aos governos militares. Outros elementos mostram a ligação entre o conglomerado e o regime como o empréstimo de carros de distribuição de jornais para operações de perseguição a grupos guerrilheiros (PASCHOAL, 2007, p. 153; PIRES, 2008, p. 18) e a nomeação de Carlos Caldeira Filho para prefeito da cidade de Santos-SP, pela ARENA, cujo mandato ocorreu de 1979 a 1980. Além disso, o jornal *Folha da Tarde*, relançado em 1967 com tendências esquerdistas, passou à extrema-direita a partir de 1969: apoiou as perseguições a militantes de esquerda e empregou policiais em sua redação. Dessa forma, havia uma discrepância entre o principal jornal da empresa, a FSP, que não era abertamente pró-regime, e a *Folha da Tarde*, de total adesão à ditadura.

Antes do início do Governo Geisel, que ocorreu em março de 1974, Golbery reuniu-se com Frias de Oliveira e informou as intenções do seu grupo político de começar um processo de transmissão de poder para os civis, no qual interessava a existência de um concorrente forte do jornal OESP no mercado paulista (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003, p. 354)¹⁴. Apesar do interesse no crescimento da FSP, Golbery não prometeu qualquer tipo de apoio financeiro do governo ao jornal. Frias de Oliveira e alguns dirigentes da redação (Ruy Lopes, Cláudio Abramo, Boris Casoy e Otávio Frias Filho), consideraram que o processo de abertura seria uma oportunidade para o jornal construir uma identidade política diversa de OESP, visando ampliar seu público. Em novembro de 1974, a vitória do partido de oposição ao regime, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nas eleições para o Senado sinalizou para a direção do jornal a existência de uma grande parcela da sociedade aberta a consumir uma publicação identificada com o futuro processo de redemocratização (PASCHOAL, 2007, p. 147).

Desde aquele ano, a FSP começou a atrair jornalistas e intelectuais de oposição ao regime, ação iniciada por Cláudio Abramo, diretor de redação e militante socialista. Entre os nomes que passaram a escrever no periódico, podem ser citados Clóvis Rossi, Jânio de Freitas, Paulo Francis (na época, com posições de esquerda), Newton Rodrigues, Alberto

¹⁴ A informação é proveniente da entrevista concedida por Octavio Frias Filho a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, em 1997, presente na obra *Eles mudaram a imprensa* (2003).

Dines, Gerardo Mello Mourão, Oswaldo Peralva, Flávio Rangel, Glauber Rocha, Dalmo de Abreu Dallari, Mauro Santayama, Fernando Henrique Cardoso e Samuel Wainer. A página 2 do Primeiro Caderno, destinada aos editoriais institucionais e artigos de opinião, recebeu novos colunistas. Também foi criada a seção Tendências/Debates, que passou a ocupar a maior parte da página 3 do mesmo caderno, com artigos de opinião de autores sem vinculação com a FSP e pertencentes a diversas correntes políticas. Estas medidas construíram a imagem de jornal pluralista em um contexto de mobilização de diversos setores da sociedade em torno da redemocratização; assim, o jornal diferenciava-se do seu rival, o conservador OESP (POLACOW, 2007, p. 25).

Para a grande imprensa, a abertura política significou a lenta retomada da liberdade de expressão. A censura prévia foi retirada dos jornais OESP e JT em 1975 e da revista *Veja* no ano seguinte. Contudo, houve momentos de censura após essas datas como a prisão do jornalista Lourenço Diaféria, em 1977, devido a um artigo de opinião publicado na FSP que foi considerado ofensivo à memória do Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro. A reação do governo ao artigo levou à supressão temporária da publicação de editoriais, à saída de Cláudio Abramo da direção da redação e de Frias de Oliveira do cargo de editor, posições que foram ocupadas por Boris Casoy, um jornalista de orientação conservadora (PASCHOAL, 2007, p. 160; POLACOW, 2007, p. 22).

Em 1984, a campanha pelas eleições diretas consolidou a imagem da FSP como jornal plural e representativo da democracia. A adesão dos grandes veículos de mídia à campanha foi tímida, enquanto a FSP defendeu as eleições diretas em editorial de 27 de março de 1983, pouco depois da proposição da emenda. O periódico fez uma cobertura intensa da mobilização entre janeiro e abril de 1984, usou de forma corrente a expressão “diretas-já” e divulgou telefones de deputados para que os leitores pressionassem pela aprovação da emenda (PIRES, 2008, p. 34-36).

Na semana anterior a votação foi publicada uma tarja na capa, sugerindo o uso da cor amarela, que simbolizava a campanha (ver Figura 1, onde também há fotos de manifestações pelas diretas). Na edição que noticiou a derrota, em 26 de abril de 1984, a FSP publicou uma tarja preta na primeira página pedindo para as pessoas usarem essa cor em sinal de luto pelo Congresso Nacional. Na mesma lauda, foi impresso um editorial extraordinário intitulado “Cai a emenda, não nós”. O texto é crítico à minoria de “maus parlamentares” que votaram contra o “sentimento” da sociedade; e elogioso à campanha, demonstração do “talento” do povo brasileiro, sempre acusado de “apatia política”, de “se organizar e manifestar com

responsabilidade, energia e imaginação” (ver Figura 2, no centro da página, há o resultado da votação, começando pelos deputados que votaram favoravelmente às eleições diretas).

Dessa forma, a FSP “ressurgiu no panorama político como um jornal distinto dos concorrentes” (CONTI, 1999, p. 357). A descrição de Conti foi deliberadamente propagada pelo jornal, com a finalidade de vincular sua imagem à construção do regime democrático (PIRES, 2008, p. 34). As ações de publicidade do periódico passaram a citar momentos importantes da cobertura da campanha; e reportagens e livros oficiais editados pelo Grupo Folha sobre a história do jornal, como a seleção de capas *Primeira Página* e o livro *A Trajetória de Octávio Frias de Oliveira*, ressaltaram a atuação pela aprovação das diretas. A segunda obra afirma que o periódico liderou a campanha. Em 1989, a cobertura das eleições presidenciais foi realizada em um caderno especial chamado “diretas-89”, outra ação visando rememorar a campanha. Ao mesmo tempo em que construiu uma identidade sólida, a FSP aumentou suas vendas e tornou-se o jornal com maior circulação do país em 1986 (PASCHOAL, 2007, p. 173).

Figura 1 – “Use amarelo”: FSP convoca manifestações pelas diretas



Fonte: FOLHAPRESS, Acervo Folha, FSP, p. 1, 22/4/1984.

Figura 2 – “Use preto”: FSP pede demonstração de luto pela derrota das diretas



Fonte: FOLHAPRESS, Acervo Folha, FSP, p. 1, 26/4/84.

O projeto editorial publicado em 1985 afirmava que o periódico deveria criticar a todas as vertentes políticas, colocando-se como apolidário. No fim daquela década, a imagem de jornal plural foi usada em ações de marketing, afirmando que o jornal podia ser simultaneamente amado e odiado pelo seu leitor (KUCINSKI, 1998, p. 71). Até os dias atuais, a publicidade da FSP promove o jornal por publicar opiniões diversas.

Acerca das relações entre a direção do jornal e os funcionários, iniciou-se nos anos 1980 um processo de introdução do uso de computadores nas redações. Como consequência, ocorreu o fim da utilização de máquinas de escrever, papel-carbono, filmes para impressão e do hábito de recortar e colar diversas laudas digitadas na máquina para construir uma matéria. A introdução dos computadores ocorreu paulatinamente devido à vigência da reserva de mercado para produtos de informática fabricados no Brasil.

Ainda assim, a inovação alterou rapidamente o dia-a-dia das redações: melhorou as condições de trabalho ao diminuir o barulho intenso das máquinas de escrever, adiantou o fechamento das edições e reduziu a mão de obra empregada, pois eliminou vários intermediários entre o repórter e a impressão, cuja conexão pelo computador passou a ser instantânea. A FSP foi o primeiro jornal a introduzir os computadores em 1982, o que levou a demissão de 73 revisores em um ano.

Outro fato relativo à produção do material jornalístico do periódico foi a criação do Projeto Folha, que alterou as diretrizes para a escrita dos textos da FSP. Em 1984, Otávio

Frias Filho assumiu a direção da redação (cargo que exerce até os dias atuais) e instituiu um manual de redação, com a finalidade de homogeneizar a escrita dos textos jornalísticos. De forma geral, eles tornaram-se curtos e objetivos e ampliou-se o uso de gráficos, tabelas e elementos didáticos. Além disso, o jornalista não poderia se posicionar e o texto deveria contemplar pontos de vista opostos, reservando espaço ao “outro lado”; a opinião ficaria restrita aos editoriais e artigos de colunistas (POLACOW, 2007, p. 26; PIRES, 2008, p. 52).

A direção do jornal utilizou a introdução dos computadores para fiscalizar a produtividade dos jornalistas e o cumprimento do manual de redação, impondo metas de produção e um sistema de avaliação. O procedimento de aplicação do Projeto Folha envolveu um alto número de demissões. Deixaram o jornal, por iniciativa da empresa ou do próprio funcionário, 27 jornalistas no primeiro mês do projeto, 116 em um ano, 471 em mil dias – o que representa uma média de 1 jornalista deixando o jornal a cada 2,1 dias. As demissões levaram ao rejuvenescimento e despolitização da redação, pois os jornalistas mais velhos e engajados não se adaptaram ao projeto (ARBEX, 2001 apud POLACOW, 2007, p. 34). Assim, a FSP divulgava uma imagem de jornal ligado à democracia, enquanto mantinha um ambiente bastante autoritário em sua redação.

A padronização do texto jornalístico e o uso dos computadores se reproduziram nas outras redações nos anos seguintes, sendo que o rival direto da FSP, o jornal OESP foi o último a seguir tais tendências: ainda em 1989, procurava reformar as suas diretrizes editoriais para retirar a opinião dos jornalistas dos textos informativos (CONTI, 1999).

Nos anos 1990, os veículos de mídia passam a ter sites e emitir informações de forma imediata na internet. O *Jornal do Brasil* foi o primeiro a divulgar notícias on-line, em 1995. O Grupo Folha investiu na venda de acesso à internet (negócio do qual iria se retirar em 2000) aliada à divulgação de um portal de conteúdo, o *Universo Online* (UOL), também criado em 1995. O UOL deu prejuízo nos primeiros anos, mas depois se tornou rentável, faturando US\$ 266 milhões em 2005 (CAMARGO, 2008, p. 274). Outro fato importante da década de 1990 foi o investimento de algumas empresas de mídia na venda de televisão por assinatura, como o Grupo Globo, que criou para essa finalidade a empresa NET; e o Grupo Abril, proprietário da TVA, empresa que não foi bem-sucedida.

A modernização dos anos 1980 e 1990 se realizou com a criação de dívidas e a necessidade de encontrar investidores. No início dos anos 2000, três famílias foram obrigadas a vender seus veículos, pois possuíam dívidas insolúveis: os Bloch, donos da *TV Manchete* e das revistas *Manchete*, *Fatos & Fotos* e *Pais & Filhos*; os Nascimento Brito, que controlavam o *Jornal do Brasil*; e a família Levy, proprietária da *Gazeta Mercantil*. A família Mesquita

também se retirou da administração do Grupo OESP, mantendo o controle sobre a linha editorial dos jornais.

Já os grupos Abril, Globo e Folha associaram-se ao capital internacional. O Grupo Globo tornou-se parceiro do conglomerado norte-americano News Corporation, ambos administram a empresa de TV por assinatura Sky; e da empresa mexicana Telmex, que investe na empresa NET, do mesmo ramo. O Grupo Abril vendeu 13,8% das suas ações a um fundo norte-americano de investimento, administrado pela Capital Internacional Inc., e outros 30% ao grupo sul-africano de mídia Naspers. Quanto ao Grupo Folha, ele se articulou com a empresa Quad/Graphics USA para criar a indústria gráfica Plural, em 1996 (PLURAL INDÚSTRIA GRÁFICA, [20--?]), e vendeu parte das ações do UOL para a empresa portuguesa Portugal Telecom (VILAMÉA, 2008). Em 2010, a Portugal Telecom retirou-se do negócio e vendeu suas ações para a empresa brasileira do ramo alimentício e de higiene Hypermarchas (INFO EXAME; REUTERS, 2010).

Também deve ser citada a participação dos grupos OESP e Globo nos leilões de telefonia celular e fixa ocorridos em 1997 e 1998. O primeiro criou a empresa BCP associado ao Banco Safra, à empresa brasileira Splice Telecom e à americana Bell South, integrante da AT & T. A BCP adquiriu os direitos de telefonia celular para o serviço de banda digital, chamada Banda B, na cidade de São Paulo e no Nordeste, em 1997. O Grupo Globo, em consórcio com a companhia italiana Stet Telecom, o banco Bradesco e a empresa Vicunha Telecomunicações, adquiriu os mesmos direitos para o estado de Minas Gerais. Além disso, no leilão do sistema Telebrás ocorrido em 1998, o conglomerado adquiriu a concessão da TeleSul celular, associado ao Bradesco e à Telecom Itália Mobile (TIM). O Grupo RBS também participou do leilão do sistema Telebrás, investindo na concessão da Telesp (NOVAES, [199-?]).

A entrada de capital estrangeiro na década de 1990 e o endividamento tornaram ainda mais apertada a ligação entre as empresas de mídia brasileiras e o capital internacional, na forma de investidores e de anunciantes: “Não se trata apenas daquilo que os anunciantes supostamente obrigam a dizer, mas que anunciantes e veículos tem necessidades comuns a construir e preservar” (SILVA, 2005, p. 40). O processo de encolhimento do número de grandes grupos de mídia não ocorreu apenas no Brasil, o mercado mundial é dominado por um pequeno número de corporações, como as americanas General Electric, AT&T/Liberty Media, Time Warner, Sony, News Corporation e Viacom e a alemã Bertelsmann (SILVA, 2005, p. 50).

Assim, durante os anos 1990, as empresas de mídia brasileiras (com o Grupo Folha em posições pioneiras) estavam passando por um contexto de informatização das redações, investimento em novos ramos, como a internet e a televisão por assinatura, e procura por novos investidores. Tais características condizem com as pautas de privatizações e retirada das reservas de mercado defendidas pelo programa de governo de Collor e apoiadas pela grande imprensa.

Também cabe destacar a liderança da FSP no mercado nacional de jornais, a partir de 1986, e a consolidação da sua identidade como jornal plural, democrático e apartidário em contraste com o ambiente autoritário de sua redação. Essa identidade não teve apenas inspirações ideológicas; ela foi uma estratégia bem sucedida de marketing do jornal diante da abertura, articulada pelos mesmos donos que haviam colaborado com o golpe e o governo militar.

2 COLLOR E A IMPRENSA: ELEIÇÃO, GOVERNO E IMPEACHMENT

O presente capítulo volta-se para Collor, personagem que ascendeu, em alguns anos, de político pouco conhecido em escala nacional para vencedor da primeira eleição direta após o regime militar. Além disso, ele tornou-se o único presidente brasileiro a sofrer um impeachment. O capítulo tratará dos seguintes temas: o contexto das eleições de 1989, a bem-sucedida estratégia política para projetar a imagem de Collor antes e durante a campanha presidencial; o projeto político neoliberal que representava e seu fracasso em executá-lo; e as denúncias de corrupção que foram constantes em seu governo e levaram ao impeachment. Em cada tema citado, será destacada a relação entre Collor, a FSP e os demais veículos da grande imprensa.

2.1 As eleições de 1989

Collor foi o primeiro presidente escolhido em uma eleição direta, desde 1960, e o primeiro sob a Constituição de 1988. As eleições marcam o início da ordem democrática, após o regime militar, que durou de 1964 a 1985, e o mandato de Sarney (1985-1990), eleito indiretamente pelo Congresso Nacional.

A primeira eleição direta para presidente em 29 anos foi também o primeiro pleito em que a televisão pode ser decisiva, visto que atingia a 90% dos brasileiros, em contraste com a eleição anterior, de 1960, quando o acesso ao aparelho era um luxo que poucos dispunham (BIROLI; MIGUEL. 2011).

A disputa de 1989 foi uma eleição solteira, o pleito presidencial não foi acompanhado por outros para prefeito, governador ou cargos legislativos. Essa característica possibilitou que diversos candidatos de siglas de pouca expressão fossem lançados à presidência, visto que as alianças para coligações partidárias segundo interesses eleitorais regionais ou parlamentares não ocorreram. Concorreram às eleições vinte e um candidatos (ordenados pelo resultado eleitoral): Fernando Collor de Mello (PRN), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Guilherme Afif Domingos (PL), Ulysses Guimarães (PMDB), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (PFL), Ronaldo Caiado (PSD), Affonso Camargo (PTB), Enéas Carneiro (PRONA), Marronzinho (PSP),

Paulo Gontijo (PP), Zamir (PCN), Livia Maria (PN), Eudes Mattar (PLP), Fernando Gabeira (PV), Celso Brandt (PMN), Antônio Pedreira (PPB) e Manoel Horta (PDC) (AZEVEDO; RUBIM, 1998) ¹⁵.

No primeiro turno, em 15 de novembro de 1989, Collor obteve 20 milhões de votos, o equivalente a 28,5% do eleitorado, seguido por Lula, que obteve 11 milhões de votos, ou seja, 16% do eleitorado. O segundo turno, que aconteceu no dia 17 de dezembro, teve um resultado apertado: Collor obteve 35 milhões de votos (49%) contra 31 milhões de Lula (44%).

Entre o final da Assembleia Constituinte, em setembro de 1988, e o segundo semestre de 1989, outros candidatos ainda tentaram disputar a presidência como Jânio Quadros, Orestes Quécia, Antonio Ermírio de Moraes, Jarbas Passarinho, Sílvio Santos, e os militares Ozires Silva e Leônidas Pires Gonçalves.

Lula e Brizola lideravam as pesquisas eleitorais desde o início de 1989: uma pesquisa realizada pelo Instituto Ibope e divulgada pelo *Jornal do Brasil*, em 8 de Janeiro, mostrou Brizola com 19% das intenções de voto, Lula com 14%, Collor com 9% e Covas com 8%. Em um cenário com Sílvio Santos, o empresário liderava as pesquisas com 24%; porém ele não obteve adesão na convenção do PFL, que preferiu lançar Aureliano Chaves. Em novembro, a duas semanas das eleições, Santos contou com o apoio de Sarney para utilizar um partido pequeno, o Partido Municipalista Brasileiro (PMB), e disputar a presidência. Assim, ele substituiria o candidato Corrêa, já lançado pela sigla. No entanto, o Tribunal Superior Eleitoral embargou a candidatura do PMB por irregularidades na sua inscrição.

Havia a forte possibilidade de um segundo turno entre dois candidatos de esquerda, Brizola e Lula. O candidato do PT, que foi para a fase final da eleição, tinha em seu programa propostas de renegociação e possível moratória da dívida externa e de democratização dos meios de comunicação, por meio de “restrições à concentração de concessões por região” (KUCINSKI, 1998, p. 108).

O empresariado identificava Lula e Brizola como inimigos e procurava um concorrente que evitasse um segundo turno entre eles. Dreifuss (1989, p. 257) divide os candidatos interessantes à burguesia nos seguintes grupos – viáveis e desejáveis: Orestes Quécia, Aureliano Chaves, Fernando Collor, Ozires Silva, Afif Domingos; possíveis: Jânio

¹⁵ As siglas partidárias referem-se aos seguintes nomes: PRN – Partido da Reconstrução Nacional; PT – Partido dos Trabalhadores; PDT – Partido Democrático Trabalhista; PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira; PDS – Partido Democrático Social; PL – Partido Liberal; PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro; PCB – Partido Comunista Brasileiro; PFL – Partido da Frente Liberal; PSD – Partido Social Democrático; PTB – Partido Trabalhista Brasileiro; PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional; PSP – Partido Social Progressista; PP – Partido Progressista; PCN – Partido Comunitário Nacional; PN – Partido Nacionalista; PLP – Partido Liberal Progressista; PV – Partido Verde; PMN – Partido da Mobilização Nacional; PDC – Partido Democrata Cristão.

Quadros, Jarbas Passarinho, Ulysses Guimarães, Antonio Carlos, Íris Resende, Álvaro Dias, Affonso Camargo; possíveis em último caso: Mário Covas, Waldir Pires; não desejáveis, mas necessários: Leônidas Gonçalves. Quase todos esses nomes enfrentaram problemas que inviabilizaram a candidatura ou o consenso burguês em torno dela.

Em janeiro de 1989, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) encomendou uma pesquisa com vistas a traçar o perfil do candidato ideal à presidência, chamada *Projeto Leader*, cujas características podem ser vistas no trecho abaixo:

O clima geral favorece um candidato com retórica populista, capaz de identificar-se com os problemas populares; o candidato deveria ser sensível às questões relativas à justiça social. O candidato não poderia ser velho, caracterizar-se como um político tradicional nem deve estar associado à Nova República. O candidato deveria ser jovem, ter idéias [sic] novas, identificar-se com o futuro, com soluções inovadoras. O eleitor buscará uma personalidade honesta e que demonstre ser competente. Estará em alta o comportamento ético, prevalecendo traços moralistas (FIGUEIREDO, 2000 apud DALPRA JÚNIOR; FERNANDES, 2001, p. 27).

O documento ainda ressalta a importância da experiência administrativa do postulante a presidência. É notável a rejeição a nomes tradicionais, por sua ligação com a ditadura ou o governo de José Sarney (citado pela expressão “Nova República”, que se referia ao retorno dos governos civis em 1985) ou, ainda, por sua associação com a corrupção. Em meio à crise econômica e ao dissenso das elites, a estratégia da direita era culpar vagamente “o governo e os políticos” pelos problemas do país, o que dialogava com a impopularidade de Sarney. (DREIFUSS, 1989, p. 266). O PMDB, partido desse presidente, já havia sido derrotado nas eleições municipais de 1988, na qual perdeu todas as capitais do Sudeste. Do outro lado, o PT teve um ótimo desempenho naquele pleito, vencendo em São Paulo e em Porto Alegre.

A FIESP não apontou nenhum candidato apto a preencher os requisitos que a pesquisa levantou, assim, ela recomendou que os seus filiados aguardassem as definições do cenário eleitoral. As notícias dos principais jornais e revistas nos primeiros meses de 1989 também aguardavam o anúncio oficial de candidaturas, especialmente as do PFL e do PMDB, maiores partidos do país e tidos como mais aptos a construir uma forte candidatura de direita ou centro-direita (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 15).

Apesar da ausência de um projeto de crescimento econômico de longo prazo ou de um programa de governo consensual, desde 1988, algumas pautas tinham força entre as elites como o combate à corrupção e à ineficiência do funcionalismo público e a modernização do

país, por meio da diminuição e reforma do Estado. O moralismo combinava-se com o anticomunismo, por meio de referências à crise do socialismo no Leste Europeu¹⁶.

As dificuldades em encontrar um candidato comum que concentrasse os votos de direita passavam pelo grande número de nomes que disputavam a mesma parcela do eleitorado, o que refletia a divisão dentro da burguesia. Os grandes proprietários de terras, reunidos na entidade União Democrática Ruralista (UDR, criada em 1985 para se opor à reforma agrária), lançaram seu presidente como candidato, Ronaldo Caiado. No entanto, a UDR sofrera um grande abalo em sua imagem por ter sido associada ao assassinato do sindicalista Chico Mendes, que ocorreu em 22 de dezembro de 1988. A candidatura de Caiado ainda teve grande dificuldade em obter o apoio de um partido, lançando-se pelo Partido Democrata Cristão (PDC) para depois mudar para o Partido Social Democrático (PSD, partido incorporado em 2003 pelo Partido Trabalhista Brasileiro, PTB).

Existiam também disputas entre os grandes empresários industriais, de tendências conservadoras, e médios e pequenos empresários reformistas. Os últimos, reunidos em entidades como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e a Associação Fluminense das Micro, Pequenas e Médias Empresas (Flupeme), se aproximavam de Mário Covas e Afif Domingos. Os grandes industriais paulistas, integrantes da FIESP, não simpatizavam com o último e cogitavam a possibilidade de apoiar Covas; porém a atuação do candidato tucano na Assembleia Constituinte desagradou os interesses da UDR.

Outros nomes que poderiam obter consenso não chegaram a disputar a eleição. Até março de 1989, houve tentativas frustradas de articular a candidatura de um empresário, que não teria a rejeição do eleitorado aos políticos tradicionais, como a de Antonio Ermírio de Morares, que possuía negócios no ramo siderúrgico, e a do “coronel-empresário” Ozires Silva, ex-presidente da Petrobras e dirigente da FIESP. Também fracassaram as candidaturas de Orestes Quércia, governador paulista com apoio dos empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, e do fazendeiro Íris Resende, Ministro da Agricultura e candidato de Sarney. Ambos foram derrotados por Ulysses Guimarães na convenção do PMDB, em 29 de abril de 1989. O candidato à vice-presidente foi o governador baiano Waldir Pires, segundo colocado na convenção, que não agradava aos empresários citados (seria apoiado em último caso, segundo a citada classificação de Dreifuss) e impedia a coligação do PMDB com outros partidos.

¹⁶ O declínio do bloco soviético foi outro fator do contexto das eleições de 1989. O Muro de Berlim foi derrubado em 9 de novembro, seis dias antes do primeiro turno.

A vitória de Paulo Maluf na convenção do PDS enfraqueceu este partido. Ele era apoiado por um grupo pequeno da burguesia e sua imagem estava associada com a corrupção e a derrota da emenda pelas eleições diretas. Vários políticos importantes deixaram o PDS, como Jarbas Passarinho, um nome que interessava aos empresários em uma possível coligação com o PMDB ou o PFL. Quanto a esse partido, o seu candidato, Aureliano Chaves, tinha pouco apelo eleitoral.

Jânio Quadros articulou sua candidatura com o PDS e o PSD, chegou a mobilizar militantes, mas desistiu de concorrer e deixou a carreira política, devido à sua saúde frágil. Seu discurso de renúncia, em abril de 1989, deixou sugestões de que poderia ser chamado ao poder em uma situação de instabilidade institucional.

O provável segundo turno entre Brizola e Lula e a forte mobilização sindical – segundo dados oficiais, as greves chegaram ao número de 200 em fevereiro, 470 em março e 170, apenas na primeira semana de abril de 1989 (DREIFUSS, 1989, p. 271) – estimulavam vozes golpistas. Militares e parlamentares articulavam-se em torno do general Leônidas Gonçalves, então Ministro do Exército, como possível presidente; tratava-se de uma iniciativa minoritária, mas ela não deixava de alimentar o fantasma da instabilidade institucional. Em agosto de 1988, Antonio Ermírio de Moraes comentou sobre as greves: ““Ou botamos o país nos trilhos ou o processo democrático sofre perigo e vamos voltar a bater continência”” (DREIFUSS, 1989, p. 264). Outro fato que retrata a tensão presente no ano da eleição foi o atentado ao Memorial 9 de Novembro, monumento erguido em Volta Redonda-RJ e projetado por Oscar Niemeyer em homenagem a três operários mortos pelo Exército durante uma greve que aconteceu na Companhia Siderúrgica Nacional, em 1988. Na madrugada de 2 de Maio de 1989, dia seguinte à inauguração, o monumento foi destruído parcialmente por uma bomba atribuída a grupos militares de extrema direita.

A iniciativa mais bem sucedida em articular os diversos interesses de curto prazo dispersos nas elites econômicas foi a criação do Movimento de Convergência Democrática (MCD), em fevereiro de 1989. O MCD integrou militares, intelectuais e empresários com o objetivo de formular um programa de longo prazo e apoiar um candidato. Alguns de seus fundadores participaram do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), entidade estratégica na formulação de agenda política e articulação do golpe de 1964. Apesar de ser bem-sucedido em elaborar um programa, o MCD não conseguiu escolher e centrar apoios em um candidato, ele dividiu-se entre Afif Domingos (PL), Aureliano Chaves (PFL) e Collor (PRN) e articulou um pacto de não agressão entre os três.

No dia 2 de abril, Roberto Marinho, proprietário do Grupo Globo, assinou um editorial no jornal *O Globo*, chamado “Convocação”, conclamando por uma candidatura de união, a de Collor, que já tinha boa recepção no eleitorado. Ele representaria um projeto moderno e otimista contra os projetos “caudilhesco-popular”, de Brizola, e “sectário”, de Lula. O texto atraiu a adesão de muitos políticos do PFL, PDS, PTB, PL e PMDB à campanha do PRN e a simpatia de setores militares ao presidencialismo. Em breve, vários proprietários de empresas como a Xerox, o Grupo Ipiranga e o Banco Montreal apoiaram Collor, assim como sindicalistas da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) (DREIFUSS, 1989, p. 291).

A série de episódios citados onde a direita fragmentou-se em diversos candidatos sem apelo eleitoral e considerou a possibilidade de outro golpe autoritário explicita a falta de acordo das elites econômicas em torno de um programa. Soma-se a isso a força do projeto contra-hegemônico das esquerdas, uma parte considerável do eleitorado já estava interessada em eleger candidatos com uma agenda voltada para a universalização dos direitos sociais, antes mesmo da campanha de 1989, Brizola e Lula. Outro elemento que compôs o quadro eleitoral foi a falta de credibilidade de políticos tradicionais, devido ao desgaste de quadros ligados ao regime militar e ao mandato de Sarney.

Também houve erros das elites em interpretar uma eleição direta, com participação popular de amplitude inédita na história do país, até então, e com forte influência da televisão – como fica indicado pelos bons índices de Sílvio Santos, antes de haver campanha, e pela estratégia de Collor, que será tratada a seguir. Confiou-se em uma lógica antiga, segundo a qual a eleição poderia ser conduzida por manobras de bastidores e uso de currais eleitorais (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 105). Neste contexto, Collor tornou-se o candidato da direita, ele não foi objeto de um consenso prévio, mas já possuía uma trajetória política consolidada em seu estado e tinha bom trânsito entre os empresários, como ficou demonstrado pelo apoio decisivo dado a ele por Roberto Marinho.

2.2 A vitória de Collor

Tanto Dreifuss (1989) quanto Lattman-Weltman (1994) apontam que Collor não foi o candidato escolhido pelas elites e meios de comunicação desde o início da campanha: ele o foi quando já havia obtido certa penetração no eleitorado. A concordância ocorre apesar dos

autores observarem objetos diferentes, o primeiro se interessa pelas articulações da burguesia em torno da eleição e o segundo pela representação midiática do pleito; e utilizarem perspectivas teóricas diversas, Dreifuss parte da visão gramsciana de hegemonia de classe, enquanto Lattman-Weltman usa os conceitos de agenda-setting e de economia simbólica, o último definido por Frederic Jamenson.

Posto que o apoio a Collor consolidou-se quando sua candidatura já tinha boa colocação nas pesquisas eleitorais, cabe responder como conseguiu tal desempenho. Ele foi fruto de uma estratégia de marketing político colocada em prática desde a posse de Collor como Governador de Alagoas, em 1986, e está vinculada a sua trajetória como empresário do ramo midiático. Nascido em 1949, Fernando Collor iniciou-se na política em 1979, com a nomeação para o cargo de prefeito de Maceió, filiado à ARENA. Em 1982, elegeu-se deputado federal pelo PDS, sigla que sucedeu à ARENA após o fim do bipartidarismo vigente de 1965 a 1979. Foi governador de 1986 a 1989, pelo PMDB, e Presidente da República de 1990 a 1992 pelo PRN. Após o impeachment, perdeu seus direitos políticos por oito anos. Atualmente, é senador pelo estado de Alagoas, cargo para o qual foi eleito em 2006 e reeleito em 2014, filiado ao PTB.

Collor pertence a elites políticas tradicionais do estado: filho de Arnon de Mello, governador (1951-1956) e senador por Alagoas (1963-1983), e neto de Lindolfo Collor, deputado federal na Primeira República e Ministro do Trabalho, de 1931 a 1932. Na década de 50, Arnon de Mello tornou-se proprietário do jornal *Gazeta de Alagoas*, que viria a ser a matriz de um grupo de mídia, a Organização Arnon de Mello (OAM)¹⁷. Em 1989, o grupo também controlava rádios alagoanas e um canal de televisão retransmissor da *Rede Globo*. Assim, Fernando Collor teve uma origem rica, possuía relações diversas com políticos e empresários e uma trajetória profissional ligada à mídia de massas – foi correspondente do *Jornal do Brasil* em Brasília e administrou a empresa de mídia de sua família. Seus irmãos, Pedro e Leopoldo Collor também foram jornalistas. Em 1978, Leopoldo chegou a dirigir a *Globo Nordeste*, emissora pertencente à família Marinho que retransmite a *Rede Globo* em Pernambuco.

A experiência como empresário de mídia o auxiliou na construção de uma imagem de homem público honesto, que encarnava as expectativas de moralização e reforma do Estado e de líder messiânico que resolveria os problemas do país a partir de suas virtudes pessoais –

¹⁷ A OAM compreende as empresas: *Gazeta de Alagoas*, o mais antigo veículo do grupo, fundado em 1934, *Rádio Gazeta* (1960), *TV Gazeta de Alagoas* (1975), *Gazeta FM* (1978), *Gazeta FM Arapiraca* (1984), *Gape* e *Gazetaweb.com* (1995), *Instituto Arnon de Mello* (1996), *Rádio Gazeta Pão de Açúcar* (1997), *G1/Alagoas* e *GE/Alagoas* (2012) e *TV Mar* (2013) (ORGANIZAÇÃO ARNON DE MELLO, 2013).

caráter, firmeza de vontade, coragem e juventude. Ele personificava um mito que já esteve presente na imagem de Jânio Quadros, nos anos 1950, com suas vassouras que varreriam a corrupção do Estado. Atendia assim ao imaginário popular sobre o que se espera de um líder político, às demandas da mídia pela reforma do Estado e às expectativas da FIESP por um candidato novo, de retórica populista e moralizadora.

Desde que venceu as eleições para o governo de Alagoas, em novembro de 1986, Collor assumiu um estilo político centralizador e arrogante, tomava decisões sozinho, sem qualquer consulta a outros políticos, mesmo aos aliados. A finalidade era falar diretamente com a população, sem vincular sua imagem com partidos ou conchavos; e fazer das ações um espetáculo, divulgando-as em atos públicos ou por suas emissoras de rádio e televisão. Em 1987, ele deixou de pagar salários de um grupo de servidores, apelidado de “marajás”, que acumulava incorporações salariais e obtinha altos rendimentos. Collor ganhou projeção nacional com esse episódio, que se desdobrou em uma disputa judicial em torno dos pagamentos. A ação do governador foi objeto do programa *Globo Repórter*, da *Rede Globo*, da edição de domingo do *Jornal do Brasil* e da capa da revista *Veja*, onde foi chamado de “caçador de marajás”. No início de 1989, visando à projeção de sua imagem para a campanha eleitoral, ele realizou cortes no funcionalismo público de Alagoas, sem consulta à Assembleia Legislativa do estado.

A exposição de Collor nos veículos de mídia ocorreu de forma contínua durante todo o mandato de governador. Houve 57 matérias sobre ele nos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *OESP* e *FSP* entre os dias 26 de novembro de 1986 e 5 de Fevereiro de 1989, todas com posicionamento favorável ao então governador (LATTMAN-WELTMAN, 1994). Os textos o associavam aos seguintes temas: moralização do Estado, críticas ao governo Sarney, a saída do PMDB e o julgamento favorável aos funcionários públicos pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele relutou em aceitar a decisão e pagar os salários, o que poderia levar ao afastamento do seu cargo. Assim, ampliou ainda mais a repercussão da medida e sua imagem de mártir da moralidade pública, que angariou o apoio dos leitores de São Paulo e Rio de Janeiro em cartas enviadas aos grandes jornais e revistas.

Os gestos de Collor ecoavam pautas da grande imprensa: redução da máquina estatal, marcada pela ineficiência e corrupção, e críticas ao governo Sarney. Ele utilizou os jornais para se tornar conhecido nacionalmente tanto quanto foi utilizado por eles para divulgar seus princípios editoriais. Lattman-Weltman (1994) observou as capas das edições de domingo, de maior circulação, dos quatro maiores jornais do país (*FSP*, *OESP*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*) e os índices das revistas semanais *Veja* e *Isto É*, no período de agosto de 1988 a agosto

de 1989. O autor constatou que os textos principais das edições privilegiaram temas sobre a crise moral da gestão do Estado como corrupção, empreguismo, mordomias, nepotismo, impunidade e negociação de cargos públicos. Dessa forma, ao construir o mito do “caçador de marajás” e incorporar ao seu programa de governo para a presidência medidas de redução da atuação do Estado, Collor manteve-se sempre próximo da agenda da grande mídia.

No entanto, ele aparecia nos textos jornalísticos como governador e não postulante ao Palácio do Planalto. Em 1987, a sua proposta de chapa para a presidência como vice de Mário Covas (que foi recusada) não despertou interesse jornalístico. Em março de 1989, uma reportagem da revista *Isto É* privilegiou Orestes Quéricia e Jânio Quadros como melhores candidatos para superar Brizola e Lula; a revista *Veja*, em 26 de abril de 1989, diminuiu a importância da chegada de Collor pela primeira vez ao topo das pesquisas eleitorais, tratando-a como “chuva de verão” (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 16). A principal reportagem sobre o pleito de 1989 naquela edição de *Veja* abordava o dissenso dentro do PMDB sobre qual seria o candidato da sigla.

Como já citado, Collor apareceu em terceiro lugar nas pesquisas em janeiro de 1989; era o segundo colocado em abril, e disparou na dianteira em maio; em junho, sua liderança criou a expectativa de vitória no primeiro turno. A exposição em propagandas eleitorais esporádicas na televisão, desde o fim de março, tornaram o candidato conhecido da maior parte do eleitorado e transmitiram o seu discurso messiânico de combate à corrupção. Ele falava aos pobres, chamando-os de “descamisados”, associando a melhoria da sua situação material com a moralização do Estado, que seria limpo dos corruptos, “coronéis” e “marajás”, abrindo caminho para a modernização do país. Em setembro, com o horário eleitoral diário na televisão e no rádio, Collor sofreu ataques e perdeu sua ampla vantagem nas pesquisas, mas manteve-se na liderança até o final da campanha para o segundo turno.

Conforme se desenrolou a campanha, com a permanência do candidato liderando as pesquisas eleitorais, o apoio a ele generalizou-se nas elites e nos grandes jornais e revistas. Os programas de governo de Brizola e Lula foram criticados com muito mais rigor do que o de Collor e as imagens dos candidatos de esquerda foram depreciadas em alguns episódios. Um deles foi a vinculação dos sequestradores do empresário Abílio Diniz ao PT. Diniz era administrador de uma das maiores redes de supermercados do país, o Grupo Pão de Açúcar. Após seis dias de sequestro, o cativo foi estourado pela polícia na madrugada do dia do segundo turno entre Collor e o candidato do PT, que ocorreu em 17 de dezembro de 1989. Outro episódio foi a edição favorável à Collor de um debate presidencial transmitida no *Jornal Nacional* da Rede Globo, dois dias antes do pleito.

Collor era, sem dúvida, um bom candidato para as forças de direita: possuía discurso neoliberal; boas relações com alguns empresários; havia votado em Paulo Maluf, candidato apoiado pelo Governo Figueiredo na eleição indireta para presidente em 1985; e sua imagem foi construída com apoio da grande mídia desde 1986.

No entanto, não era o candidato ideal para aglutinar as elites, o que se percebe pela demora em obter a ampla adesão dela. Ele comandava uma legenda partidária pequena que não poderia mobilizar quadros influentes; não estava ligado ao surgimento de partidos e sindicatos populares durante o processo de abertura; nem a entidades empresariais industriais ou agrárias; e também não era oriundo dos estados que tradicionalmente impõem seu domínio na política nacional.

A adesão dos grandes empresários, de lideranças partidárias consolidadas e dos grupos de mídia para a sua candidatura se deu por meio de uma conjunção de fatores. Alguns deles são a fragmentação da direita, o temor pela vitória de Lula ou Brizola e a liderança sólida que Collor construiu nas pesquisas eleitorais a partir de abril de 1989. Candidatos com atuação destacada na política nacional há vários anos como Ulysses Guimarães (PMDB) e Aureliano Chaves (PFL) eram mais próximos e conhecidos do empresariado e teriam sido uma aposta menos arriscada, mas Collor aparecia como a melhor opção eleitoral para vencer a esquerda. Assim, a conjuntura da campanha eleitoral de 1989 fez dele o grande candidato burguês.

A forma como a FSP relacionou-se com Collor durante aquele ano reflete o problema de aderir ou não a ele: inicialmente, houve textos contrários ao político alagoano; depois, com a definição do segundo turno, a cobertura negativa em relação à Lula e ao PT ganhou maior destaque. Dentre os 57 textos favoráveis à Collor enquanto Governador de Alagoas nos quatro maiores periódicos do país, entre novembro de 1986 e fevereiro de 1989, a FSP é o jornal com menos citações – 7, contra 12 de OESP; 17 do *Jornal do Brasil*; e 21 de *O Globo*. No período mais próximo da campanha eleitoral, de abril de 1988 a fevereiro de 1989, não houve nenhuma citação positiva à Collor na FSP, ante 12 citações de seus concorrentes (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 141).

No início de 1989, a FSP fez um seminário interno, em que se constatou que não havia nenhum candidato interessante ao jornal. Collor foi descrito no evento pelo jornalista Gilberto Dimenstein através do texto “Vamos vender Coca-Collor”, como um candidato com boa estratégia de marketing, mas vazio de conteúdo. Durante a campanha, ele foi criticado em matérias de Ricardo Amaral e Elvira Lobato e nos textos opinativos de Clóvis Rossi e Gilberto Dimenstein. No dia 13 de Julho de 1989, o jornal publicou uma reportagem, de autoria de Lobato, com duas páginas inteiras sobre a vida e a carreira política de Collor, em

reação a sua subida nas pesquisas de intenção de voto de 17% para 42% entre abril e julho. A reportagem citava o assassinato a tiros do senador José Karlala por Arnon de Mello, em pleno Senado Federal, em 1963¹⁸.

No mesmo dia, o editorial institucional "Desconfiar de todos" comentou a acusação de corrupção de Collor ao governo Sarney e a resposta do Ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, afirmando que Collor não a combateu em Alagoas:

por mais inadmissível e revoltante que seja o fenômeno da corrupção, cumpre evitar tratá-lo sob a ótica do moralismo salvacionista e de uma esperança messiânica [...] é uma questão de bom senso e de prudência a preocupação de investigar a fundo o contraste entre as promessas de um candidato e sua atuação real na prática política [...] a importância de descrever a imagem de austeridade propalada pelo candidato do PRN se coloca como um imperativo incontornável (FOLHAPRESS, Acervo Folha, FSP, p. 2, 13/7/1989).

Rossi e Dimenstein possuíam colunas na página de opinião ao lado dos editoriais institucionais nos dias de terça a domingo, portanto, suas opiniões contra Collor tinham bastante espaço no jornal. Em 23 de maio, Rossi afirmou que a dianteira do candidato nas pesquisas se devia à desinformação do eleitorado e ao desencontro dos adversários. Dimenstein repercutiu as reportagens de Elvira Lobato em seus artigos e, em 22 de setembro, comentou a presença do tesoureiro de Collor, PC Farias, na lista de devedores do Banco Central. PC Farias estava envolvido em irregularidades na venda de tratores subsidiados pelo governo federal a usineiros de Alagoas. Posteriormente, Rossi foi ameaçado de agressão por Leopoldo Collor em uma conversa com Mauro Lopes, outro jornalista da FSP, dentro de um avião particular da campanha de Collor (CONTI, 1999, p. 181).

As reportagens de Elvira Lobato abordaram um acordo entre usineiros alagoanos e o governador Collor, que teria favorecido financeiramente lideranças políticas do estado (5 de maio de 1989); o uso de funcionários públicos alagoanos na campanha presidencial (9 a 11 de setembro de 1989); e a omissão de heranças na sua declaração de bens de 1987 (3 de outubro de 1989). A historiografia ainda cita reportagens do jornal sobre nomeações obscuras de funcionários feitas por Collor quando prefeito de Maceió (CONTI, 1999) e a criação de uma rede de televisão clandestina para gerar notícias a seu favor durante a campanha de 1989 (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 81).

O tom da FSP em relação ao candidato do PRN foi bastante diferente entre os meses de outubro a dezembro, momentos finais da campanha eleitoral. Houve menos ataques a

¹⁸ Arnon trocou tiros com Silvestre Péricles, seu adversário político, o que resultou na morte de Karlala. Os dois senadores foram absolvidos e mantiveram seus mandatos (CONTI, 1999).

Collor, enquanto a candidatura do seu adversário foi desgastada progressivamente, quanto mais o segundo turno se aproximava. Entre 21 de novembro de 1989 (quatro dias após o primeiro turno) e o dia da segunda fase da eleição, 17 de dezembro, foram impressos vários textos na capa criticando a Prefeitura de São Paulo, governada por Luíza Erundina, filiada ao PT. Alguns deles possuíam os seguintes títulos: “Erundina pagará IPTU menor em 90 se projeto for aprovado” (24/11), que citava o impacto da votação do imposto pelos vereadores no imóvel pessoal da prefeita, sugerindo que havia arbitrariedade no projeto; “Empresários preveem calote do IPTU” (25/11); e “Prefeitura perde NC\$33 milhões ao fechar contrato com Shell” (7/12), o último texto criticou o contrato de aluguel de terrenos municipais pela empresa do ramo de combustíveis.

Com relação aos candidatos à presidência, em 4/12 o jornal aproximou Collor das classes populares com a manchete “PRN negocia um ‘banco do trabalhador’”. No dia seguinte, Lula apareceu como vilão para o mesmo público na manchete “Contra a inflação, Lula propõe trégua salarial sem reajuste”, sugerindo que o candidato congelaria os salários. Ambas as manchetes foram desmentidas pelas duas campanhas e membros do PT afirmaram que processariam o jornal por crime eleitoral, o que foi publicado na capa de 6/12. Houve outras manchetes negativas para o candidato de esquerda como “PT tira vice do palanque para Brizola subir” (6/12) e “Crescimento de Lula faz black subir” (8/12), sobre a alta do dólar no câmbio paralelo; e o texto intitulado “Bisol vai processar Brizola” (8/12), apontando uma suposta desavença entre o candidato a vice-presidente de Lula e Brizola, o que dialoga com a manchete de 6/12.

Também merecem destaque as opiniões do colunista Paulo Francis, que em 1989 defendia ideias de direita. Ele esteve presente na capa da edição de 23/11 com fortes críticas ao candidato do PT: “Lula nos coloca no nível de Cuba e Nicarágua. Não sabe o que fala. No governo, arruinaria o país, nos transformaria no Sudão [...] As estatais vão falir e virá a hiperinflação”. Em outro texto publicado na primeira página, em 16/12, véspera do pleito, Francis comentou o debate televisivo do dia anterior e afirmou que Lula implantaria a censura aos meios de comunicação caso fosse eleito.

As capas revelaram ainda a preocupação da FSP com a sua própria imagem durante a reta final da campanha. Em 26/11, o texto “Folha deve ser imparcial” procura afastar a ideia de que o jornal era petista; e no dia 13/12, uma pesquisa de opinião foi divulgada no texto “Leitores acham que a Folha não apoia ninguém”. A análise das primeiras páginas mostrou o esforço do jornal para influenciar o cenário eleitoral do segundo turno a favor de Collor, ao mesmo tempo em que procurou manter a sua imagem apartidária.

2.3 Fracasso da política econômica

Após a vitória eleitoral, Collor deu declarações sobre a prioridade da política econômica em seu governo: combater a inflação por meio da redução da atividade estatal. As medidas anunciadas foram: política monetária recessiva, liberalização de preços e salários, reforma administrativa do Estado através da diminuição do número de ministérios e de funcionários públicos e privatização de empresas estatais, com o uso de títulos da dívida pública pelos compradores. Antes da posse, a grande imprensa estava engajada para que tais medidas fossem bem sucedidas e havia boa perspectiva do mercado financeiro internacional em relação a Collor: os jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e OESP noticiaram promessas de empréstimos do Banco Mundial e de investidores japoneses e, também, a expectativa de negociação da dívida externa brasileira em boas condições pelo governo inglês (LATTMAN-WELTMAN, p. 50).

No início de seu mandato, em 15 de Março de 1990, Collor diminuiu o número de ministérios para doze, colocou à venda mansões e carros oficiais e extinguiu 24 instituições estatais e autárquicas, como o Instituto do Açúcar e do Alcool e o Instituto Brasileiro do Café. Também foi anunciado um conjunto de medidas anti-inflacionárias que surpreenderam a imprensa, o Plano Collor I: a moeda nacional voltou a ser o cruzeiro, em regime de câmbio flutuante; preços e salários foram reajustados e congelados com desvalorização dos últimos; os saques das contas poupança e corrente foram limitados a, no máximo, 50 mil cruzeiros e os saques do overnight (aplicação financeira cujo rendimento poderia ser resgatado no dia seguinte) foram limitados em 25 mil cruzeiros; os fundos restantes das contas bancárias e aplicações financeiras foram retidos no Banco Central pelo prazo de dezoito meses.

Nenhum pacote econômico anterior interferiu de forma tão direta e profunda no âmbito privado das famílias, confiscando fundos que eram garantidos por lei, como o das cadernetas de poupança. Trabalhadores perderam rendimentos dos seus Fundos de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), empresas que iriam contratar funcionários deixaram de fazê-lo, pessoas que haviam vendido bens, como casas ou carros, ficaram sem dinheiro algum, planos de viagens e casamentos foram abortados, entre outros prejuízos trazidos. Na seção de correspondências de leitores da revista *Veja*, surgiram histórias de pessoas atingidas pelo plano que beiravam o suicídio (KUCINSKI, 1998, p. 173). Porém, mesmo com os danos, as medidas foram momentaneamente bem sucedidas no combate à inflação, cujos índices caíram de cerca de 80% em março para 7% em maio de 1990.

No começo do mandato, Collor também entrou em conflito com a FSP. Oito dias após a posse, em 23/3/1990, ocorreu uma operação da Polícia Federal na sede do jornal devido a uma denúncia de irregularidades na conversão da moeda de cruzados novos para cruzeiros em faturas publicitárias emitidas pela FSP. A ação da Polícia Federal tinha como base duas medidas provisórias (de nº 153 e 156) que faziam parte do Plano Collor. Elas enquadravam o descumprimento das normas do pacote de medidas como crime de abuso de poder econômico. Dois diretores do periódico, Pedro Pinciroli Jr. e Renato Castanhari, e a secretária de Frias (que não foi encontrado), Vera Lia Roberto, prestaram depoimentos, mas não foram detidos (PASCHOAL, 2007, p. 175).

Nos dias seguintes, as medidas provisórias foram questionadas pela Procuradoria Geral da República e por parlamentares do Congresso Nacional, pois seria inconstitucional as medidas provisórias definirem crimes e punições, algo que somente as leis poderiam fazer; por fim, o presidente retirou-as em 26 de março. A operação pode ser interpretada como retaliação de Collor às reportagens publicadas pelo jornal em 1989, que foram negativas para sua imagem.

O periódico dedicou as manchetes de várias edições para a operação: “Polícia Federal invade a Folha” (24/3), “Collor autorizou invasão da Folha” (25/3), “Câmara prepara inquérito sobre a invasão da Folha” (26/3, ver Figura 3), “Collor recua e retira medidas punitivas” (27/3), “Collor envia projeto ao Congresso sobre crimes econômicos” (29/3). O presidente foi comparado à Mussolini em editorial na capa do dia 24 e em fotos e textos das edições de 25 e 26 de março. Além disso, os textos presentes nas capas da FSP criticavam outras ações policiais ligadas ao Plano Collor, apontando arbitrariedade, autoritarismo e desrespeito à Constituição.

A oposição da FSP ao presidente é evidente na capa do jornal de 26 de março de 1990, reproduzida a seguir (Figura 3). A manchete aborda a possibilidade de uma CPI sobre a operação da Polícia Federal. Um dos textos abaixo cita a possibilidade de plebiscito sobre a adoção do regime parlamentarista, a ser realizado em 1990. A foto de Collor encontrando índios ianomâmis, à esquerda, toma grande parte da capa e tem a legenda: “Mussolini 3º. Mundo”. A nota “Defenda-se” indica artigos legais e telefones da OAB para pessoas que foram presas por causa do Plano Collor. Percebe-se o título de um comunicado, ele toma grande espaço na parte inferior da capa, oculta da figura, acusando o governo de agir com arbitrariedade na operação.

Devido à queda nos índices de inflação, o Plano Collor não foi criticado abertamente por lideranças políticas no Congresso ou dentre os governadores, mesmo com o confronto

com a FSP e os problemas causados nas finanças privadas em toda a sociedade. O Legislativo e o Judiciário colaboraram com Collor e foram complacentes com as violações constitucionais e com medidas do governo que impediram a contestação judicial do plano.

Figura 3 – Collor é comparado com Mussolini

FOLHA DE S. PAULO  **SEGUNDO CULCHÉ**

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho ★ São Paulo, segunda-feira, 26 de março de 1990 ★ Um jornal a serviço do Brasil ★ Ano 70 ★ N.º 22.272 ★ Al. Barão de Limeira, 425 ★ Cr\$ 30,00



Câmara prepara inquérito sobre a invasão da Folha

GILBERTO DIMENSTEIN
Diretor da Sucursal de Brasília
O deputado federal Miro Teixeira (PDT-RJ) disse ontem que vai coletar assinaturas para a constituição de uma Comissão Parlamentar de

Inquérito (CPI) sobre a invasão da sede da Empresa Folha da Manhã S/A, que edita a Folha, por agentes da Polícia Federal. São necessárias 165 assinaturas de parlamentares, o que, na sua avaliação, não será "difícil" obter. Para ele, a invasão, feita na sexta-feira, é uma "clara tentativa de intimidar a imprensa". "Primeiro é o jornal, depois um sindicato, depois é o Congresso", afirma Teixeira. PÁG. A-6

Juristas condenam a violação da Carta
Um grupo de juristas divulgou em São Paulo o manifesto "Em Defesa da Constituição", contra "a violação da Constituição pelo presidente da República." PÁG. A-6

Richa quer realizar plebiscito este ano
O senador José Richa (PSDB-PR) defendeu ontem a antecipação de 1993 para este ano da realização do plebiscito sobre a adoção do parlamentarismo no país. PÁG. A-6

Porta-voz de Collor defende ação da PF
O porta-voz do presidente Collor, Cláudio Humberto Rosa e Silva, disse que a conotação política dada pela Folha à invasão da sede da empresa é "uma fantasia". PÁG. A-6

Incêndio em discoteca de Nova York mata 87

Um incêndio matou 87 pessoas no clube noturno Happy Land, em Nova York. O fogo começou às 2h41 de ontem (Sh41 em Brasília). Mais de cem pessoas estavam no local. Segundo o Corpo de Bombeiros, as causas do incêndio ainda não são conhecidas mas existem suspeitas de que o fogo tenha sido criminoso. Um vizinho do clube noturno, Victor Perry, afirmou ter ouvido três tiros antes do início do incêndio. O Happy Land foi multado em janeiro passado pela Prefeitura de Nova York por falta de segurança. A discoteca não tem janelas ou saídas de emergência. PÁG. A-7

DEFENDA-SE
O controle do governo sobre a Polícia Federal é neste momento precário. As prisões que estão sendo feitas em nome do Plano Collor são ilegais. Seus responsáveis estão sujeitos às penas previstas na lei 4.898/65. Defenda seu direito de cidadão. Procure seu advogado ou a OAB-SP (tels. 239-5122 e 32-4571).

MUSSOLINI 3.º MUNDO
O presidente Fernando Collor (à dir.) conversa com um índio yanomami durante visita que realizou no sábado para inspeção do Projeto Calha Norte, em Roraima, perto da fronteira com a Venezuela. Collor fez a inspeção vestido com um uniforme de campanha do Exército. Nenhum dos presidentes do período militar utilizou farda no exercício do cargo, prática comum a ditadores como Benito Mussolini, na Itália fascista.

COMUNICADO

Fonte: FOLHAPRESS, Acervo Folha, FSP, p. 1, 26/3/1990.

Nos primeiros dias do mandato presidencial, também foram criados o Programa Nacional de Desestatização (PND) para privatização de empresas estatais e os Certificados de Privatização, títulos do tesouro que poderiam ser utilizados para a compra de ações de empresas públicas colocadas em leilão. Porém, houve resistências às privatizações em setores do Exército e da Petrobrás e o governo não contornou questões burocráticas e financeiras para viabilizar os leilões, que só começariam em 1991. Acerca da redução do número de funcionários públicos, Collor tomou várias medidas para demitir ou reduzir salários, como

uma meta de corte de 30% dos funcionários de cada ministério e a demissão de 18 mil servidores ligados ao Banco do Brasil.

A partir de agosto de 1990, o governo publicou uma série de medidas para que os preços passassem a vigorar pela livre concorrência. Gradualmente, foram desregulamentados os preços dos combustíveis, remédios, transportes, comunicações, máquinas agrícolas, alimentos, etc. No fim daquele mês, todos os preços foram liberados, exceto o dos derivados de trigo e de tarifas públicas. Quanto aos salários, o presidente vetou um projeto de indexação salarial aprovado pelo Congresso Nacional, alegando que a indexação geraria hiperinflação. Em setembro, outra atitude liberal foi tomada, quando se iniciou a extinção das medidas de proteção à indústria nacional na área de informática.

As medidas de liberalização dos preços e o fim da reserva de mercado de informática foram bem recebidas pelos grandes jornais do país. Porém, vários fatores fortaleceram a oposição ao presidente: o encolhimento do PIB em 1990 chegou a 4,3%; os índices de inflação voltaram a subir, aproximando-se de 20% ao mês em dezembro daquele ano; os empresários reclamavam das altas taxas de juros e os sindicalistas da desindexação dos salários; e o Congresso Nacional, renovado após eleições no mesmo ano, começava a distanciar-se do governo. Até mesmo aliados, como Antônio Carlos Magalhães, Governador da Bahia pelo PFL, criticavam a política econômica do governo.

O Grupo Folha sentiu os efeitos da recessão e teve uma queda do seu faturamento estimado em R\$ 293 milhões em 1989 para R\$ 276 milhões em 1990, sendo que o resultado de 1989 só foi superado em 1992 (FOLHA DE S. PAULO, 2002). No início de janeiro, o jornal fez várias críticas ao desempenho da economia do país: publicou uma entrevista com o ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, que previu queda da produção e da arrecadação e aumento das concordatas e desemprego para o primeiro trimestre de 1991. Na mesma edição, o jornal apontou o valor do salário mínimo brasileiro em 1990, US\$ 50, como um dos menores do planeta. Críticas aos índices de inflação e às taxas de juros também eram frequentes nos jornais *O Globo* e OESP.

No dia 31 de janeiro de 1991, o governo anunciou um novo pacote de medidas econômicas, o Plano Collor II, que reajustou preços, tarifas públicas (as últimas em 73%) e salários, que sofreram nova desvalorização; e anunciou o congelamento de tais índices por tempo indeterminado e o retorno das tabelas de preços controlados pela Superintendência Nacional de Abastecimento, órgão da União. Também houve alterações nas aplicações financeiras, com o fim do overnight e de alguns fundos de renda fixa. Dos quatro grandes jornais brasileiros, somente o Jornal do Brasil apoiou o Plano Collor II, publicando uma

entrevista do presidente no dia 3 de fevereiro de 1991. Os jornais FSP, OESP e *O Globo* criticaram duramente o recuo na liberalização dos preços e deram espaço às opiniões de entidades como a FIESP e a Confederação Nacional da Indústria, contrárias ao novo plano. A FSP, em 2 de fevereiro de 1991, publicou como manchete “População desaprova congelamento”, apresentando uma pesquisa de opinião em que 52% dos entrevistados nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro colocavam-se contra as medidas. Na capa, havia também o editorial “Arbitrio e Prepotência” que afirmou o cansaço da sociedade com “soluções estadonovistas [sic] que pisoteiam as liberdades, desorganizam a economia e colocam o país na mais completa insegurança”.

Pressionada pela imprensa, empresários e parlamentares, a equipe econômica do governo flexibilizou alguns preços. Porém, o noticiário manteve as críticas ao divulgar indicadores ruins de desempenho econômico para o ano de 1990 (PIB, inflação, desemprego e renda per capita). Por fim, conflitos entre a Ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, prima do presidente, e seus colegas de outros ministérios, principalmente com o Secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Batista, levaram a sua demissão. Ela foi substituída pelo embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, em maio de 1991. Em editorial de 15 de maio, a FSP cobra que as alusões do novo ministro ao “regime de livre-mercado e ao fim do intervencionismo” tornem-se concretas. (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 70)

No mês de março, a crise de confiança e de popularidade se expressou em uma pesquisa do Instituto Gallup, que aferiu que 69% dos entrevistados no Rio de Janeiro e em São Paulo consideravam Collor despreparado para a presidência (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 68). Como resposta à impopularidade, o governo acelerou o seu programa de privatizações, que tinha amplo apoio na grande imprensa. Porém, problemas jurídicos adiaram o primeiro leilão, das empresas Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A. (USIMINAS) e Usiminas Mecânica S.A. (USIMEC), que deveria ocorrer em 24 de setembro de 1991 e só aconteceu um mês depois, prolongando o mal-estar do governo com os jornais.

O governo Collor privatizou mais doze empresas: as siderúrgicas, Companhia Siderúrgica do Nordeste (COSINOR), COSINOR Distribuidora, Companhia Siderúrgica de Tubarão e Aços Finos Piratini; as mineradoras Álcalis do Rio Grande do Norte e Companhia Nacional de Álcalis; as petroquímicas Petroflex e Companhia Petroquímica do Sul; do ramo de fertilizantes, Fertilizantes Fosfatados S.A.; de aviação, a Companhia Eletromecânica CELMA; e ligadas aos transportes, a Material Ferroviário S/A e Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A. *O Globo*, OESP, FSP e *Jornal do Brasil* foram favoráveis às vendas e

publicaram textos pressionando pela privatização de outras empresas como Embraer, Rede Ferroviária Federal, Telebrás e Companhia Siderúrgica Nacional. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2011; FOLHA DE S. PAULO, 2013).

O ponto de partida do governo Collor foi uma situação de concordância entre suas intenções e a agenda econômica da imprensa em torno da reforma do Estado e de medidas monetárias recessivas e liberalizantes. No entanto, o confisco dos rendimentos bancários da população prejudicou profundamente a classe média, um público leitor da grande imprensa. Este público sentiu-se traído, pois o presidente recebeu o apoio dos jornais e revistas que consumia; e por que ele acusou, durante a campanha, o seu adversário do segundo turno de pretender confiscar as poupanças (KUCINSKI, 1998, p. 169).

O retorno da inflação, no decorrer do ano de 1990, combinado com a forte recessão – que o governo provocou ao realizar o confisco dos fundos bancários e o aumento dos juros, visando manter a demanda e os preços baixos – abalaram a popularidade do presidente. Quanto ao empresariado, sua oposição cresceu com o recuo na liberalização dos preços. A imprensa fez coro com ele e com seu público, a classe média, e somente apoiou o governo no tocante às privatizações.

Acerca da operação da Polícia Federal na FSP, ela aponta para o autoritarismo do presidente, que não tolerou a oposição passada do jornal, mesmo com a cobertura favorável a ele na reta final da campanha eleitoral. Ao sofrer a invasão e denunciar o governo por violar a Constituição, o jornal aproveitou a ocasião para reafirmar o discurso sobre si mesmo que fazia desde o final dos anos 1970, de que seria um jornal compromissado com a democracia e a liberdade de expressão.

2.4 Denúncias de corrupção e o processo de impeachment

As primeiras notícias sobre corrupção na gestão de Collor a aparecer na grande imprensa surgiram em junho de 1990, cerca de três meses depois da posse. Elas trataram da contratação de empreiteiras sem licitação para o programa de recuperação de estradas SOS Rodovias, orçado em US\$ 500 milhões, segundo a FSP. O presidente revogou o contrato da obra.

Outra denúncia diz respeito à contratação de agências publicitárias que faziam campanhas para órgãos da União, incluindo todas as empresas estatais. No mês de maio, o

governo tornou obrigatória a licitação para este tipo de contrato, sendo que as decisões foram centralizadas em Cláudio Vieira, secretário particular do presidente. Em julho, o repórter da FSP, Gustavo Krieger, observou que o governo contratou sem licitação as agências: Setembro, para realizar campanhas para a Petrobrás, Caixa Econômica Federal e Receita Federal e a publicidade do Plano Collor; e Giovanni Associados para campanhas do Banco do Brasil. As duas eram de pequeno porte, jamais haviam trabalhado para o governo federal e haviam atuado na campanha eleitoral de Collor (CONTI, 1999, p. 336; LATTMAN-WELTMAN, p. 82).

Opondo-se às matérias sobre essa irregularidade, o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, iniciou um processo por calúnia contra quatro jornalistas da FSP: Nelson Blecher, Gustavo Krieger, Josias de Souza, diretor-executivo da sucursal de Brasília, e o diretor de redação Otavio Frias Filho. Sobre o processo, Cabral declarou: “Não digam um terço do que disseram de Sarney, porque outros processos legais serão movidos contra quem caluniar esse governo” (CONTI, 1999, p. 350). O processo de um presidente em exercício contra um jornal era inédito na história brasileira. No entanto, a sua base legal para a alegação de calúnia era frágil, pois Krieger retirou as principais informações de suas matérias do Diário Oficial da União. Os jornalistas foram absolvidos em janeiro de 1992, explicitando novamente o autoritarismo e a arrogância com que o governo lidava com seus críticos.

O processo foi comentado em editorial na primeira página do jornal, cujo autor foi o seu diretor de redação Otavio Frias Filho, “Carta aberta ao sr. presidente da República”, de 25 de abril de 1991. Na carta, Frias Filho acusa o presidente de ser autoritário, se apegar a leis de imprensa da ditadura e cercear a liberdade de expressão. Há nela a reafirmação da imagem do jornal, democrática, crítica e apartidária, que mesmo com o processo não estaria fazendo apenas jornalismo de oposição; e era o único grande jornal a possuir um profissional para criticar publicamente os seus textos, um ombudsman. Sobre o programa de governo de Collor, o autor afirma o apoio da FSP a vários de seus pontos, no entanto, a sua atuação despótica e intervencionista não era condizente com o liberalismo do programa:

[com relação] à *privatização*, à *redução da máquina do Estado*, à luta contra as desigualdades sociais e regionais, à *modernização tecnológica*, ao *combate contra a economia de cartório* e à *integração do Brasil nos quadros do mercado internacional* [...] há mais convergência do que divergência entre as posições do jornal e aquelas que o sr. vem programando. O problema é o abismo que se abre entre o que o sr. diz e o que o seu governo faz, entre o liberalismo da retórica e a selvageria da ação. (FOLHAPRESS, Acervo Folha, FSP, p. 1, 25/4/1991, grifo nosso).

Outro elemento que diz respeito às relações entre governo e imprensa, a verba utilizada para publicidade federal nos jornais e revistas caiu em 1990. O investimento do Banco do Brasil diminuiu de 41 milhões de dólares, em 1989, para 6 milhões, no ano seguinte; e o da Caixa Econômica Federal, caiu de 32 para 12 milhões de dólares. Essa queda teve maior impacto em empresas que já estavam endividadas como o *Jornal do Brasil* e os veículos da família Bloch. A centralização do controle de todos os contratos de publicidade do governo federal em Cláudio Vieira permitia que ele pressionasse a imprensa. Em conversa com o proprietário do Grupo Três, que publica a revista *Isto É*, Domingo Alzugaray, Vieira afirmou que a revista não recebia publicidade porque era crítica ao governo (CONTI, 1999).

Nota-se que o investimento em publicidade como fator de pressão do governo sobre a grande imprensa pode ser utilizado para interpretar tanto os posicionamentos favoráveis como contrários a ele. O primeiro caso pode ser tomado como hipótese para entender as flutuações de posição do *Jornal do Brasil*, que serão relatadas adiante (p.56-60); e o segundo, para interpretar a oposição de outros órgãos de imprensa, como a FSP e as revistas semanais *Veja* e *Isto É*, que poderiam estar interessados no enfraquecimento ou queda do governo visando uma mudança na política de verbas publicitárias. Ainda que tais veículos apoiassem pontos do programa de governo, o interesse de seu público em notícias contrárias a ele articulado com a redução de anúncios publicitários estatais pode explicar a divulgação das notícias sobre corrupção no governo.

De fato, as ações do governo – trocar publicidade por apoio e processar jornalistas da FSP – não resultaram em meios de comunicação menos críticos. Ao contrário, uma série de denúncias de corrupção foi noticiada durante todo mandato de Collor; apenas uma parte delas será descrita neste trabalho. Em setembro de 1990, o presidente da Petrobrás, Luís Otávio Motta Vieira demitiu-se devido à pressão de Paulo César Farias e Marcos Coimbra, secretário-geral da presidência e cunhado de Collor, para que a estatal emprestasse US\$ 40 milhões para a Viação Aérea de São Paulo (Vasp). A Vasp havia pertencido ao estado de São Paulo e foi privatizada em 1990, passando para o controle do empresário Wagner Canhedo. Tratava-se da prática de intermediação de negócios entre empresas privadas e órgãos ligados ao governo, realizada sistematicamente por PC Farias, que cobrava até 30% de comissão sobre o valor do negócio.

Em 1991, a FSP denunciou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), administrada pela primeira-dama Rosane Collor por favorecer parentes, desviar recursos e comprar sem licitação 1,5 milhão de cestas básicas superfaturadas, entre março de 1990 e março de 1991. Em julho do último ano, a primeira-dama foi acusada de utilizar 5,3 milhões de cruzeiros dos

cofres públicos para oferecer uma festa para sua secretária. Posteriormente, foi condenada pela justiça e devolveu 90 milhões de cruzeiros ao Estado.

No mês de junho de 1991, OESP divulgou a conclusão do relatório do Tribunal de Contas da União que apontava o gasto de 1,2 trilhão de cruzeiros sem licitação pelo governo federal em 1990. O jornal *O Globo* fez outra acusação, no mês de outubro do mesmo ano, sobre a compra de fardas e lençóis por valores superfaturados pelo Exército. No mês seguinte, a Polícia Federal indiciou o Ministro da Saúde, Alcení Guerra, pela compra de material médico e outros objetos a preços superfaturados. Collor reagiu à onda de denúncias com uma reforma ministerial, em janeiro de 1992. Contudo, em março, OESP apontou um esquema de corrupção chefiado por Pedro Paulo Leoni Ramos, assessor do presidente, que lesava a Petrobras ao intermediar a venda de derivados de petróleo. O presidente articulou a renúncia coletiva de todo o seu gabinete de ministros, para transmitir uma imagem de distanciamento dos escândalos. Em sua segunda reforma ministerial em quatro meses, Collor desmembrou dois ministérios, para obter mais apoio político em troca de cargos, e nomeou dois ministros do PSDB, partido que fazia oposição ao governo. Em maio, haveria nova notícia sobre corrupção na FSP acerca da contratação de agência publicitária sem licitação, desta vez a Camargo e Associados Comunicação Integrada, que já planejava a campanha antes mesmo de ser escolhida.

No mesmo mês, o irmão do presidente, Pedro Collor, detalhou o esquema de corrupção criado por PC Farias e o favorecimento de Fernando Collor por meio dele, acusações que levariam o governo ao seu final. Pedro denunciou o irmão, pois este apoiara a iniciativa de PC Farias de criar um jornal em Maceió, chamado *Tribuna de Alagoas*, que quebraria o monopólio do jornal *Gazeta de Alagoas*, pertencente à família Collor. Pedro gravou um dossiê em vídeo, apontando contas bancárias e empresas de PC Farias em cidades dos EUA e da Europa, onde movimentava o dinheiro proveniente das propinas. A revista *Veja* publicou uma parte do dossiê em 13 de maio de 1992, seguida por reportagens de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*; na última, Pedro disse que PC Farias agia a mando de Fernando Collor. As denúncias levaram à criação de uma CPI no Congresso Nacional, cujo relatório final, votado em 25 de agosto, concluiu pela associação de Collor ao esquema de corrupção chefiado pelo seu amigo e tesoureiro de campanha, PC Farias.

Em 26 de maio, deputados da oposição conseguiram assinaturas suficientes para abrir a CPI, na qual Pedro Collor seria o primeiro a depor. Outros depoentes foram o empresário e engenheiro Takeshi Imai, que acusou PC Farias de extorsão, e o ex-presidente da Petrobras, Luís Otávio Motta Veiga, que reiterou a denúncia que fizera com relação ao lobby e

intermediação de PC Farias para o empréstimo à Vasp. No dia em que a CPI começou, Collor pronunciou-se em cadeia de rádio e televisão pedindo desculpas ao país pela intranquilidade causada pelas declarações “insensatas e falsas” do irmão (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 91).

No início de julho, a revista *Isto É*, entrevistou o motorista Eriberto França, que trabalhava para Ana Acioli, secretária particular de Collor. França afirmou que PC Farias repassava dinheiro para Acioli, que seria usado nos gastos ordinários da Casa da Dinda, residência presidencial. Assim, Eriberto forneceu evidências definitivas sobre o envolvimento de Collor com PC Farias. A revista concedeu grande destaque à entrevista, que foi anunciada na capa.

No dia 29, o presidente falou novamente para uma cadeia obrigatória de rádio e televisão, onde explicou sobre a origem do dinheiro usado para manter a Casa da Dinda: tratava-se de fundos arrecadados para as eleições de 1989 que não foram utilizados durante a campanha e tiveram sua administração confiada a Cláudio Vieira.

Nas semanas seguintes, a CPI descobriu que várias pessoas do círculo íntimo do presidente recebiam depósitos bancários das contas de PC Farias: a secretária Ana Acioli, a primeira-dama, a ex-mulher de Collor, sua mãe, Cláudio Humberto, que fora porta-voz do presidente e Cláudio Vieira (que havia deixado o cargo de secretário); além de assessores da ex-ministra Zélia Cardoso. Também foi revelado que as contas de PC Farias foram usadas para pagar uma reforma na Casa da Dinda e um carro que o presidente usava, modelo Fiat Elba; e que Ana Acioli e a EPC, empresa de PC Farias, não foram atingidos pelo bloqueio de fundos bancários quando houve o lançamento do Plano Collor I.

Em 1º. de agosto, Cláudio Vieira falou à CPI e detalhou a versão sobre a origem do dinheiro empregado em pagamentos da Casa da Dinda. Vieira teria utilizado os fundos de campanha para adquirir barras de ouro, que foram dadas como garantia de um empréstimo de 5 milhões de dólares, contraído em uma instituição financeira uruguaia – antes de 2007, o país vizinho era um paraíso fiscal, possuía normas brandas para permissão de aplicações financeiras oriundas do exterior e de origem desconhecida. A transação, batizada de Operação Uruguai, foi desmascarada por investigações da Polícia Federal a partir do depoimento à CPI de Sandra Fernandes, secretária da empresa ASD Empreendimentos e Participações, comandada por Alcides Diniz, irmão de Abílio Diniz e amigo de Collor. Fernandes afirmou que o contrato que Vieira utilizara para embasar a afirmação sobre o empréstimo era falso e havia sido forjado na ASD (VALOR ECONÔMICO; ROCHA, 2009).

No início da CPI, jornalistas e políticos próximos ao governo desdenharam da possibilidade da comissão redundar na queda do presidente. Mas, as revelações ocorridas entre maio e agosto fizeram com que a palavra “impeachment” fosse diariamente citada nos noticiários da grande imprensa. Nesse contexto, houve uma tensão entre as notícias publicadas sobre as investigações e os editoriais com as posições oficiais dos jornais. O *Jornal do Brasil* publicou vários editoriais apoiando o governo, desde 19 de maio. Neste dia, uma semana antes do início da CPI, o jornal afirmou: “Não se apode acusar o presidente de haver faltado [...] à promessa da transparência política e administrativa feita durante a campanha [...] nunca se conseguiu associar o seu nome aos escândalos anteriores. Não será, decerto, desta vez”. Em 7 de junho, no editorial “Desejo oculto”, acusou a CPI de golpismo e de “servir às intenções ocultas dos que não tem coragem de se opor às reformas das quais o governo Collor se faz arauto”. No dia 28, chamou o impeachment de modismo e os seus defensores de inconsequentes. Tais declarações estiveram em choque com matérias publicadas no jornal sobre as investigações, que apontavam para os crimes de tráfico de influência de PC Farias, e com textos de colunistas, como Millôr Fernandes, que se opunham ao presidente (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 91).

O jornal *O Globo*, que também noticiava em suas páginas as investigações da CPI e as revelações que manchavam a imagem do presidente, não publicou nenhum texto editorial sobre o assunto até o dia 6 de julho. Nessa data, o texto “O que a nação exige”, impresso na primeira página, defende os trabalhos da CPI, mas afasta Collor das denúncias. Para o periódico, a CPI poderia contribuir para moralizar a vida pública do país, desde que trabalhe com rapidez e moderação, sem ceder ao sensacionalismo. Ao mesmo tempo, *O Globo* mantém sua confiança no presidente destacando sua “ação pessoal pela recuperação econômica do país e para a redefinição do seu papel no cenário internacional” e o respeito devido aos 35 milhões de votos que o elegeram. Segundo o texto, Collor não tinha outro objetivo além da revelação plena da verdade.

O relatório da CPI foi aprovado em 26 de agosto, sob a pressão das manifestações pelo impeachment. Com isso, foi possível marcar a votação onde a aprovação de dois terços dos deputados afastaria o presidente e iniciaria o seu julgamento pelo Senado. A imprensa passou a focar-se nos detalhes jurídicos do processo, que era inédito na história brasileira. Um ponto de disputa entre governo e oposição foi sobre a forma da votação: poderia ser nominal e aberta à cobertura midiática ou secreta, conforme a posição governista. A disputa só se encerraria dias antes da sessão, quando o STF deu um parecer permitindo a votação aberta.

Nos últimos dias de agosto, *O Globo* defendeu em outro editorial impresso na capa (intitulado “Todas as garantias para um julgamento correto e imediato”) o voto nominal e secreto. Porém, uma semana depois, o mesmo jornal colocou-se contra o governo em relação a outro aspecto da votação, a compra de votos de parlamentares utilizando cargos e recursos públicos. Em mais um editorial de primeira página, “Dignidade e desespero” o periódico afirmou que “ela conspira todo voto dado contra o *impeachment*, mesmo aqueles de boa fé”. Como “alguém [...] defende sua suposta inocência praticando atos do mesmo tipo daqueles que compõem a acusação”, questionava o texto em outro momento.

A votação que afastou o presidente e abriu o processo de impeachment ocorreu em 29 de setembro de 1992, com transmissão ao vivo das grandes emissoras de rádio e televisão abertas. O processo foi aceito por 448 votos a favor, 38 contrários, uma abstenção e 23 ausências.

A edição da FSP que noticiou o impeachment possuía uma capa colorida em que se destacava no topo a frase “Vitória da democracia” (Figura 4). O jornal investiu especialmente para fazer essa primeira página, pois as edições em 1992 eram todas em preto-e-branco. A circulação de edições coloridas diárias da FSP só ocorreu a partir de março de 2003.

Figura 4 – “Vitória da Democracia”: Câmara aprova o impeachment e afasta Collor


FOLHA DE S. PAULO


Diretor de Redação: Otavio Frias Filho • São Paulo, quarta-feira, 30 de setembro de 1992 • Um jornal a serviço do Brasil • ANO 72 • Nº 23.191 • Al. Barão de Limeira, 425 • Cr\$ 4.000,00

VITÓRIA DA DEMOCRACIA

IMPEACHMENT!

Câmara depõe Collor em decisão histórica; presidente respeita o resultado e Itamar assume hoje



Edição: Fernando Affonso Collor de Mello, 43, está afastado da Presidência da República. Em decisão inédita na América Latina, a Câmara autorizou a abertura do processo de impeachment por 441 votos a 38. Houve uma abstenção e 23 ausências. A 821 dias do fim de seu mandato, Collor deve deixar o cargo hoje, assim que for notificado da instauração do julgamento no Senado sob acusação de crime de responsabilidade. O vice Itamar Augusto Cautiero Franco, 62, assume automaticamente. Será o 37º presidente do Brasil.

A votação começou às 17h15. Os 336 votos necessários para o impeachment foram alcançados às 18h50, com Paulo Romano (PFL-MG). A votação foi interrompida e o plenário cantou o Hino Nacional.

O novo presidente é divorciado e tem duas filhas. Nascido na Bahia, a bordo de um navio que levava sua mãe ao Rio, foi criado em Juiz de Fora (MG). Eleito duas vezes prefeito da cidade e outras duas senador, primeiro pelo MDB e depois pelo PMDB, fez uma trajetória de oposição aos governos militares. Apesar disso, tem bom trânsito nas Forças Armadas. Ontem, disse que pretende convocar, o mais depressa possível, uma reunião com os partidos para elaborar um pacto de governabilidade. Avisou que seu principal objetivo será fazer a transição para o parlamentarismo.

O ministro da Justiça, Célio Borja, anunciou que

As 18h50, os parlamentares comemoram o anúncio do 336º voto a favor do impeachment de Collor, que selou a decisão

Fonte: FOLHAPRESS, Acervo Folha, FSP, p. 1, 30/9/1992.

No dia da votação, 29 de setembro, os quatro grandes jornais publicaram editoriais em que se posicionavam em relação às possibilidades de impeachment ou renúncia do presidente e ao programa do governo Collor. Houve discordância quanto ao primeiro ponto, mas ocorreu unanimidade a favor da continuidade do programa após a saída do presidente.

A FSP, que já havia afirmado o seu apoio ao programa de Collor no editorial “Carta aberta ao sr. Presidente”, de 25 de abril de 1991, reiterou que o grande defeito do presidente não estava em suas bandeiras, mas no fato de não de colocá-las em prática: “A *reforma* da sociedade e *do Estado* avançou timidamente, [...] sobre o peso colossal de práticas oligárquicas [...] a ideia de *modernização* foi [...] mais um ingrediente de marketing” (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 113, grifo nosso). Outra afirmação a ser destacada no texto é o elogio à atuação da imprensa, imprescindível para o avanço das investigações.

No mesmo dia 29 de setembro, o *Jornal do Brasil*, que apoiava o presidente no início da CPI, mostrou outra posição e pediu o impeachment em sua primeira página no editorial “Razões para o sim”. Sobre o programa de governo que Collor prometera ao se eleger, o jornal afirma ter apoiado suas bandeiras de “*livre-empresa, da liberdade do comércio exterior, da privatização, da competitividade e do abandono das muletas do protecionismo*”, assim como o combate a corrupção, clientelismo e impunidade. Collor não honrou tal compromisso, atraindo a oposição do jornal e da sociedade; assim, os parlamentares deveriam considerar o impeachment admissível em respeito ao povo brasileiro.

Para OESP, no editorial “Respeitar a Constituição”, impresso na página 3, havia risco de desordem social em caso de vitória de Collor na votação. Por isso, o jornal pressionou os deputados a votar pelo impeachment. Mas, concluiu o texto afirmando que a melhor saída para a manutenção da ordem constitucional, ameaçada por “vozes à esquerda e à direita”, era a renúncia do presidente. Quanto ao programa de governo que elegeu Collor em 1989, o periódico o considerou *moderno* no editorial publicado no dia seguinte ao afastamento do presidente (30 de setembro). Assim “a vontade do povo (...) não errou ao escolher alguém que prometia *a reforma do Estado e a modernização da sociedade*. O povo não errou: foi traído pela cobiça de alguns poucos, pela cumplicidade de muitos” (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 113, grifo nosso).

O jornal *O Globo*, que demorou a posicionar-se com a oposição em seus editoriais, pediu a renúncia na primeira página do dia 29 de setembro enquanto “ato politicamente mais inteligente, da defesa mais realista, da demonstração insofismável de patriotismo”, palavras que colocam o foco nas qualidades do presidente (inteligente, realista, patriota), demonstrando confiança em sua pessoa. *O Globo* parece ter sido o jornal que mais relutou em abandonar Collor em seus editoriais, embora não tenha apoiado explicitamente o governo durante a CPI, como o *Jornal do Brasil*. Sobre o programa de governo, no dia 1º de setembro, o editorial “O que não muda”, afirmava que, em caso de impeachment, o Brasil não poderia esquecer-se dos avanços realizados por Collor rumo a um “país *moderno, eficiente e, por isso, justo*”. O programa do presidente deveria permanecer, pois seria “a única escolha para uma sociedade que não se conforma com a estagnação e a miséria. Portanto, transcende às pessoas e aos partidos”.

As palavras grifadas nos últimos editoriais citados, assim como no editorial “Carta aberta ao sr. presidente da República” (p. 52) mostram que os quatro jornais utilizam termos semelhantes para abordar um projeto para o Estado e a sociedade brasileiras: modernização, privatização, reforma do Estado, combate ao protecionismo, livre-empresa. O editorial de *O*

Globo foi o que menos citou tais vocábulos, porém pressionou pelas privatizações e enxugamento do estado, como já foi citado. No editorial de 1º. de setembro, esse periódico deu o apoio mais radical ao projeto, definindo-o como única solução, acima de partidos e pessoas.

Todos os quatro grandes jornais apoiavam as medidas do programa do governo Collor como uma agenda de longo prazo para o país. Ainda assim, os mesmos veículos contribuíram para desgastá-lo continuamente com as denúncias de corrupção desde junho de 1990. Alguns fatores podem ser elencados para explicar a ação de desgaste como a existência de um público de classe média consumidor dos jornais que se sentiu lesado pelo confisco dos fundos bancários no Plano Collor I e era receptivo às notícias contrárias ao governo. Outro elemento é o interesse ferido dos empresários pelas políticas de congelamento de preços e manutenção de altas taxas de juros; os jornais poderiam enfraquecer o governo visando pressionar pela mudança dessas políticas. Há ainda a recessão econômica, responsável pelo mau desempenho financeiro dos próprios jornais, como a FSP, que teve queda no seu faturamento; e o corte de verbas publicitárias estatais, medida do governo que prejudicou diretamente o lucro dos veículos. Além disso, pode-se recorrer à interpretação de Bourdieu sobre a tendência dos meios de comunicação a uniformizarem suas pautas devido à disputa de mercado e ao fato da notícia ser bastante perecível. Nesse caso as notícias sobre a corrupção no governo constituem a pauta homogênea da grande imprensa.

A relação entre o impeachment de Collor e a possível interrupção do projeto neoliberal pode explicar a tensão entre noticiários que traziam novas revelações e imprimiam força ao processo que levou à queda do presidente; e editoriais moderados, que evitavam falar em cassação do mandato presidencial, como os de *O Globo*. O mesmo pode ser dito sobre os editoriais do mesmo jornal e de OESP pedindo a renúncia de Collor no dia da votação que o afastou. A situação singular dentre os quatro é a do *Jornal do Brasil*, que apoiou firmemente o presidente e, posteriormente, mudou de posição e defendeu o impeachment. Uma hipótese a ser verificada para o apoio ao governo seria a dependência de verbas publicitárias da União vinculada aos problemas financeiros do jornal.

O delicado jogo político da grande imprensa que tinha como objetivo manter um projeto mesmo com a queda do governo eleito para executá-lo se torna mais complexo quando confrontado com a força política das manifestações contra o presidente. Luiz Antonio Dias (2004) afirma que os protestos foram o fator determinante para o impeachment e sua motivação não era midiática, ela estava vinculada com a crise econômica e a traição do eleitorado, devido às denúncias sobre um governante eleito com imagem de moralizador.

A cobertura das primeiras manifestações foi tímida e a *Rede Globo*, canal líder de audiência televisiva no país, colaborava com o presidente. Além disso, a base governista manobrava contra a CPI com a finalidade de manter o presidente fraco e dependente dos seus favores, enquanto o empresariado temia que o impeachment levasse a uma crise institucional. Somente após as numerosas manifestações que aconteceram entre 11 e 16 de agosto que os partidos aliados abandonaram Collor. No dia 18, todos os governadores do PFL liberaram suas bancadas no Congresso Nacional para votar contra o governo, exceto Antonio Carlos Magalhães. A proximidade das eleições municipais, cujo primeiro turno ocorreu em 3 de outubro de 1992, pesou para que os deputados não permanecessem ao lado do governo federal, que perdera a popularidade.

A visão de Dias aproxima-se de Alberto Tosi Rodrigues (1997), que observou o protagonismo dos estudantes nas manifestações e o atribuiu ao contexto de “superpolitização do cotidiano”, que leva setores sociais distintos a se posicionar simultaneamente em relação aos fatos políticos. Este contexto se manifesta em ciclos vultosos e curtos de mobilização popular. Além do ocorrido em agosto e setembro de 1992, podem ser citados os de janeiro a abril de 1984 (a campanha pelas eleições diretas) e de março a outubro de 1968 (mobilizações contrárias ao regime militar e anteriores ao Ato Institucional nº5).

Em um momento marcado pela forte polarização em torno do impeachment e pelo crescimento de um agente que poderia levar à ruptura com o governo e o projeto neoliberal, as manifestações de rua, houve um esforço de diversos setores políticos e midiáticos de se identificar e pautar os protestos. Maria Helena Weber (1993) analisou revistas, jornais e propagandas políticas e comerciais, do final do ano de 1992 e início do ano seguinte, percebendo a apropriação do impeachment e, sobretudo, dos caras-pintadas por vários tipos de marketing midiático, político e comercial. Eles foram citados em propagandas eleitorais opostas como as de Paulo Maluf, Tarso Genro e do Movimento Parlamentar Monárquico; em reportagens de revistas que não tratavam de política, como a erótica *Ele & Ela* e a feminina *Criativa*; e em propagandas de tênis e lojas de roupas. Para a autora, a pintura no rosto, as cores e a performance das manifestações estudantis criaram uma nova linguagem que deu outros sentidos à política e foi apropriada pela mídia e pela publicidade.

A narração dos protestos pelos meios de comunicação aponta para a estratégia tomada diante do seu peso político e simbólico no processo de impeachment. Tomando outro trabalho como referência, o de Vera Rodrigues (1997), os veículos de mídia procuraram narrar a mobilização por meio da comparação dos estudantes de 1992 com os de 1968, ensejada pela

minissérie *Anos Rebeldes*, e pela leitura dos protestos como festa, teatro e carnaval¹⁹. O saudosismo da geração que lutou contra a ditadura, propagado pelo folhetim²⁰, e a construção de um estilo pelos estudantes, através de seus gestos, roupas e pinturas, favoreceram os dois elementos, respectivamente. O próximo capítulo aborda como esta narração foi realizada pela FSP e as relações entre ela e os interesses do jornal diante do presidente e seu projeto.

¹⁹ A narrativa que aproxima o protesto político do carnaval já havia aparecido na cobertura jornalística da campanha das diretas, em 1984 (RODRIGUES, 1997, p. 123).

²⁰ Vera Rodrigues cita trechos da revista *Veja* e do jornal OESP publicados no fim de julho, ou seja, antes das manifestações massivas, onde os jornalistas se perguntam por que a geração atual não faz protestos, não se envolve em causas coletivas como a de 1968 (Ibidem, p. 31).

3 TEXTOS DA FSP SOBRE AS MANIFESTAÇÕES

Este capítulo dedica-se à análise das fontes primárias: os editoriais publicados no Primeiro Caderno e os textos informativos e opinativos publicados no caderno Folhateen, ambos da FSP. O objetivo da análise de uma série de representações em um dado intervalo de tempo foi apontar como o veículo se colocou em relação aos protestos conforme se desenvolveu o conjunto de manifestações e o processo de impeachment.

3.1 O perfil ideológico do jornal

Primeiramente, delineou-se o perfil ideológico do periódico a partir da leitura de todos os editoriais institucionais publicados em um período de seis dias, de 12 a 17 de agosto, desde a edição que repercutiu a primeira grande manifestação em São Paulo até a que narrou o “domingo negro”. Em um segundo momento, a análise se voltou para os editoriais que trataram dos protestos, tomando um recorte de tempo maior (12 de agosto a 30 de setembro). A quantidade de editoriais publicados entre 12 e 17 de agosto foi de dezoito textos, porém quatro serão descritos apenas na segunda parte, pois tratam das mobilizações pelo impeachment. Assim, quatorze textos são objeto da primeira parte.

No início de agosto de 1992, o impeachment ainda era articulado pelos partidos de oposição, liderados por PT, PSDB e PMDB. Collor procurava conseguir acordos em sua base de apoio no Congresso, formada essencialmente pelo PFL e o PDS, com o objetivo de obter votos suficientes para evitar o impeachment, ou seja, de um terço dos 513 deputados federais.

Os editoriais, desde os anos 1970, localizam-se na página 2 do caderno principal do jornal que contém sua capa, chamado Primeiro Caderno. A configuração desta página permanece até os dias correntes e pode ser visualizada na Figura 5, a seguir. No topo à esquerda há o logotipo do jornal, seu lema “um jornal a serviço do Brasil”, ano de início da publicação, empresa proprietária e os nomes dos diretores e do conselho editorial. Abaixo, seguem dois ou três editoriais sem assinatura, de caráter institucional, preenchendo todo o lado esquerdo. Nas colunas centrais, há uma charge no topo, cujo autor muda diariamente, e três textos de membros do conselho editorial ou de jornalistas ligados à empresa. Na coluna da direita, há artigos semanais de autores que não possuem vínculo com o periódico.

Durante o período recortado, de 12 a 17 de agosto de 1992, a direção do jornal era composta por Luís Frias, Otávio Frias Filho, Pedro Pincirolli Jr. e Renato Castanhari. O conselho editorial era formado por Luis Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Jânio de Freitas, Otto Lara Resende, Mathias Suzuki Filho e Otávio Frias Filho. Estes são os nomes listados acima dos editoriais institucionais, que podem ser apontados como responsáveis pela posição oficial da FSP.

Figura 5 – Página de opinião da FSP com editoriais e artigos

1-2 Domingo, 16 de agosto de 1992

FOLHA DE S. PAULO
 Um jornal a serviço do Brasil
 Fundado em 1911
 Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

opinião

FOLHA DE S. PAULO

Juízo inequívoco

O isolamento do Planalto cresce a olhos vistos. A falta de credibilidade presidencial, somada de modo imediato pela desastrosa Operação Uruguaçu e mais recentemente pela tentativa caricata de manipular os cursos da bandeira nacional, fica ainda mais evidente em face dos resultados da pesquisa Datafolha publicada hoje, a qual não deixa dúvidas quanto à disposição da opinião pública em relação ao excedente Colloriano.

O levantamento, realizado em 11 capitais, revela que a grande maioria da população (70%) é favorável a que o Congresso aprovasse o afastamento do presidente, concernidos os instintos da Comissão Parlamentar de Inquérito, para que ele possa ser julgado. Somente 21% dos entrevistados são contra a medida.

Alinda mais grave é o juízo que emerge da sondagem quando se trata da possível envolvimento do presidente nas denúncias de corrupção contra o empresário PC Faria. Nada menos do que 72% dizem acreditar que Collor está implicado nas irregularidades, contra apenas 12% contrários de sua inocência.

Assim, nenhuma das duas manifestações de quanto a sociedade brasileira se encontra esparada, após ter sido submetida a uma sucessão infindável de denúncias que atingem e comprometem o próprio cerne do Poder Executivo. Para terminar de agravar o quadro já crítico de descontento, a cada capítulo de revelações segue-se outro de escândalos que nada esclarecem, pontuando-se o credo lastimável, aqui e ali, com uma resaca cívica de ressentimento —causada por tudo inadequado à expectativa legítima de que a verdade dos fatos fosse apurada, até o fim, como manda a Constituição.

Tal situação de confronto só poderia conduzir, como de fato conduziu, a um aprofundamento do abismo entre sociedade e governo —mas passou agora, depois do desastrosado relato do presidente para que se empreiasse aos arbítrios nacionais a função subalterna de arbitrar apoio a um governo afilado. O cenário brasileiro teve o dom de romper o acabamentoamento que permitia a opinião pública, e pode também servir de catalisador para o processo de decomposição da instável base política do Planalto, hoje reduzida ao FFL, que já dá sinais de vacilar em sua consorte governista.

As discussões acerca do seu desempenho fiscal durante o primeiro semestre deste ano são coisa de que se cumpriram as metas estabelecidas com o Fundo Monetário Internacional para o período, com exceção da relativa ao déficit nominal. Há um déficit nominal, que não deve ser ultrapassar Cr\$ 120 bilhões, ficou em Cr\$ 171 bilhões.

Os dados mostram que o governo efetuou um grande esforço de contenção de gastos sem, contudo, obter a queda de inflação. Isto significa o descontento do déficit nominal do setor público.

As acordadas com o FMI. Esse quadro evidencia a presença de componentes inerentes na inflação, que nem a recessão causada pela política monetária restritiva acertada com o Fundo tem sido capaz de debilitar. É possível que a estratégia oficial demande mais tempo para sentir efeitos sobre a inflação; e, se encontrada resistências crescentes por parte da sociedade, há profundamente afetada pelos impactos sociais e econômicos da recessão.

O mais provável, contudo, é que esteja havendo incoerência na formulação da política econômica, em relação, por exemplo, aos impactos dos juros altos nos custos de produção e da atividade pública, na construção de

A coisa está preta
 Caio Túlio Costa

Hoje começa a guerra das crenças. Está aberto o concurso termo da eleição presidencial. Em descepo, ao explicar sustentado, o presidente Fernando Collor acaba achando jeito de medir sua impopularidade. Deixa o espartilho que faz para tirar a população —ao menos sua parcela mais participativa— da paralisia cívica. A guerra só pode ter um início limitado. Mas em dois lados já estão definidos. Vassalos e patronos amantecidos de voto e amizade. Os mais indignados, os mais dignos, exilados e presos.

Um deslize para o Brasil? Intenções explicar o novo portavoce do presidente, Geraldo Dias. "Não é uma conhecida de quem ao governo, nem tem nenhuma cardeal político", afirma.

Não!

Você do dólar, anarado do cent, anarado anar a charge do "Globe". Verde de novo, anarado de vergonha, disse um outro. Anarado é a car do anar, anarado. Ous Lara Resende —sem sair a palavrada portadora de tal forma. O mesmo anarado das dritar-ji que a ele não levou e quando venceu, vosso anar anarico.

De outro lado, o preto, a car de lato, contava em desano, mas manifestação particular de tristeza profunda. Como insatisfação profunda capaz de medir o tamanho da tristeza nacional, talvez esta guerra que hoje começa seja capaz de dar-lhe outra sua vez. Ela terá prosa.

Collor, cujo nome leva em, poderá ser criado o selinho no qual se encaixará de voz. São porque a história brasileira, insidiosa e mais recente, ensina que as elites não são baratas nos se deixam comprar. Contudo, são mais reais filiais de serem compradas do que a população que trabalha e paga imposto.

Ser, ali, o caso poro, cetera anarico. Torna ganhar a vida, sobreviver nestes tempos lineares. Enquanto isso as elites se dilatarem nos moldes com os funcionários do país. Uma parte das na tentativa de encontrar saída para o presidente. Outro, na busca de uma solução rápida e dentro da lei.

Os católicos, baseados do movimento social impedia que viesse na ficção, começaram fazer um protesto público no dia da posse, 11 de agosto, em São Paulo. No Rio, anarico, a ovelada Rio Branco abriga manifestação pró-impostos. E não mais de manifestos na avenida.

Agora é fato. A população que a não assiste beneficiada começa a se movimentar. Ao definir as elites, Wladimir não teve de explicar o seu conteúdo, o honora comum. "Aquele cujo podemos não leríamos (...) que parou ser movido por forças que não pode compreender seus conteúdos." A cor do roque, cada um controla. Se faltava um bom nome para tirar a população do esqueço foi Collor quem o deu. Nada político, teve a coragem de dizer seu porta-voz. Um homem sem a dignidade de se afastar do voo público enquanto se prepara as associações de que é vítima não tem o direito de falar em nome do Brasil.

O desmoronamento do antigo especializado em mudanças públicas e reuniões

Preto no branco
 Marcelo Leite

SÃO PAULO — Um estouro negro cruzou os céus do país, em câmara lenta, desde que o presidente Fernando Collor pediu a tantos questionários a apurar que antes de ir, hoje, embaixadores de verde e amarelo. O resto de análise amado uma larga gama sobre o país: poder, fato. Não-gate mais se livra do verde do Rio-SP, agora faz-se o ouro do Rio-de-Janeiro. A hora não está para fatos.

R\$ 64,68 milhões de anos, infirma a revista "Science" de amonesta, um anarado princípios de sobre o que hoje é a presença de Yacoué, no México, abrida a margem de Cr\$ 100 e investimento nos níveis de detritar que pode ser ajudado a entregar os discussões. Negociado a medida no pé de terra, pode-se prover que o obscuro objeto de investigação atirado o campo do Brasil, está estabelecido as peças espóreas de rapier que vivem de prelar a cidadania: corrupção, irregularidade, anarapaga.

Alguns já disse que é preciso paçar o país e liope. Outros foram de expressar esta reação de expectativa e convívio é apontar a necessidade de pôr tudo preto no branco. Em tempos de CPI, nada do que anarico investigar, congresso, público. Chuques e discussões fazem mais alto do que testes-suares e tentativas. Fotocópia vident mais do que mil palavras.

Até se fazer passar a valer mais do que as verdade, descobri-se, anaricando décadas de passado-anarico político, de cujo é repouso. O alito anarico da crise política deflagrada pelo excedente Colloriano e pedágio, o que nem mesmo as críticas da sociedade "lado-an-puro" conseguem negar. A sociedade brasileira é obrigada a se aliar no complexo, gesto ao ato do que há para contemplar.

Indicações, empréstimo, partido, legítima —embora instigado a mesma disse entre inextinguível, que ninguém mais levava alívio por que seu como complexo. Tadas ao quanto sobre de sé-lo conciliado. No estilo atual do estubo de país, é impossível carregar mais ainda nas costas. Tudo está preto, hoje —no branco.

Números devastadores
 Gilberto Dimenstein

BRASÍLIA — É de maior indignação o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente Fernando Collor. Baseado na incoerência atual de concessões de deslizes envolvendo PC e PFL, sua decisão mostra que é crise até agora em partido.

Collor vem repetindo que é vítima do "sindicato do golpe" ou da "coalizão entre conspiradores". A ação de Juarez Francisco, um dos principais aliados de Collor durante as eleições, mostra a incoerência dessa bobagem retórica.

BRASÍLIA — Em meio às entrevistas com o rompimento do governador Rangel Forjaz, ex-líder do chamado "Grupo Elite" do FFL, com o presidente

Os autores semanalmente convidados para a coluna à direita da página 2 eram Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e senador pelo PSDB paulista; José Sarney, ex-presidente e senador pelo PMDB do Amapá; José Serra, deputado federal pelo PSDB; Antonio Ermírio de Moraes (falecido em 2014), empresário industrial; Antonio Delfim Neto, economista e deputado federal pelo PDS; Florestan Fernandes (falecido em 1995), também sociólogo e deputado federal pelo PT; e Luciano Mendes de Almeida (falecido em 2006), arcebispo de Mariana-MG e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), uma das entidades formadoras do Movimento pela Ética na Política, que convocava os protestos de rua pelo impeachment.

Percebe-se que os autores convidados pelo jornal estavam no centro da crise política – a maioria era de opositoristas declarados ao presidente, exceto Delfim Neto. Há a participação de partidos de posições políticas diversas: PT, PMDB, PDS e PSDB, com predomínio do último, com dois articulistas; e a presença de Antonio Ermírio de Moraes, empresário próximo à direção da FIESP, que já havia concorrido em eleição ao governo do estado de São Paulo pelo PTB, em 1986. Por fim, um dos autores era uma das maiores autoridades católicas do país ao presidir a entidade que reunia todos os bispos, sugerindo um interesse do jornal nas opiniões vindas do clero católico.

A composição heterogênea desta coluna pode ser relacionada com a identidade pluralista que a FSP construiu para si. Há políticos tradicionais, que foram ligados ao regime militar (Delfim Neto e José Sarney); um empresário industrial com forte influência no contexto político (Antonio Ermírio de Moraes); dois políticos em ascensão, de um partido novo, considerado de centro-esquerda em 1992 (Fernando Henrique Cardoso e José Serra) e dois autores à esquerda, um bispo identificado com a pauta de universalização dos direitos sociais (Dom Luciano Mendes de Almeida) e um intelectual socialista e deputado pelo PT (Florestan Fernandes).

Diariamente, eram publicados três editoriais institucionais, com exceções ocasionais. No período recortado, isso ocorreu duas vezes: no dia 15 de agosto foi impresso um editorial extraordinário na capa, convocando para o dia seguinte o uso de roupas da cor preta contra o governo Collor; e no dia 17, quando um texto ocupou o espaço normalmente destinado a dois editoriais. Trata-se do texto “Desafio da Modernidade”, que comentava um relatório do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), órgão acadêmico ligado ao empresário da indústria automotiva Abraham Kasinski, que na época dirigia a empresa Cofap. Tais editoriais identificam-se, respectivamente, com a posição de oposição ao governo federal e interlocução com a burguesia industrial.

Os dezoito editoriais publicados nos seis dias recortados foram classificados por data, título e assunto, conforme o Quadro 1, que se encontra abaixo. O assunto “Política nacional” foi hegemônico com nove textos, sendo que quatro deles serão analisados no próximo item; o assunto “Economia” esteve presente em sete textos; “Política Internacional” e “Cinema” pautaram um texto cada (em 12 e 15 de agosto, respectivamente). Os títulos dos assuntos foram atribuídos pela presente dissertação. Notou-se a frequência diária dos textos sobre política nacional e economia (este, ausente apenas em 12 de agosto), temas que o jornal privilegiou em sua construção de uma agenda pública.

Quadro 1 – Editoriais publicados de 12 a 17 de agosto classificados por data, título e assunto.

Numeração	Data	Título	Assunto
1	12/08/1992	Os canais da fisiologia	Política Nacional
2	12/08/1992	Movimento Incipiente *	Política Nacional
3	12/08/1992	A ONU e a Ex-Iugoslávia	Internacional
4	13/08/1992	Rigor e Responsabilidade *	Política Nacional
5	13/08/1992	Telefones na linha	Economia
6	13/08/1992	Dólar em queda	Economia
7	14/08/1992	Discurso inoportuno *	Política Nacional
8	14/08/1992	Plebiscito antecipado	Política Nacional
9	14/08/1992	Integração do norte	Economia
10	15/08/1992	Luto [publicado na capa] *	Política Nacional
11	15/08/1992	Verbas Manipuladas	Política Nacional
12	15/08/1992	Receita em Declínio	Economia
13	15/08/1992	Cinema em crise	Cinema
14	16/08/1992	Juízo Inequívoco	Política Nacional
15	16/08/1992	A inflação e o FMI	Economia
16	16/08/1992	Prejuízo em regra	Economia
17	17/08/1992	Desafio da Modernidade	Economia
18	17/08/1992	Desinteresse Geral	Política Nacional

Fonte: O autor, 2015.

Nota: Os campos com asterisco indicam textos sobre as manifestações.

Os editoriais sobre Política Nacional foram dominados pela crise do governo Collor. A FSP atacou o lançamento de editais de concessão para canais de rádios e televisão em estados nos quais a base aliada afastava-se do presidente (Santa Catarina, Pernambuco e Maranhão), a liberação de verbas federais, a concessão de empréstimos e o perdão de dívidas pelo Banco do Brasil para redutos eleitorais em disputa no pleito municipal de outubro; medidas que buscavam manter a fidelidade da base governista no Congresso Nacional. A compra de apoio foi considerada uma das práticas “mais atrasadas da política brasileira” (“Os canais da fisiologia”, 12 de agosto. Ver também “Verbas Manipuladas”, do dia 15). Os acordos fisiológicos que Collor tentou fechar atraíram também a oposição do jornal *O Globo* (p. 57).

No dia de protesto convocado por Collor, 16 de agosto, a FSP procurou legitimar a identidade da maioria da sociedade contra o presidente, ao divulgar pesquisa realizada pelo seu instituto, o *Datafolha*, no editorial “Juízo Inequívoco”. A pesquisa aponta o isolamento do presidente diante da “opinião pública”: 70% da população era favorável ao impeachment. Segundo este texto, após as inconsistentes explicações dadas à CPI e à investigação da Polícia Federal que desmascarou a “Operação Uruguai”, a tentativa de se apropriar das cores da bandeira teria selado o divórcio entre governo e sociedade. Junto ao editorial, uma charge mostra dois extraterrestres observando a Terra, onde o mapa do Brasil se distingue por estar pintado de negro, uma representação do “domingo negro” e da unanimidade contrária a Collor. A página de opinião está retratada na Figura 5. Nota-se que outras colunas também estão comentando a adesão popular à cor preta.

Encerrando a análise dos editoriais sobre o assunto “Política Nacional”, o jornal elogiou a antecipação do plebiscito sobre a forma e o sistema de governos brasileiros, por meio de emenda proposta pelo deputado federal (e articulista) José Serra e aprovada pelo Congresso Nacional, no texto “Plebiscito Antecipado”, do dia 14. Também houve o lamento diante de pesquisa de opinião que apontou desinteresse do eleitorado nas eleições municipais poucos anos após o entusiasmo pelo voto demonstrado na campanha das diretas. Fenômeno foi atribuído à crise do governo Collor no texto “Desinteresse Geral”, do dia 17.

Enquanto os textos sobre política demonstraram a atuação da FSP em relação a outros agentes do processo de impeachment, os editoriais sobre economia indicam suas preferências para projetos de médio e longo prazo, como o programa de privatizações e a necessidade de cortar a carga tributária: “a sociedade brasileira clama por projetos sérios e competentes capazes de reconduzir o Brasil à trajetória de desenvolvimento” (*Desafio da Modernidade*, 17 de agosto). Nota-se nessa frase o uso do interesse geral da sociedade para legitimar as pautas que o jornal defende.

O editorial “Telefones na linha”, do dia 13, comenta medidas do Ministério das Comunicações para baratear a aquisição de linhas telefônicas por clientes, que traziam como contrapartida o aumento das tarifas. O texto elogia as medidas, mas as considera tímidas: “Faltou a providência crucial de romper o monopólio do Estado e abrir a telefonia à iniciativa privada o que ensejaria o aumento da oferta, o aprimoramento dos serviços e a queda dos preços ao consumidor”. Em “Receita em declínio” (15 de agosto), aborda-se a queda da arrecadação do governo federal de 10% (correspondente a US\$ 1bilhão) em relação ao ano anterior, em virtude da inadimplência fiscal das empresas. O jornal culpa o governo: “É evidente que o contribuinte apenas reage às circunstâncias criadas pelo Estado. Cabe a este reformular, com urgência, o sistema arrecadatório”. Os textos mostram o apoio a duas medidas de caráter neoliberal, a privatização dos serviços prestados pelo Estado e a retirada de tributos.

Os textos “Prejuízo em regra” e “A inflação e o FMI”, de 16 de agosto, e “Desafio da modernidade”, do dia 17, abordam a recessão econômica, a inflação e as medidas para solucioná-las. O primeiro trata de uma pesquisa empreendida pelo jornal que observou o desempenho de 25 setores da economia, apenas 5 cresceram em 1991 e houve setores com retração de até 40%. O segundo elogia a política de contenção de gastos para o cumprimento das metas acordadas com o Fundo Monetário Internacional de superávit primário e déficit operacional, mas nota que a inflação não é derrotada, o que impede que se cumpra a meta de déficit nominal. Contra a inflação, o editorial defende a queda dos juros, que estariam estrangulando a capacidade de investimentos e um “ajuste gerencial”, com a adoção de práticas de sucesso no setor privado pelo poder público. As críticas à equipe econômica do Ministro da Fazenda, Marcílio Marques Moreira, foram brandas e o jornal a isentou de responsabilidade das práticas fisiológicas do governo federal. É digno de nota também o alinhamento ao FMI.

O terceiro texto citado comenta o relatório de uma pesquisa desenvolvida pelo IEDI, chamada “Mudar Para Competir” que indica medidas para a indústria nacional acompanhar o progresso técnico, as alterações organizacionais, a integração aos sistemas financeiros dos setores industriais nos países “mais dinâmicos”, conseguindo, assim, maior produtividade. O instituto sugere a mudança nas relações entre capital e trabalho, com mais “colaboração e corresponsabilidade”, a eliminação de incentivos arbitrários do Estado e o combate ao “corporativismo”. O editorial não especifica se o último ponto se refere de forma pejorativa aos sindicatos ou à própria indústria.

O jornal apoia essas ações, mas aponta uma ausência: a necessária abertura da economia às importações de produtos do exterior. A FSP afirma que a proporção entre importação e PIB no Brasil, que corresponderia a 5%, constituía uma das menores do mundo e a falta de concorrência com produtos estrangeiros, agravada pela “indisciplina fiscal” do Estado, acarretava a inflação de preços e salários, prejudicava a produtividade e encareceria os próprios insumos industriais. Infere-se que o jornal não tem total identidade de interesses com a burguesia industrial, apoiando uma medida que não lhe entusiasma: a entrada de mais produtos importados no mercado consumidor brasileiro (Figura 6).

Figura 6 – Jornal debate política industrial com o IEDI em editorial

Desafio da modernidade

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) acaba de divulgar o documento "Mudar para Competir", que contém um diagnóstico detalhado dos principais problemas e desafios colocados para a indústria nacional, além de recomendações de política para recuperar a capacidade competitiva do país.

Iniciativas dessa natureza se revestem da maior importância no momento em que o país vive uma das piores crises de sua história, exaurida depois de mais de uma década de estagnação e inflação crônica, traumatizada pelo arbítrio e inépcia dos sucessivos planos antinflacionários e indignada diante da degradação moral e flagrante evidência de malversação dos recursos públicos, a sociedade brasileira clama por projetos sérios e competentes, capazes de reconduzir o Brasil à trajetória do desenvolvimento.

O texto do Iedi assinala alguns pontos importantes para qualquer plano de modernização do país. Consta, por exemplo, as profundas modificações que ocorreram na economia mundial no final deste século, que alteram significativamente a agenda de política industrial para os países menos desenvolvidos.

Com efeito, o ritmo intenso de introdução do progresso técnico, a tendência generalizada à automação dos processos produtivos, a revolução dos métodos organizacionais e gerenciais e a maior sofisticação e integração dos sistemas financeiros são alguns dos aspectos que caracterizam as indústrias nos centros mais dinâmicos, constituindo os fatores explicativos do incremento de produtividade.

Acompanhar tais mudanças, ou simplesmente evitar uma possível desindustrialização, constitui um desafio gigantesco — a começar pelas circunstâncias macroeconômicas extremamente adversas, expressas numa inflação mensal em torno de 22%, juros reais exorbitantes, recessão e declínio sistemático da taxa de investimento.

Porém, e conforme destacado pelo texto do Iedi, o almejado êxito está a exigir mudanças muito mais profundas, completamente estranhas à tradição brasileira de paternalismo estatal, cartorialismo e corporativismo.

O sucesso dependerá, de ma-

neira crucial, da mudança das relações entre trabalho e capital, no sentido de maior colaboração e co-responsabilidade, e, naturalmente, da melhor repartição dos rendimentos. Exigirá, da mesma forma, relações mais transparentes entre o Estado e o setor privado, com a eliminação de toda sorte de incentivos onerosos e de eficácia altamente discutível.

O documento ainda não parece, contudo, suficientemente enérgico em relação à importância da abertura para a modernização da economia. Embora aponte corretamente a ausência de uma política industrial minimamente eficaz e coerente, indispensável para promover um processo bem-sucedido de liberalização comercial, omite alguns elementos essenciais.

Não ressalta, por exemplo, o fato de a economia brasileira ser uma das mais fechadas do mundo, com uma relação importações/PIB (5%) inferior à metade da média de países com populações comparáveis à do Brasil, tipicamente mais fechados em função da importância relativa de seu mercado interno.

A falta de exposição da economia à concorrência dos mercados mundiais permitiu o surgimento de políticas de preços abusivas, acompanhadas de reivindicações salariais incompatíveis com o aumento da produtividade. Tal fenômeno, somado à mais completa indisciplina fiscal por parte do Estado, acirrou ainda mais o processo inflacionário. E, ademais, aumentou sensivelmente os preços relativos dos bens de produção, inibindo a formação de capital e minando, dessa forma, a capacidade competitiva do conjunto da economia e do próprio setor industrial.

É decerto alentador que um segmento importante do setor privado nacional submeta a um debate aberto proposições abrangentes de política, capazes de contribuir de forma substantiva para a formulação de um modelo de desenvolvimento industrial mais eficiente, economicamente, e menos iníquo no plano social. O indispensável agora é que as lideranças nacionais se mostrem capazes de organizar a ação política em torno de uma plataforma consensual de modernização do país.

Os outros editoriais sobre economia são “Dólar em queda”, do dia 13 e “Integração do Norte”, do dia 16. O primeiro aborda a desvalorização da moeda americana em relação ao marco alemão e avalia que as flutuações tornam a avaliação do ambiente externo difícil e imprevisível para o Brasil. É notável que o jornal sugira a estabilidade cambial como ponto de agenda pública, o que se aproxima com a política cambial a ser adotada pelo Plano Real, entre 1994 e 1999, de paridade com o dólar. A paridade corresponde tanto ao anseio do jornal de um ambiente cambial previsível quanto ao da entrada de mais produtos de consumo importados no Brasil.

O texto “Integração do Norte” saúda a criação da Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e vê como oportunidade a possível integração de todo continente americano em um futuro bloco, como foi sugerido pelo então presidente dos EUA George Bush. O alinhamento com os interesses estadunidenses também se percebe no texto “A ONU e a ex-Iugoslávia”, que apoia a intervenção militar dos EUA, França e Inglaterra na Guerra da Bósnia, único texto do assunto “Internacional”. Quanto ao tema “Cinema”, o editorial “Crise no cinema” aborda a ausência de produção nacional após o fim do incentivo estatal ao setor pelo governo Collor: em 1992, o Festival de Gramado exibira apenas um filme nacional inédito. O texto culpa os cineastas pela falta de produção, eles estariam mal-acostumados com os antigos incentivos públicos e deveriam procurar "formas modernas de financiamento da produção". Percebe-se o caráter pedagógico e gerencial das palavras empregadas a favor da retirada do incentivo estatal ao cinema, outro ponto de vista próximo ao neoliberalismo.

De forma geral, confirmou-se a caracterização neoliberal do jornal feita por Silva, quando encontramos a defesa de vários pontos dessa ideologia: retirada de impostos, privatização das empresas públicas, práticas de gestão privadas no setor público, fim dos incentivos ao setor de cinema e desregulamentação das relações de trabalho. Certas medidas como o fim das reservas de mercado em vários setores da economia e a privatização do sistema Telebrás podem ser relacionadas aos interesses da FSP na modernização de suas redações, na entrada de investimentos estrangeiros (como os que ocorreram no UOL e na indústria gráfica Plural) e na abertura de outro setor da economia, as telecomunicações, para a sua atuação.

Porém, a adesão ao neoliberalismo deve ser ponderada com o perfil diverso dos articulistas convidados para a página de opinião, desde os dois autores de esquerda mencionados, Almeida e Fernandes, até o economista de viés liberal Delfim Neto. Nesta seleção de autores, infere-se a intenção do periódico em afirmar sua imagem pluralista. Mas, nota-se também a influência do desenvolvimentismo, na figura do ex-presidente José Sarney;

na forte presença do PSDB, partido que tem mais articulistas, é citado nos editoriais institucionais e cujas posições em 1992 não estavam fechadas em torno da ideologia neoliberal; e na interlocução com a burguesia industrial, representada por Antonio Ermírio de Moraes e pelo IEDI.

Pode-se concluir que o jornal estava alinhado a várias medidas neoliberais, que correspondiam aos seus interesses empresariais; mas essa adesão não é integral e posicionamentos desenvolvimentistas eram expressos minoritariamente em suas páginas. Assim, reflete-se na FSP a divisão das elites econômicas com relação ao projeto a ser seguido, que só teria fim com a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994.

3.2 A mobilização pelo impeachment e os editoriais

Quinze editoriais citaram as manifestações, publicados entre 12 de agosto e 30 de setembro (ver Quadro 2, abaixo). O recorte termina na edição que repercutiu a votação do impeachment. A visão predominante nos textos opõe uma totalidade chamada de “opinião pública”, “sociedade” ou, mais raramente, “nação”, a uma minoria, uma fração que tentava impor os seus interesses de forma ilegítima. O jornal procurou identificar-se ao todo, aos interesses do país, e qualificar o seu adversário, seja o governo federal ou setores da oposição, como fração não representativa. Também merecem destaque as referências à mobilização pelo voto direto, em 1984, e, novamente, a defesa de medidas neoliberais.

Quadro 2 – Editoriais sobre as manifestações entre 12/8/1992 e 30/9/1992

Numeração	Data	Título
1	12-ago-92	Movimento incipiente
2	13-ago-92	Rigor e responsabilidade
3	14-ago-92	Discurso inoportuno
4	15-ago-92	Luto**
5	18-ago-92	O fantasma das ruas
6	24-ago-92	O horizonte da Crise
7	26-ago-92	O alerta das ruas
8	27-ago-92	A agonia do governo

9	30-ago-92	No fundo do poço
10	01-set-92	Renovação estudantil
11	06-set-92	Manifestação dividida
12	07-set-92	Independência
13	19-set-92	Convocação à Câmara
14	27-set-92	A vez do Congresso
15	30-set-92	A lição do impeachment

Fonte: O autor, 2015.

Nota: O texto “Luto” foi publicado na capa.

Os partidos e sindicatos de esquerda, que compunham as forças opositoras, foram classificados como sectários nos editoriais de 12 de agosto, “Movimento incipiente”, e 13 de agosto, “Rigor e responsabilidade”. O texto do dia 12 (Figura 7) criticou as primeiras manifestações de rua por serem dominadas pelo “sectarismo” do PT, do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e da central sindical Central Única dos Trabalhadores (CUT), afirmando ainda que a adesão a elas, de 10 a 20 mil pessoas, não era expressiva o suficiente para se acreditar em uma mobilização de ampla proporção, como a que ocorrera em 1984. No dia seguinte, houve elogio à decisão da oposição de compor uma frente suprapartidária que chamaria os protestos de forma conjunta: “o que está em jogo no Congresso é muito maior do que os interesses desse ou daquele partido”. A ênfase no pluripartidarismo como fator positivo indica a intenção do jornal de que o processo de impeachment não seja liderado pela esquerda. Percebe-se ainda a memória da campanha das diretas como modelo de mobilização política.

Figura 7 – Editorial descreve as primeiras manifestações como sectárias

Movimento incipiente

A realização de duas manifestações de rua pela “ética na política” em quatro dias, na cidade de São Paulo, não permite ainda tirar conclusões seguras sobre a capacidade do escândalo Collorgate de mobilizar setores amplos da população. O comparecimento foi relativamente acanhado (algo entre 10.000 e 20.000 pessoas, nos dois casos), em comparação com as multidões da campanha das Diretas-Já, mas não reduzido a ponto de excluir que o protesto cresça em ímpeto e alcance, nas próximas semanas.

De fato, reuniões semelhantes começam a se disseminar também por outras capitais, com o mesmo caráter restrito e —é preciso dizer— em muitos sentidos lamentavelmente sectário. A predominância de militantes e simpatizantes do PT, do PC do B e da CUT não lhes dá o direito de se apropriar de um movimento com clara vocação suprapartidária. No ato de sábado na praça da Sé, por exemplo, o candidato a prefeito da capital pelo PSDB, Fábio Feldmann, foi impedido de discursar —uma discriminação não só criticável como pouco hábil.

O sentimento de indignação suscitado pelas revelações da CPI que investiga PC Farias, assim como seu relacionamento com o presidente, perpassa os mais diversos setores da opinião pública. Quanto mais se multiplicam os fantasmas, depósitos e secretárias nos descaminhos entre o esquema PC e a Casa da Dinda, mais essa indignação parece crescer e canalizar-se para a expectativa —silenciosa e algo desconfiada— de que a Constituição seja respeitada e a verdade, apurada integralmente. Pretender confinar essa aspiração generalizada aos limites estreitos de aparelhos sindicais ou partidários, agora, é principiar por um retrocesso.

O potencial das manifestações poderá ser amplificado com o horário eleitoral gratuito na televisão, dentro de cinco dias. Um contingente maior de pessoas tomará conhecimento dos resultados da CPI, e é de supor que o anseio legítimo pela punição dos culpados aumente proporcionalmente. Deixar tal expectativa sem resposta é um risco —também crescente— para a efetiva implantação da democracia no Brasil.

Fonte: FOLHAPRESS, Acervo Folha, FSP, p. 2, 12/8/1992.

Collor também procurou identificar-se ao todo em seu pedido para que a população saísse às ruas utilizando as cores da bandeira²¹. Para ele, a nação seria a “maioria que trabalha” e acredita na democracia e no seu governo e a oposição representava interesses partidários e sindicais de uma “minoría golpista” que quer “atrapalhar”. O presidente fez referência implícita ao PT e à CUT, chamados de “central única dos conspiradores” e

²¹ Um vídeo com o discurso foi acessado no site You Tube (2011). Consultou-se também a notícia publicada na capa da edição de 14 de agosto da FSP, “Aos berros, Collor pede que Brasil use verde amarelo”.

“sindicato do golpe”. O gesto dos brasileiros de usar as cores da bandeira seria uma prova incontestante de que o presidente estava com a maioria, um gesto simbólico de identidade entre governo e nação.

Figura 8 – FSP convoca protesto contra Collor

FOLHA DE S. PAULO
 Direção de Redação: Otávio Frias Filho • São Paulo, sábado, 15 de agosto de 1992 • Um jornal a serviço do Brasil • Ano 72 • Nº 23.145 • Al. Bordo de Urubici, 425 • CxS 1.700.000

Use preto em protesto

Maria do Fátima Moraes (sem retrato de Collor), 24, abraçou o presidente em manifestação de apoio ao Planalto em Natal. Maria diz que também costumava colecionar fotos de Sarney. **PÁG. 1-4**

Vestido de preto em frente ao Planalto, o funcionário da CEF Anselmo Paiva Filho protesta contra o presidente. "Collor pediu um domingo colorido e eu trouxe uma sexta negra para ele." PÁG. 1-7

Rio faz maior ato pelo impeachment; Collor usa Caixa na guerra das cores

EDITORIAL
Luto

Nem hábito de exatidão e disciplina, o chefe de um governo anulado no cotidiano dirige com a armadilha aferrida à opinião pública. Convocando a população para que use as cores nacionais em defesa de seu mandato, o presidente Collor tenta reverter de uma zorra de nepotismos e de conotações partidárias o que se resume apenas a um interesse político pessoal: pretende que a bandeira do Brasil se converta em expressão de corresponsabilidade com uma situação política insustentável, de apoio a uma administração fadada, de tolerância com o abuso, a impiedade e a inerteza que se trataram no núcleo do Poder Executivo. Os símbolos nacionais que foram levantados pela população nas grandes manifestações de solidariedade e de luta pela democracia viram-se utilizados por um presidente sem condições políticas para governar.

Preferiu-se uma crise que só teria, como meta, a renúncia do chefe do Executivo. Um imenso dilema e difícil se desenvolve agora, paralisando o país e antecipando incalçável a mesma situação de completa ingovernabilidade. Em lugar de voltar-se para os graves problemas econômicos e sociais, o Planalto se dedica a queirer retendo sobre retensão numa série incoerente de medidas que chegou ao paroxismo com a absurda Operação Uruguai. No fracasso inevitável desses expedientes, a Presidência vai buscar nos poderes do "respeitado da morte" as armas da instabilidade, da insegurança e do subterfúgio. Com elas pretende governar e sobreviver salvadora, de um tempo da Câmara, capaz de obstar um processo de impeachment até os mais prováveis.

Não é o caso de precipitar julgamentos com todos os recursos da CPI que investiga o exultante PC Farias. Qualquer movimento pelo impeachment terá necessariamente de seguir os contornos de mais ampla legalidade —consciência sobre a qual não para dúvida, na sociedade, embora o presidente se valha por características como golpista esse teletípico.

Após todas as considerações legais que vêm a inspirar o envolvimento da população com os expedientes de PC Farias, um novo julgamento, todavia, já foi feito pela opinião pública. Trata-se de um julgamento político. O presidente Collor já esgotou todas as reservas de credibilidade que poderia possuir junto à população. O governo está em frangalhos, suas instituições estão expostas, sua respectabilidade não existe mais. Lançou-se ao delírio, à histeria, à provocação. Recorre à bandeira nacional para defender a continuidade inapropiada de uma crise.

A respeito a essa tentativa de transferir as cores nacionais em motivo para um exercício fanático e infamante já chega espontaneamente às ruas. Generaliza-se a luta de usar o cor negro como expressão do descontentamento, do protesto, da rebelião contra um governo desmoronado, perdido na marginalização e na incerteza. Mais do que isso —trata-se de assustar o momento que perdurará neste instante o luto. Luto pela destruição dos mais elementares padrões de ética administrativa; luto por uma República entregue à desfaçateira de oportunistas e aventureiros; luto pelo esvaziamento de responsabilidade, de integridade, de imparcialidade que se vive no palácio de Brasília; luto por uma sociedade inteira que vê, diariamente, escarmentarem de seus ideais, desmoronarem as suas instituições; luto por um país desengovernado. Luto, vergonha, indignação —é o que se experimenta diante da impiedade política e da arrogância com que o Planalto enceta a farsa a que chama governo.

Governador de PE apóia afastamento

Paulista Francisco (PE) se torna o primeiro governador do PE a sempre com o presidente Collor. Ele declarou a intenção de impeachment e disse que vai orientar sua base no Congresso a votar contra o presidente. O governador disse que sua decisão se prende "a questões éticas, à moralidade pública". **PÁG. 1-4**

PC Farias evita passar na alfindega

PC Farias, segundo o seu noticiário, nunca teve de passar pela alfindega quando chegou de viagem internacional. "As bagagens foram transferidas diretamente do Aeroporto Negro (a Lou-Jet de PC) para o pátio-estádio do carro", disse Valdeirino Toledo César à Política Federal. **PÁG. 1-11**

Milhares de pessoas pedem o afastamento de Collor no Rio

Foi realizado ontem no Rio de maior ato pelo impeachment desde o início do Collorismo. A manifestação reuniu 10 mil pessoas, segundo a PM. Os organizadores falaram entre 25 mil e 30 mil. A operação reagiu ao discurso de Collor, que convocou os brasileiros a vestirem amarelo ao core da bandeira nacional. Os partidos oposicionistas decidiram orientar os filiados a usarem roupas pretas em homenagem a quem diz que os brasileiros cores vivas também motivo para um contra o Planalto rejeitados para governar.

Para tentar impedir o fracasso da operação verde-amarelo, o governo usa recursos policiais. A Caixa desarmada, que não agilizou, segue refreada entre manifestantes de que os discursos sejam pronunciados com bridas nas cores nacionais. O sindicato de bancários, porém, atacou contra-atacou. Os funcionários da CEF em São Paulo protestam "contra a utilização de preto o símbolo da superintendência". **Brasil**

Fonte: FOLHAPRESS, Acervo Folha, FSP, p. 1, 15/8/1992.

O jornal repudiou tal identidade – A capa de 15 de agosto destacava a manifestação pelo impeachment no Rio de Janeiro e incitava o protesto anti-Collor, por meio da tarja preta e do editorial “Luto” (Figura 8). Com a tarja, o jornal retoma o artifício simbólico usado na derrota das diretas.

A transcrição do editorial se encontra a seguir:

Num misto de exaltação e desespero, o chefe de um governo atolado no escândalo dirige nova e arrojada afronta à opinião pública. Convocando a população para que use as cores nacionais em defesa de seu mandato, o presidente Collor tenta revestir de uma aura de respeitabilidade e de conotações patrióticas o que se resume apenas a um interesse político pessoal; pretende que a bandeira do Brasil se converta em expressão de complacência com uma situação política insustentável, de apoio a uma administração falida, de tolerância com o atraso, a impunidade e a mentira que se instalaram no núcleo do Poder Executivo. Os símbolos nacionais que foram levantados pela população nos grandes momentos de mobilização cívica e de luta pela democracia viram-se usurpados por um presidente sem condições políticas para governar

Prolonga-se uma crise que só teria, como saída, a renúncia do chefe do Executivo. Um processo doloroso e difícil se desenvolve agora, paralisando o país e ameaçando mergulhá-lo em uma situação de completa ingovernabilidade. Em lugar de voltar-se para os graves problemas econômicos e sociais, o Planalto se dedica a apor remendo sobre remendo numa série incoerente de versões que chegou ao paroxismo com a absurda Operação Uruguai. No fracasso inevitável desses expedientes, a Presidência vai buscar nos porões do "esquadrão da morte" as armas da intimidação, chantagem e suborno. Com elas pretende garantir a minoria salvadora de um terço da Câmara, capaz de obstruir um processo de impeachment cada vez mais provável.

Qualquer movimento pelo impeachment terá necessariamente de seguir os caminhos da mais estrita legalidade – convicção sobre a qual não paira dúvida, na sociedade, embora o presidente se esforce por caracterizar como golpista essa iniciativa.

Ao lado das considerações legais que venha a inspirar o envolvimento do presidente com os negócios de PC Farias, um outro julgamento, todavia, já foi feito pela opinião pública. Trata-se de um julgamento político. O presidente Collor já esgotou todas as reservas de credibilidade que poderia possuir junto à população. O governo está em frangalhos, suas mazelas estão expostas, sua respeitabilidade não existe mais. Lança-se ao delírio, à histeria, à provocação. Recorre à bandeira nacional para defender a continuidade insuportável de uma crise.

A resposta a essa tentativa de transformar as cores nacionais em motivo para um exercício farsesco e infamante já chega espontaneamente às ruas. Generaliza-se a ideia [sic] de usar a cor negra como expressão do descontentamento, do protesto, da rebeldia contra um governo desmoralizado, perdido na megalomania e na inconsciência. Mais do que isso – trata-se de enunciar o sentimento que predomina nesse instante, o luto. Luto pela destruição dos mais elementares padrões da ética administrativa; luto por uma República entregue à desfaçatez de oportunistas e aventureiros; luto pelo espetáculo de prepotência, de fisiologismo, de irresponsabilidade que se armou nos palcos de Brasília; luto por uma sociedade inteira que vê, diariamente, escarnecerem seus ideais, desmoralizarem suas instituições; luto por um país desgovernado. Luto, vergonha, indignação - eis o que se experimenta diante da impunidade política e da arrogância com que o Planalto encena a farsa a que chama governar (FOLHAPRESS, Acervo Folha, FSP, p. 1, 15/8/1992).

O jornal inverte a polaridade entre maioria e minoria colocada pelo presidente. Seu governo estava isolado, não inspirava nenhum respeito, representava os interesses de aventureiros que zombavam dos ideais da maioria: "Sem governo, [...] o Brasil permanece refém dos grupos minoritários que ainda admitem negociar seu apoio, em troca de fatias de um poder carcomido". Contra a associação a valores como o trabalho e a democracia, o jornal liga o governo a mentira, atraso, farsa, impunidade e defesa de interesses pessoais. O apelo

verde-amarelo só poderia ser uma ofensa à opinião pública, usurpação das cores da bandeira por um governo avesso aos interesses do país e desesperado diante da crise.

A reação ao chamado do presidente teria surgido de forma espontânea nas ruas: usar a cor preta em sinal de luto, visto que os ideais de uma gestão ética e democrática estavam mortos, “luto por uma sociedade inteira que vê diariamente escarnecerem de seus ideais, desmoralizarem as suas instituições”. A partir dessa visão da espontaneidade, o jornal identificou a sua convocação a usar preto por meio do editorial e dos outros elementos da capa (tarja, manchete, foto do protesto no Rio de Janeiro), com uma atitude autônoma da população. Assim, a FSP vincula a oposição ao presidente com um anseio geral da sociedade brasileira, respondendo a sua visão da crise política como algo provocado pelo PT e pela CUT. O jornal também refuta o presidente sobre a acusação de golpismo, negando qualquer dúvida sobre a legalidade do processo de impeachment. Tais temas também estão presentes no editorial “Discurso inoportuno”, de 14 de agosto.

Ainda sobre o texto “Luto”, ele defende que a única saída do presidente seria a sua renúncia, mensagem que passou a se repetir nos editoriais analisados até o início de setembro. Editoriais em que as manifestações foram tomadas como elemento importante na conjuntura política, definida pelo divórcio entre a sociedade e seu governo. O sucesso do “domingo negro” pressionaria os deputados governistas a abandonar Collor, visto que todo político tem por objetivo sobreviver, manter sua imagem com o eleitorado (“O fantasma das ruas”, 18 de agosto). Diante de protestos de maior adesão nos dias 24 e 25, ainda que o presidente conseguisse os votos necessários para impedir o impeachment, o seu descrédito com a sociedade era tão grande que a continuidade de seu governo seria inviável (“O alerta das ruas”, 26 de agosto). Collor estava cercado pela debandada de deputados e ministros do governo, pela oposição dos empresários e da sociedade mobilizada (“A agonia do governo”, 27 de agosto). A FSP passa a pedir a renúncia diariamente em seus editoriais, como saída mais rápida para a crise de governabilidade que poderia agravar ainda mais os problemas econômicos e sociais do país – seria “inimaginável o grau de desgoverno a que Collor conduziria o país caso consiga a sua vitória de Pirro. É por isso que hoje, mais do que nunca, a única alternativa que ainda lhe resta é a renúncia” (“O alerta das ruas”, 26 de agosto).

Os protestos se identificavam com as opiniões aferidas em pesquisa do Datafolha, na qual 84% dos entrevistados apoiavam o impeachment (“No fundo do poço”, 30 de agosto); e com a própria nação que se realizaria nas ruas enquanto “coletividade de cidadãos unidos em torno de uma língua, um passado e um destino comuns” (“Independência”, 7 de setembro). A ideia de uma quase unanimidade contrária ao governo foi utilizada para pressionar o

Congresso Nacional nos dias que antecederam a votação do impeachment. Uma vitória de Collor lançaria o parlamento no mesmo descrédito que se encontrava o governo federal. Também foi lembrada a derrota da emenda das diretas, em 1984, na qual o Congresso teria “envergonhado a nacionalidade”, como algo a não se repetir na votação do dia 29 (“A vez do Congresso”, 27 de setembro).

Paralelamente à descrição dos protestos como um elemento de isolamento do governo, os textos continuaram mostrando a disputa pelo seu controle. Ao retomar as cores da bandeira, nos dias 24 e 25, manifestações em várias cidades do país teriam mostrado sua pluralidade, o que abafou “imediatismos partidários” (“O alerta das ruas”, 26 de agosto). O jornal criticou “ vaidades pessoais”, quando um desentendimento entre, de um lado, PT, PMDB e CUT, e, de outro, a central sindical Força Sindical e a FIESP levou ao adiamento do ato que ocorreria no centro de São Paulo de 11 para 18 de setembro. No dia 19, ao comentar as vaias entre diversos grupos políticos da oposição no protesto do dia anterior, observou que somente a pauta do impeachment os unia. Para a FSP, a mobilização, que já rivalizava em importância com as Diretas-Já, teria surgido de forma espontânea com o ineficaz chamado verde-amarelo de Collor, assim, ela representaria a opinião pública sem depender da convocação de organizações partidárias e sindicais (Figura 9). Percebe-se que o jornal omitiu a existência de protestos anteriores ao domingo negro, que já haviam sido abordados no editorial de 12 de agosto. (“Manifestação dividida”, 6 de setembro; “Convocação à Câmara”, 19 de setembro).

Figura 9 – Protestos não respondem à liderança de partidos nem de sindicatos

Manifestação dividida

Causa consternação verificar que a grande manifestação pró-impeachment a ser realizada na cidade de São Paulo foi adiada, por uma semana, como resultado de um entrelaço de vaidades políticas e da tentativa de contrabandar palavras de ordem não-consensuais para dentro de um movimento que nasceu suprapartidário e assim deveria prosseguir.

O ato unificado no Anhangabaú, que se pretende venha a ser o maior já organizado em protesto contra o Collorgate, ficou para o próximo dia 18. Na sexta-feira desta semana, a data inicialmente prevista, acontecerá somente uma reunião exclusiva da central Força Sindical — só que na praça da Sé, o local exigido pelo dirigente Luiz Antônio de Medeiros.

O desacordo entre o líder sindical e os organizadores remanescentes — outras centrais, o governador Luiz Antonio Fleury e a prefeita Luiza Erundina — surgiu de uma disputa tão previsível quanto lamentável pela paternidade do evento. Medeiros marcou data e local, obteve o apoio da Fiesp e convidou Fleury para o "seu" ato, no qual pretendia levantar a bandeira da "continuidade das reformas modernizadoras". O impasse surgiu quando seus adversários do PMDB e do PT decidiram realizar a concentração no Anhangabaú, além de discordar da palavra de ordem nitidamente divisionista (mesmo concordando com ela, não se pode pretender que tenha relação

direta com a questão central, a da rejeição a um governo corroído em sua respeitabilidade).

Cumprir lembrar a todos os envolvidos nessa querela sectária e ridícula que as manifestações de rua — que só ganharam a importância que hoje têm depois de uma reação quase espontânea contra o desatinado desafio verde-e-amarelo lançado em desespero pelo presidente — não têm proprietários, de fato ou de direito. Foi a própria população, em especial os jovens, que se deu conta da necessidade de explicitar de forma inequívoca o que pensa a opinião pública sobre o escândalo — e o fez independentemente da convocação por este ou aquele partido, esta ou aquela organização sindical.

Já é tempo de lideranças políticas e sindicais se darem conta de que o movimento que brotou com o Collorgate não se esgota nele, e exige desde já a transformação também de suas práticas e vícios tradicionais. Os estudantes deixaram mais do que claro, ao recusar a propaganda de um candidato a prefeito em uma das maiores passeatas já realizadas em São Paulo, que não aceitam a instrumentalização de seu movimento. De fato, esta é a convicção da maioria dos manifestantes, e todos aqueles que insistirem em afrontá-la antes atrapalham do que contribuem para uma mobilização que rivaliza em importância mesmo com aquela das Diretas-Já.

Ao mesmo tempo, o jornal procurava influenciar os protestos diretamente, apoiando um “espírito ordeiro e pacífico” (Independência, 7 de setembro) ou pedindo tranquilidade à “opinião pública” em relação à perspectiva de continuidade das dificuldades ligadas a crise da autoridade do governo (“O horizonte da crise”, 24 de agosto).

No editorial “Renovação estudantil” (1 de setembro), houve crítica à liderança da UNE ao comentar a entrevista publicada no dia anterior com Lindbergh Farias. O texto elogiou a posição favorável do entrevistado à abertura da economia, algo característico dos “novos tempos”, “já que essa é a posição da juventude”, mas atacou opiniões rotuladas de ultrapassadas, como a defesa do regime cubano e a negação de seu caráter ditatorial. E também reafirmou que a mobilização teve origem espontânea na juventude, sendo aproveitada pela UNE, cuja estrutura precária era a única existente para liderar os estudantes. Caberia às bases da entidade influenciar suas lideranças para trazê-las “definitivamente aos dias de hoje”. Percebe-se um juízo de valor que associa o presente e o futuro com uma medida neoliberal, a abertura da economia brasileira para importações e investimentos estrangeiros, e o passado com o socialismo. Também é notável a visão de que essa liderança socialista não é a responsável pela mobilização, apenas aproveitou a espontaneidade de uma base estudantil que não comunga de sua ideologia política.

Por fim, a FSP associou os protestos com pautas de combate à corrupção no Estado, anseio da “maior e melhor” parte da sociedade: transparência nas doações de campanhas eleitorais, reforma partidária para a exclusão de legendas de aluguel, elucidação de todas as ramificações do esquema PC e escolha consciente entre parlamentarismo e presidencialismo no plebiscito que ocorreria no ano seguinte (“Independência”, 1 de setembro). O interesse no plebiscito apareceu algumas vezes, assim como a referência ao “poder conjunturalmente concentrado – em escala quase discricionária – nas mãos do chefe de governo” (editorial “Até o Fim”, 1º. de Setembro)²². Isso indica certa simpatia do jornal pela adoção do parlamentarismo.

No dia 30, o editorial sobre o afastamento do presidente afirmou que o Congresso redimiou-se da votação de 1984 e representou os interesses da sociedade, que teria mostrado autonomia e soberania em sua mobilização. Este texto também apoiou a autoridade de Itamar Franco, a quem pressionou para: tirar o país da crise econômica, que combinava recessão e inflação, sem deixar de avançar o programa de “abertura e modernização da economia, hoje um consenso na opinião pública”.

²² Este texto não cita as manifestações, por isso não consta nos Quadros 1 e 2.

Os editoriais analisados, nesse item e no anterior, mostraram que as manifestações de rua, tanto as convocadas pelos movimentos sociais, quanto as estimuladas pelo desastrado chamado “verde-amarelo” de Collor, tornaram a conjuntura política mais tensa exigindo atitudes do jornal para manter sua influência. Primeiramente, ele se posicionou contra as manifestações, narradas como tímidas e sectárias no editorial do dia 12 de agosto; para depois disputar a sua liderança e sua agenda, convocando o “domingo negro” contra Collor. Nos textos de 6 e 18 de setembro, através da referência a este fato, ele desvinculou as lideranças partidárias, sindicais e estudantis da mobilização espontânea, que teria sido despertada pelo ineficaz apelo verde-e-amarelo de Collor, no dia 13 de agosto. Ocorreu, assim, uma sutil operação de esquecimento, que apaga o próprio texto de 12 de agosto. Em sentido contrário, a FSP retoma a lembrança da campanha das diretas, uma referência de mobilização social ligada à identidade construída pelo jornal.

Percebemos também que o tom editorial tornou-se mais radical. No dia 13 de agosto, o impeachment era uma possibilidade no horizonte: “caso a CPI conclua pelo envolvimento do presidente, [a oposição deve compor] frente suprapartidária em futuras manifestações pró-impeachment” (editorial “Rigor e responsabilidade”). No dia 15, em texto impresso na capa, a FSP defende a renúncia de Collor, o que já havia aparecido em editoriais de junho; porém, nesse momento, a pressão pela renúncia aparece quase diariamente até o fim de agosto. O periódico também divulgou pesquisa em que a “opinião pública” era amplamente favorável ao impeachment.

Aproximar a sua atuação da opinião pública e dos interesses da sociedade como um todo e isolar seus adversários (Collor e as esquerdas) chamando-os de sectários foi a estratégia do jornal para defender suas posições políticas. Isso é condizente com a percepção de Gramsci sobre o partido político, que deve fazer os interesses particulares de um grupo serem tomados como gerais por toda a sociedade. E também confirma a posição de Bourdieu sobre a reivindicação e criação do apoio da opinião pública para fortalecer uma agenda política.

3.3 O caderno Folhateen: duas atitudes da FSP sobre os protestos

Foram analisadas quinze edições do caderno Folhateen, composto por quatro páginas e publicado às segundas-feiras: edições de 6, 13, 20 e 27 de julho; 3, 10, 17, 24, 26 e 31 de agosto; 7, 14, 21 e 28 de setembro; e 5 de outubro. Na quarta-feira, 26 de agosto, houve uma edição extra para cobrir a grande manifestação estudantil do dia anterior. O recorte começa no mês de julho, quando se constituiu o Movimento pela Ética na Política.

O Folhateen possuía quatro páginas com algumas seções fixas nas três primeiras. Na página 1, o lado esquerdo era ocupado por uma seção composta por pequenas notas, de assuntos variados. Abaixo dela, na diagonal inferior esquerda havia outra chamada “Indifolha” formada por um gráfico, que abordava também assuntos diversos. Essas divisões foram suprimidas ou deslocadas da capa para páginas internas nas edições de 26/8 e 5/10, quando toda a capa foi dedicada aos protestos pró-impeachment.

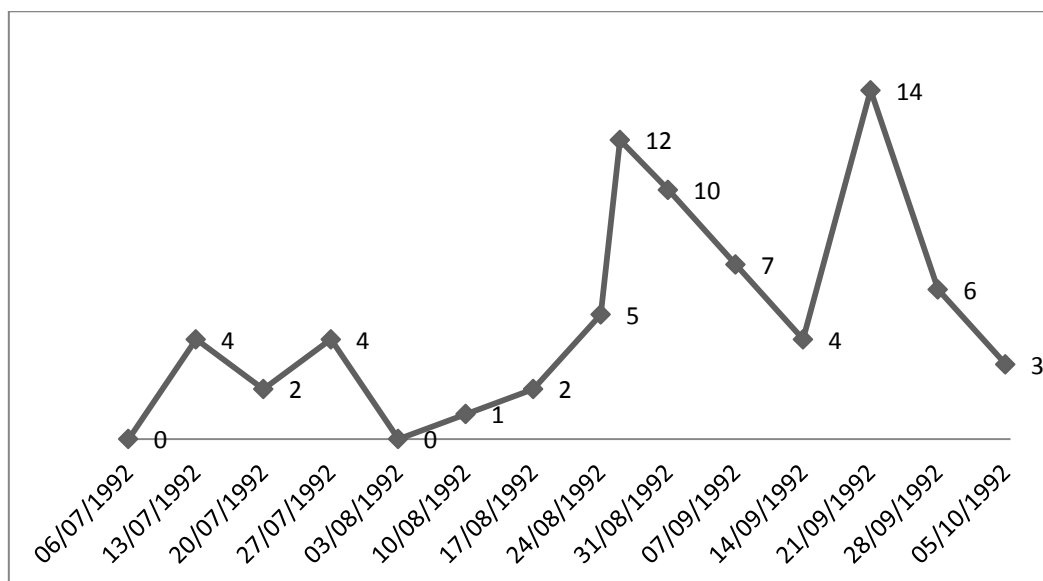
A página 2 continha quatro partes fixas. O topo era preenchido por um artigo de opinião acerca de temas diversos assinado por Marcelo Rubens Paiva, articulista regular que entrou em férias durante o mês de agosto. Neste mês, o jornal convidou outros autores para assinar a coluna: Maria Mariana (3/8), Zeca Camargo (10/8), André Vaisman (17/8), Cláudia Abreu (24/8) e Dinho Ouro Preto (31/8).

A metade inferior da página 2 era ocupada pelas seções: “Agenda”, com eventos culturais indicados pelo caderno; “Cartas”, que publicava algumas cartas de leitores; e a tira de quadrinhos “Los três amigos”, dos cartunistas Arnaldo Angeli Filho, Laerte Coutinho e Glauco Villas Boas. Os dois primeiros cartunistas estão presentes na FSP até os dias atuais. Glauco também desenhou para o jornal até a sua morte em 2010. Quanto à página 3, a única seção fixa estava na parte inferior que era ocupada por classificados, chamados “Classiteen”. Os jornalistas que escreviam para o Folhateen de forma mais assídua foram Carlos Eduardo Miranda, Daniela Broitman, Fernanda Godoy, Luiz Perez, Marisa Adán Gil, Maurício Stycer, Rogério de Campos, Noelly Russo e Silvia Carone.

Começaremos a discussão sobre o caderno com os seus aspectos quantitativos. Nas quinze edições citadas foram contabilizados 264 textos jornalísticos, o que

corresponde a uma média de 17,6 textos por edição do caderno. Dentre eles, foram recortados 74 textos que abordavam as manifestações e a crise do governo Collor, incluindo artigos de opinião, notícias, entrevistas, charges e histórias em quadrinhos. O Gráfico 1 mostra a incidência destes registros segundo a data.

Gráfico 1 –Folhateen: número de textos relacionados às manifestações a cada edição entre 6/7/1992 e 5/10/1992



Fonte: O autor, 2015.

Pode-se perceber que os textos ligados ao processo de impeachment e à mobilização estudantil foram marginais no caderno até o dia 17 de agosto, chegando a não aparecer nos dias 6 de julho e 3 de agosto. Já a partir da data de 24 de agosto, quando houve cinco registros, até o fim do período, estes temas tiveram grande repercussão, com picos nos dias 26 e 31 de agosto e 21 de setembro (este se deve à cobertura da passeata do dia 18 de setembro, em São Paulo). Devido ao segundo momento, os textos sobre o contexto político nacional tornaram-se dominantes em todo o período analisado: foram 74 textos em um caderno abordava ampla variedade de assuntos, como música (32 citações), uma onda neonazista ocorrida em 1992 (10), comportamento (8), televisão (8), vestibular (7) e literatura (6). A atuação política dos jovens nas passeatas, grêmios estudantis e partidos políticos também se tornou tema das matérias de capa do caderno desde o dia 24 de agosto até o fim do período abordado.

Os dados apontam a alteração da postura do jornal do quase silêncio sobre o ciclo de protestos para uma grande produção de textos jornalísticos em torno do tema. Mesmo após a semana de manifestações de 11 a 16 de agosto, o assunto só foi abordado em duas notícias, que ocuparam metade da terceira página da edição do dia 17, cuja capa destacou uma reportagem traduzida do jornal norte-americano *USA Today* sobre adolescentes que fugiam da guerra civil iugoslava para os EUA. Portanto, nesse momento o jornal optou por chamar a atenção do público jovem a um assunto internacional, ainda que fosse necessário publicar um texto do qual não era autor, relegando os protestos às páginas internas.

Figura 10 – Chamada para a passeata de 25 de agosto

Passeata amanhã é verde-e-amarela

Da Reportagem Local

Dessa vez vai todo mundo. A Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) está com tudo em cima para a passeata de amanhã. Vem gente do interior de São Paulo (Campinas, Avaré e Sorocaba, entre outras cidades). Até sexta-feira, 78 escolas já estavam mobilizadas para ir.

A partir das 9h, as pessoas vão se encontrar em frente ao Masp, na avenida Paulista. Por volta das 10h30, a passeata começa. Ela atravessa a Paulista, desce a avenida Brigadeiro Luís Antônio e vai até a praça da Sé.

Segundo o tesoureiro da Ubes, Márcio Cabreira, 20, foi pedido aos estudantes que não fossem de preto, mas sim de verde-e-amarelo. "Não interessa que o Collor tenha pedido essas cores. São as cores do Brasil", diz ele.

Algumas personalidades da política foram convidadas a participar da passeata, mas ainda não confirmaram a presença. Entre elas estão Lula e Luiza Erundina (PT), Orestes Quércia e Fleury (PMDB) e Tasso Jereissati (PSDB).

A Ubes não tem uma idéia precisa de quantas pessoas vão à passeata. Márcio diz que só tem uma certeza: "A gente vai lotar a Paulista."

(SC)

Tal postura mudou na edição de 24 de agosto, véspera da maior passeata estudantil ocorrida em São Paulo, com 200 mil pessoas, segundo a Polícia Militar – a UNE contou 350 mil. Manifestação apoiada pela FSP, que colaborou para a sua convocação, informando hora, local e cores a serem usadas (Figura 10); e publicou edição extra do caderno no dia 26 para narrá-la. A partir dessas observações, pode-se dividir a abordagem do Folhateen em dois períodos diferentes – antes e depois de 24 de agosto, momento em que a política tornou-se o assunto hegemônico para o público jovem.

No primeiro período delimitado, de 3 de Julho a 17 de Agosto, oito dos quinze textos foram opinativos, destacando-se os artigos semanais de Marcelo Rubens Paiva e o quadrinho “Los Três Amigos”, de Arnaldo Angeli Filho, Laerte Coutinho e Glauco Villas Boas. Dentro do período seguinte, os textos informativos são largamente predominantes: 44 textos de um total de 61, o equivalente a 72%. De uma tomada de posição tímida em relação à ausência de protestos no primeiro período, o jornal passa a descrever com grande interesse a ação política jovem como elemento da realidade, a partir do final de agosto.

Outro viés de análise diz respeito à autoria dos textos. Os textos opinativos, predominantes no início, são assinados com o nome dos autores seguido pela expressão “especial para a Folha”. Os primeiros protestos de rua com grande adesão (nas edições de 17 e 24 de agosto) foram relatados em textos informativos, atribuídos aos repórteres ligados ao jornal. Finalmente, a edição extra de 26 de agosto não teve a assinatura dos jornalistas na maioria dos textos, substituída por expressões de autoria institucional como “da redação” ou “da reportagem local”, o que indica um posicionamento mais explícito em relação aos protestos.

3.4 A geração de 92 se redime apesar do movimento estudantil

Passando ao conteúdo dos textos jornalísticos pesquisados, nas edições anteriores a 24 de agosto o Folhateen (seja por meio dos textos opinativos ou dos informativos) provocou os seus leitores a se mobilizarem, argumentando que a ausência de protestos era sinal de cumplicidade com a corrupção.

Figura 11 – Anos Rebeldes e a memória sobre os anos 1960



Fonte: FOLHAPRESS, Acervo Folha, FSP, Folhateen, p. 1, 27/7/1992.

Uma reportagem se destacou nesse período, ocupando o topo da capa do caderno em 27 de Julho: “Rebeldia – Minissérie da TV Globo traz de volta debate sobre a juventude e os anos 60” (Figura 11). O texto abordou o sucesso da minissérie Anos Rebeldes, no ar desde o dia 14, afirmando que a geração de 1992 sentia inveja dos jovens dos anos 1960, pois a rebeldia teria tido seu auge naquela década. A juventude rebelde do passado teria protagonizado diversos fatos históricos como a popularização da pílula anticoncepcional, os protestos contra a Guerra do Vietnã e a morte heroica de Che Guevara. Posteriormente, a rebeldia implodiu e a juventude tornou-se “Conformista, individualista, egoísta, chata”. A atriz Cláudia Abreu, nascida em 1970, foi entrevistada na reportagem e vinculou o conformismo com a falta de mobilização contra Collor: “Naquela época existia indignação. Hoje, o Brasil continua podre, mas só há complacência. Isso é uma coisa que eu desgosto na minha geração”.

A identificação de uma geração, de jovens de 15 a 20 anos, como o sujeito das manifestações se manteve como interpretação central do caderno acerca do ciclo de protestos. No dia 17 de agosto, a manchete que deu a primeira notícia sobre uma manifestação foi: “Estudantes voltam às ruas para protestar”, onde verbo voltar referia-se aos anos 1960. “Foi todo mundo outra vez para as ruas, depois de anos de rebeldia sem causa”, é uma das frases iniciais do texto, reforçando a ligação com a geração anterior e infantilizando os jovens de 1992.

A atuação política foi identificada ao abandono do individualismo pelos jovens e ao reencontro com a geração admirada por meio da minissérie. No segundo período

delineado, após a grande manifestação de “200 mil teens” em 25 de agosto, o jornal afirmou que os anos 1960 foram superados, visto que a passeata que marcou aquela década reuniu 100 mil pessoas (“Agente não somos mais inútil”, 31 de agosto, p. 1). Por fim, o texto “Valeu Moçada” na edição de 5 de outubro (Figura 12), que abordou a vitória do impeachment, tratou os jovens de 1992 como os protagonistas da história: “Com a cara colorida, [...] surpreenderam pais e mães, professores, jornalistas e políticos com um furacão, que de repente tomou as ruas do país e fez o presidente cair”.

Figura 12 – Jovens convenceram o Congresso com alegria



Fonte: FOLHAPRESS, Acervo Folha, FSP, Folhateen, p.1, 5/10/1992.

Outros temas que conduziram a descrição das passeatas após 24 de agosto foram a definição do manifestante típico e a diferenciação entre ele e a militância das entidades estudantis. O primeiro seria estudante secundarista, sem vinculação anterior a movimentos sociais, “virgem de passeatas” e adepto de diversas tribos urbanas - “Mauricinhos, ‘ripongas’, militantes, roqueiros e ‘cabeças’ convivem sem tensões nas ruas”, afirmou o texto “Rebeldia anti-Collor une todas as tribos” (31 de agosto, p. 1). Segundo uma pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada em 28 de setembro, havia equilíbrio numérico entre estudantes de escolas públicas e privadas, evidenciando a diversidade de classes sociais nas passeatas. As posições políticas seriam pluripartidárias e apenas o impeachment e a recusa da corrupção davam coerência às manifestações, fato que o jornal procurou confirmar por meio de entrevistas com jovens de diversas orientações partidárias (edição de 31 de agosto, p. 3; edição de 28 de setembro, p. 3). A ausência de um projeto político denso contrastava com a ascendente autoconsciência da força política estudantil.

Figura 13 – A esquerda está fora de moda na passeata

PONCHO E CONGA NÃO COLAM MAIS

Entre muitas outras coisas, a moçada demonstrou na Paulista que manifestação não é sinônimo do velha tríade barba-bolsa-camisa xadrez. Até tops decorados com adesivos compareceram. Além da maior passeata, a de ontem foi uma de maior teor estético, com alta densidade de gente bonita por metro quadrado, que nem a pintura escondeu.

Fonte: FOLHAPRESS, Acervo Folha, FSP, Folhateen, p. 2, 26/8/1992.

O jornal distinguiu o manifestante típico, que formaria a base, “corpo e alma da passeata”, das lideranças do movimento, os militantes da UNE e da UBES. Embora convocassem os protestos, os líderes falhavam em sua organização e não conseguiam se comunicar com a base, eles “não tiveram como controlar os refrões [sic] que brotavam da multidão e eram seguidos pelos locutores [...] os líderes de hoje ainda tentaram impor refrões [sic] como ‘Brasil, Cuba, um só coração’. Fracassaram ontem”. Percebe-se a identificação da militância com a ideologia socialista, assim como aos partidos de

esquerda (segundo os critérios da época) “PC do B, PT, MR-8²³ e PSDB” (“Maior passeata da UNE surpreende líder”, edição de 26 de agosto, p. 2); enquanto a base da passeata possuía caráter pluripartidário. Além disso, a militância era feia, utilizava “barba, bolsa e blusa xadrez”, enquanto a base reunia “alta densidade de gente bonita por metro quadrado” como aponta o texto “Poncho e conga não colam mais” (edição de 26 de agosto, p. 2. Figura 13). O texto ainda dialoga com adesivos críticos ao presidente utilizados pelos manifestantes, com os dizeres “Não colla mais”, vinculando a expressão com a militância de esquerda.

Todas as citações acima se encontram na mesma edição do Folhateen, a edição extra de 26 de agosto. Nota-se que o jornal convocou estudantes para a manifestação do dia 25 e, no dia seguinte, ao narrar a passeata de 200 mil pessoas, procurou de várias formas descrever a alteridade entre os manifestantes e seus líderes, configurando uma crise de representação política entre ambos. Um reflexo disso seria o recuo na adesão aos protestos: de 200 mil pessoas em 25 de agosto para menos de 50 mil em 18 de setembro (“Protesto adolescente tem todas as caras”, 21 de setembro, p. 3. Figura 14).

Figura 14 – Isolamento da UNE em relação aos jovens faz protestos minguaem

OLHA DE S. PAULO

folhateen

Segunda-Feira, 21 de setembro de 1992 6-3

ATRÁS DO CARRO DE SOM

Protesto adolescente tem todas as caras

Líderes estudantis não percebem que jovens só têm uma coisa em comum, a vontade de gritar ‘fora Collor’

MAURICIO STYCKER
Da Reportagem Local

As passeatas passam e as chamadas lideranças do movimento estudantil continuam revelando dificuldades em perceber que, atrás dos carros de som, seguem adolescentes que têm princípios e motivações quase incompatíveis entre si. Já se passaram quase dois meses da primeira manifestação “teen”, em São Paulo, contra o presidente Collor e os dirigentes da UNE e da Ubes insistem em gritar coisas quase incompreensíveis para os jovens que desfilam pela cidade. Renata, Hugo, Fabiano e Fernando, os adolescentes que contam as suas histórias nesta página, só concordam numa coisa: querem a saída do presidente. Os quatro dão uma pequena amostra da diversidade de tipos com que se pode trombar (no bom sentido) hoje pelas passeatas e ruas de São Paulo. Lindbergh Farias, presidente da UNE, é até simpático e bonitinho, mas um desastre quando mistura os gritos de “fora Collor” com palavras de ordem do PC do B (seu partido), como elogios à Cuba de Fidel ou críticas à política econômica do ministro Marcellio e o FMI. No dia 25 de agosto, cerca de 200 mil estudantes andaram da Paulista ao Anhangabaú contra Collor. Vinte e quatro dias depois, a crise só havia piorado e os motivos para sair às ruas aumentado, mas menos de 50 mil jovens apareceram na passeata. Pode ser um sinal.

Fabiano Gomes, punk ecológico, exhibe seu protesto geral

Renata Martins, aluna do Danto, na passeata de sexta-feira

Fonte: FOLHAPRESS, Acervo Folha, FSP, Folhateen, p. 3, 21/9/1992.

²³ Sigla para Movimento Revolucionário 8 de Outubro, antigo grupo guerrilheiro dos anos 1970 que se manteve ativo em entidades sindicais e estudantis após a redemocratização.

Ao mesmo tempo, as passeatas trouxeram a vontade de atuar politicamente, por meio da adesão de jovens a partidos de todas as tendências ideológicas (que se preparavam para as eleições municipais de outubro de 1992) ou pela fundação de grêmios estudantis. O Folhateen dedicou sua capa a tais temas em 7 de setembro, onde defendeu a formação de grêmios e o surgimento de novas lideranças estudantis, diversas das que controlavam a UNE e a UBES: “Com certeza agora vão aparecer novos líderes, que representam melhor quem está estudando agora”, diz um estudante secundarista entrevistado (“Novos líderes estão aparecendo depois das passeatas estudantis”, edição de 7 de setembro, p. 1).

As manifestações foram narradas como festas grandes e plurais, em que “ninguém se entendia, todo mundo se divertia” (“A primeira passeata a gente nunca esquece”, 26 de agosto, p. 1). Elas externaram o desejo pelo impeachment, mas foram alegres, com muita gente bonita e encontros amorosos, pois “movimentação político-estudantil e paquera dão certo” (“Benito e Daniela trocam telefone na rua”, edição de 26 de agosto, p. 3). Assim, a seriedade do conflito político se dissolveu em um clima feliz, em uma “guerra alegre”.

A análise qualitativa das fontes confirmou as observações de Weber (1993) sobre a adesão à figura dos caras-pintadas, como se percebe no interesse do jornal em mostrá-la na capa do Folhateen de 5 de outubro (Figura 12), composta por um mosaico de fotos de rostos de jovens manifestantes. Percebe-se também o esforço da FSP em criar a identidade do manifestante típico nos termos em que Vera Rodrigues (1997) apontou. Para o jornal, o sujeito da mobilização é a geração de 1992, inspirada no saudosismo de 1968 despertado pela minissérie *Anos Rebeldes*. Ele descreveu os protestos enquanto festa e carnaval, com destaque para a diversão, os encontros amorosos, a pluralidade de estilos de moda e de gostos musicais e a beleza dos manifestantes. Essa narrativa dos protestos e seus protagonistas tem o objetivo de isolar a militância estudantil de esquerda, descrita como feia e fora de moda.

As posições de Dias (2004) e Tosi Rodrigues (1993) também encontraram eco nas fontes primárias. A força política dos protestos explica a mudança de posicionamento do Folhateen, do quase silêncio no período anterior a 24 de agosto ao grande interesse pela atuação política dos jovens depois dessa data. Esse viés também é

coerente com a mudança de postura dos editoriais diante das manifestações, de uma inicial desconfiança para a disputa por liderança.

Sobre o último aspecto, infere-se que na edição de 17 de agosto o caderno deixou de dar destaque para uma semana intensa de protestos estudantis; e só o fez na edição seguinte, no dia 24, quando ajudou a convocar a manifestação que reuniu cerca de 200 mil pessoas no dia seguinte. Pode-se deduzir que o jornal só passou a falar sobre a mobilização para o público jovem no momento em que a atuação estudantil nas ruas estava consolidada e em crescimento. O periódico não poderia deixar de abordar um fenômeno de grande interesse dos jovens, considerando que 29% dos seus leitores possuíam idade inferior a 30 anos.

A postura da FSP diante deste novo sujeito que tencionava o processo do impeachment foi de apoio, o que condiz com sua posição oposicionista a Collor; e de disputa pela sua condução. O periódico não só convocou a passeata de 25 de agosto como, no dia seguinte, começou a veicular a distinção entre duas identidades: a base pluripartidária dos protestos, unida apenas pela pauta do impeachment, e a sua liderança ilegítima, vinculada aos partidos de esquerda. Novamente, observam-se posicionamentos que também aparecem nos editoriais. Na disputa pela liderança dos estudantes, torna-se visível a atuação partidária do jornal, com a finalidade de que Collor deixasse o poder sem que um projeto de governo à esquerda o sucedesse.

CONCLUSÃO

Nas eleições de 1989, a FSP e os movimentos sociais estavam em lados opostos. O jornal, assim como a maioria dos veículos da grande imprensa, apoiava pontos de uma agenda neoliberal, pautada pela diminuição da intervenção do Estado por meio de privatizações, redução do número de funcionários públicos e de gastos estatais, retirada de mecanismos de reserva de mercado, que impediam a entrada de produtos importados no Brasil, e liberalização dos preços e salários. Os movimentos sociais, após se reorganizarem e se fortalecerem nos anos 1980, conquistaram na nova constituição o reconhecimento de diversos direitos sociais e, com a volta das eleições diretas, poderiam eleger um governo que implementasse um projeto de Estado comprometido com sua universalização. No entanto, estes dois agentes do contexto político estiveram no mesmo lado em 1992, pressionando pelo fim do governo Collor, cujo projeto seguia as mesmas pautas neoliberais defendidas pela grande imprensa.

Interpretar o processo de impeachment implica em lidar com essa conjunção de forças antagonicas contra o presidente. Se a oposição dos movimentos sociais é marcada pela continuidade do posicionamento que estava colocado em 1989, a oposição da grande mídia e de grupos empresariais se explica pelo fracasso de Collor em aplicar a agenda neoliberal, que resultou em um quadro econômico de recessão, desemprego, inflação e juros altos.

A tentativa frustrada de reforma neoliberal do Estado aponta para um contexto mais amplo de falta de consenso das elites em torno de um projeto de acumulação de capital. Embora a crise da dívida externa tenha inviabilizado a manutenção do investimento estatal maciço que caracteriza o projeto desenvolvimentista, várias frações da burguesia dependiam dele, pois se beneficiavam de subsídios e reservas de mercado em âmbitos agrários e industriais ou dos gastos com insumos de empresas estatais. Outros setores estavam mais próximos do capital internacional e defendiam o neoliberalismo, como era o caso das empresas de mídia, cujos negócios no decorrer dos anos 1980 e 1990 (importação de tecnologia de informática e investimentos em telecomunicações) eram condizentes com essa ideologia. Collor fracassou em construir uma política econômica que conduzisse à agenda neoliberal de forma a conciliar

interesses tão diversos das elites, algo que os seus sucessores, Itamar Franco e, sobretudo, Fernando Henrique Cardoso, conseguiram realizar.

As dificuldades de Collor podem ser vinculadas ao processo eleitoral de 1989, em que ele demorou a reunir as elites em torno de si, o que só ocorreu no decorrer da campanha. A trajetória política e a origem familiar de Collor o credenciavam a ser um candidato das forças de direita, mas ele não se mostrou capaz de costurar os interesses fragmentados das classes dominantes. A dispersão das forças políticas de direita em vários candidatos com pouco apelo eleitoral e o fracasso da conciliação de tais forças sob o governo Collor mostram a grande dificuldade em contornar a fragmentação burguesa e lançam questões sobre a forma como ocorreu a conciliação sob Itamar e Fernando Henrique, bem como as condições do contexto interno e externo em que ela se deu.

A eleição e o impeachment de Collor contêm vários elementos que demonstram o peso dos grandes meios de comunicação nas decisões políticas do país, fortalecido pela redemocratização. Um empresário de mídia venceu as eleições presidenciais e sofreu o impeachment, bastante determinado pela atuação da imprensa. Soma-se a isso o fato de o momento decisivo do processo ter sido transmitido ao vivo por diversos canais de televisão, conferindo o caráter de espetáculo midiático para a decisão da Câmara dos Deputados.

Na eleição, também foi explícita a atuação dos veículos da grande imprensa como partidos da classe dominante. Eles defenderam o projeto neoliberal, colocando seus pontos em evidência na agenda pública e atuaram na escolha dos candidatos. Exemplos dessa atuação foram a reportagem da revista *Isto É* publicada em março de 1989, que apontou Jânio Quadros e Quéricia como os concorrentes com mais possibilidades de vitória, e a defesa da candidatura de Collor no editorial “Convocação”, publicado em *O Globo* em abril daquele ano. Durante o governo, com o fracasso da gestão econômica e da conciliação das classes dominantes, a grande imprensa não só criticou duramente a política monetária como divulgou vários escândalos de corrupção envolvendo ministros, assessores, a primeira-dama e, finalmente, o próprio presidente.

Com relação à FSP, houve motivos particulares para sua atuação crítica ao governo, a invasão do jornal pela Polícia Federal, em 1990, e o processo que Collor moveu, sem sucesso, contra quatro jornalistas do veículo midiático. Dessa forma, além

da atuar contra os casos de corrupção e a política monetária, o periódico utilizou várias capas e editoriais para acusar o presidente de autoritarismo, aproximando-o do fascismo e do Estado Novo e duvidando das suas intenções liberais. Ao agir assim, não deixou de fazer um discurso sobre si mesma, sobre sua imagem de jornal democrático, favorável à liberdade de expressão e à diversidade política. Na edição que noticiou a aprovação do impeachment pelos deputados, o editorial lembrou o papel da imprensa para o progresso da CPI e uma possível moralização do Estado (“Vozes do Impeachment”, 30 de setembro de 1992). A capa, impressa extraordinariamente em cores naquele dia, afirma “Vitória da democracia. Impeachment”. Nota-se, mais uma vez, a imagem que a FSP construiu para si mesma durante a campanha das diretas, como jornal da democracia, dos debates e dos novos tempos.

Além dos elementos específicos da relação entre a FSP e o governo Collor, houve fatores gerais que levaram toda a grande imprensa a divulgar notícias contra o governo: a influência da oposição dos empresários e a busca pela aceitação de seu público, a classe média. Essa não poderia mais apoiar Collor depois que o confisco dos seus rendimentos foi combinado à recessão e à inflação. Cientes de seu papel político no fim do governo Collor, os veículos de mídia utilizaram as denúncias para se autopromover e ampliar seus mercados de leitores e anunciantes.

Retomando a conjunção de forças opostas contra Collor: a grande mídia e os movimentos sociais, a relação entre ambas diz respeito ao consenso e à disputa entre a burguesia e as classes dominadas por ela. Do ponto de vista dos interesses empresariais e políticos dos grupos de mídia, Collor poderia ser criticado, pois fracassou em realizar a conciliação interna às elites; no entanto, a queda do presidente não poderia dar lugar ao fortalecimento da esquerda, cuja derrota no pleito de 1989 foi bastante apertada. A força mostrada pelos protestos, que tencionou a conjuntura a favor do impeachment, alimentou o temor da grande mídia de que o projeto neoliberal deixasse o poder junto com o chefe do Executivo.

A forma como as manifestações foram narradas pelos meios de comunicação configura a estratégia de construção de consenso com as classes populares em torno de um programa contrário à esquerda. Assim, a FSP mobilizou em seus textos conceitos que expressavam esse consenso, como “sociedade”, “opinião pública” e “nação” e aproximou-os da sua agenda de abertura da economia brasileira para produtos e

investimentos do exterior. Ao mesmo tempo, ela procurou isolar a esquerda, descrevendo-a com interesses particulares, sindicais e partidários, que não dialogavam com os anseios gerais nem com o manifestante típico dos protestos, jovem e de tendências pluripartidárias. Configura-se uma estratégia de apontar o interesse geral e identificá-lo com a agenda de um grupo das elites; e definir os adversários políticos, seja Collor ou a esquerda, como agentes sectários. Ela pode ser encarada como um exemplo de como um meio de comunicação fabrica o consenso na sociedade civil de modo a manter a ordem social em uma situação de crise.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de Manipulação na Grande Imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História De Uma Década Quase Perdida*. PT, CUT, Crise e Democracia no Brasil: 1979-1989. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino; NETO, Sydenham Lourenço. *Estado, Hegemonia e Luta de Classes: interesses organizados no Brasil recente*. Bauru: Canal 6, 2012.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ARBEX JÚNIOR, José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. ABI quer apuração do atentado de 1976. 4 set. 2012. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. Sítio institucional da ABI na internet. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/abi-quer-apuracao-do-atentado-de-1976/>>. Acesso em: 1 fev. 2015.
- AZEVEDO, Fernando; RUBIM, Antonio Albino Canelas. Mídia e Política no Brasil: Textos e Agenda de Pesquisa. *Lua Nova*, São Paulo, 1998, n.43, p. 189-222. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n43/a11n43.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BARBOSA, Gustavo Guimarães; RABAÇA, Carlos Alberto. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Meios de Comunicação de massa e eleições no Brasil: da simples influência à interação complexa. *Revista USP*, São Paulo, 2011, n.90, p. 74-83, junho/agosto 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34013/36747>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- _____. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981. p. 137-151. Disponível

em: <<http://evoluieducacional.com.br/wp-content/uploads/2012/08/21979592-Bourdieu-A-opinio-publica-nao-existe.pdf>>. Acesso em: 5 mai. 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAMARGO, Cláudio. O Meio é a Mensagem: A Globalização da Mídia. In: LUCCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luíza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE (CEM). PNAD'S. [201-?] In: CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE. Sítio institucional do CEM. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/1148>>. Acesso em 3 fev. 2015.

CHAGAS, Carolina Bartolo. *Bom dia para renascer: As Crônicas de Otto Lara Rezende para a Folha de São Paulo*. 2006. 137 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2781>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a História. Debate com José Sérgio Leite Lopes. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.3, p. 139-182, mar. 2002. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi04/04_debate01.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. OAB lembra os 30 anos de atentado com explosão de carta-bomba no Rio. 25 ago. 2010. IN: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CONSELHO FEDERAL. Sítio institucional da OAB. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia/20439/oab-lembra-os-30-anos-de-atentado-com-explosao-de-carta-bomba-no-rio>>. Acesso em: 1 fev. 2015.

COUTINHO, Calos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

DALPRA JUNIOR, Tarcízio; FERNANDES, Raphaela Ramos. *Os neoventriloquos e seus bonecos maravilhosos*. 2001. 141 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2001. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/RRamos.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- DIAS, Luiz Antonio. Plural e Singular: análise da mobilização pelo Fora-Collor. *Estudos de História*, Franca, v. 1, n.1, p. 141-165, 2004.
- FARACO, Carlos Alberto. Criação Ideológica e Dialogismo. In: _____. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.
- DREIFUSS, René. *O Jogo da Direita: na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- FAUSTO NETO, Antonio. Vozes do Impeachment. In: MATOS, Heloiza; RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Mídia, Eleições e Democracia*. São Paulo- SP: Scritta, 1994.
- _____. *O impeachment da televisão: como se cassa um presidente*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.
- FIGUEIREDO, Rubens (Org.). *Marketing político e persuasão eleitoral*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- FOLHA DE S. PAULO. Pesquisa revela perfil do leitor da Folha. 21 jun. 1998. IN: _____. *Edição Impressa – Folha de S. Paulo*. Sítio que reproduz na internet textos e imagens do exemplar impresso do jornal. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc21069826.htm>>. Acesso em: 20/2/2015.
- FOLHA DE S. PAULO; KANNO, Mário; PATU, Gustavo. As principais privatizações de cada presidente. 22 nov. 2013. IN: KANNO, Mário; PATU, Gustavo. *Dinheiro Público e Cia: receita e despesa, economia e política*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/11/78768-as-principais-privatizacoes-de-cada-presidente.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2015.
- FOLHA DE S. PAULO; PATURY, Felipe. Jornal cresce e se torna grupo de mídia. 2002. IN: FOLHA ONLINE. *Folha de S. Paulo 80 anos: Tudo sobre a Folha*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/grupo_folha.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- FOLHA DE S. PAULO; MOTA, Vinicius. Leitor tem renda e escolaridade altas. 2002. IN: FOLHA ONLINE. *Folha de S. Paulo 80 anos: Tudo sobre a Folha*. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml. Acesso em: 3 fev. 2015.
- FOLHAPRESS. *Acervo Folha*. Desenvolvido por Digital Pages e Grupo Folha. Conjunto de páginas contendo as edições digitalizadas do jornal Folha de S. Paulo desde a sua criação. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 18 nov.2014.
- FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. A atualidade dos gêneros jornalísticos na imprensa brasileira contemporânea. In: MENEZES, Francisco (Org.) *A comunicação, o social e o poder: cultura, complexidade e tolerância*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 33-49.

GONTIJO, Marcelino José. *Derrubando reitores e presidentes: as representações e a história do movimento estudantil na UCG (1989 a 1992)*. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Poder) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

Disponível em:

<http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1021>. Acesso em 20 fev. 2015.

GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A. Anos Rebeldes. IN: _____.

Memória Globo, 2013. Disponível em:

<<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/minisseries/anos-rebeldes.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

INFO EXAME; REUTERS. Portugal Tel vende 29% do UOL à Folhapar. 30 dez 2012.

IN: EDITORA ABRIL S.A. *Info Online*. Disponível em:

<<http://info.abril.com.br/noticias/mercado/pt-vende-fatia-no-uol-a-fundador-da-hypermarcas-30122010-2.shl>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

ISTO É – INDEPENDENTE. Depoimento de motorista leva ao impeachment do presidente. 23 set. 2011. IN: ISTO É – INDEPENDENTE. Sítio da revista na internet.

Disponível em: <

http://www.istoe.com.br/reportagens/161904_DEPOIMENTO+DE+MOTORISTA+LEVA+AO+IMPEACHMENT+DO+PRESIDENTE>. Acesso em: 20 fev. 2015.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. 2001. 429f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000231037>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do fenômeno Collor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LUCA, Tania Regina de. *Fontes Impressas: história dos, nos e por meio de periódicos*.

IN: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCONDES FILHO, Ciro. A Folha e as Diretas-Já. IN: CATEDRA OCTÁVIO FRIAS DE OLIVEIRA. *Um país aberto: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2003. p. 66-72.

MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Vozes, 1985.

MIGUEL, Luis Felipe. Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação. *BIB*, Rio de Janeiro, 2000, n.49, p. 51 -77, 1 ° semestre de 2000.

Disponível em:

<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=509&Itemid=435>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Os Meios de Comunicação e a Prática Política. *Lua Nova*, 2002, n 55-56, p. 155-184. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a07n5556>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Empresas estatais federais privatizadas desde 1990. [20--?] IN: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Sítio institucional do ministério na internet.

Disponível em: < http://www.planejamento.gov.br/marcella/dest-1/empresas-estatais/univest_privatizadas.pdf >. Acesso em: 20 fev. 2015.

MUNIZ, Altemar da Costa. *As mudanças de linha editorial na Folha de S. Paulo (1979-1989)*. 1999. 189 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1116/1/Art_1999_AdaC.Muniz.pdf>. Acesso em 20/2/2015.

NEGRÃO, João José de Oliveira. *O jornalismo e a construção da hegemonia*. 2005. 129f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005. Disponível em: < <http://www.bocc.uff.br/pag/negrao-joao-jornalismo-construcao-hegemonia.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

NOVAES, Ana. Privatização do setor de Telecomunicações no Brasil. [199-?]. IN: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

(BNDES). Sítio institucional do BNDES na internet. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/ocde/ocde05.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ORGANIZAÇÃO ARNON DE MELLO (OAM). O maior complexo de comunicação do Norte-Nordeste! 2013. IN: ORGANIZAÇÃO ARNON DE MELLO. Sítio

institucional da OAM na internet. Disponível em: <

<http://www.oam.com.br/institucional/>>. Acesso em: 20 fev.2015.

PASCHOAL, Engel. *A trajetória de Octavio Frias de Oliveira*. São Paulo: Publifolha, 2007.

PLURAL INDÚSTRIA GRÁFICA. Histórico. IN: PLURAL INDÚSTRIA GRÁFICA. Sítio institucional da Plural na internet. Disponível em: <<http://www.plural.com.br/historico.php>>. Acesso em: 04 jan. 2015.

PIRES, Eliane Muniz. *Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha*. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

POLACOW, Patrícia Ozores. *O caderno Folhetim e o jornalismo cultural da Folha de São Paulo (1977-1989)*. 2007. 206 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

PRIMEIRA Página: Uma viagem pela história do Brasil e do mundo nas 223 mais importantes capas da FOLHA desde 1921. São Paulo: Publifolha, 2006.

QUINTÃO, Thales Torres. Os Media e a Construção dos Caras-pintadas. *Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*. São Paulo, vol. 3, nº4, jun/ago, 2010. Revista eletrônica. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/anagrama/article/viewFile/7131/6433>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

RODRIGUES, Vera Marisa de Souza. *Carapintadas: Estudantes na festa e na política*. 1997. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1997. Disponível em : <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000115169>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

SALLUM JR, Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. *Lua Nova*, São Paulo, nº 82. p. 163-200, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a08n82.pdf>>. Acesso em 02/02/2015.

SILVA, Carla Luciana. *VEJA: O indispensável partido neoliberal*. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Niterói, 2005. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/Veja-Carla-Silva.pdf>>. Acesso em 1 mar. 2014.

_____. Veja: mais um partido neoliberal. *Revista História & Luta de Classes*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 73-82, 2006.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

TOSI RODRIGUES, Alberto. Estudantes na política em Tempos de Mobilização e Crise. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 138-144, jan./mar., 1993.

VALOR ECONÔMICO. ROCHA, Janes. No Brasil, Uruguai ficou marcado por escândalo. 29 jul. 2009. IN: SENADO FEDERAL. *Biblioteca Digital do Senado Federal*. Brasília, [2007]. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/458911/complemento_2.htm?sequence=3>. Acesso em: 04 jan. 2015.

VEJA. *Acervo Digital Veja*. Desenvolvido por Digital Pages e Grupo Abril. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 7 nov. 2014.

VILLAMÉA, Luíza. Revolução Tecnológica e Reviravolta Política. IN: LUCCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luíza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

WEBER, Maria Helena. A cara pintada da política. IN: NETO, Antônio Fausto; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *Comunicação e Cultura Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993, v. 1, p. 169-182.

WEYLAND, K. The rise and fall of president Collor and its impact on Brazilian democracy. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 35, nº 1, p. 1-37, 1993.

WEFFORT, Francisco. Jornais são partidos? *Lua Nova*, São Paulo, vol.1, n.2, set. 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451984000200008>. Acesso em: 20 fev. 2015.

YOU TUBE; FARIA, Tales. Collor e o discurso em que pediu que povo saísse às ruas de verde-amarelo para salvar seu mandato. 23 fev. 2011. IN: YOU TUBE. Rede social pertencente a empresa Google Inc. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mey6bh0-mPU>>. Acesso em: 2 fev. 2015.